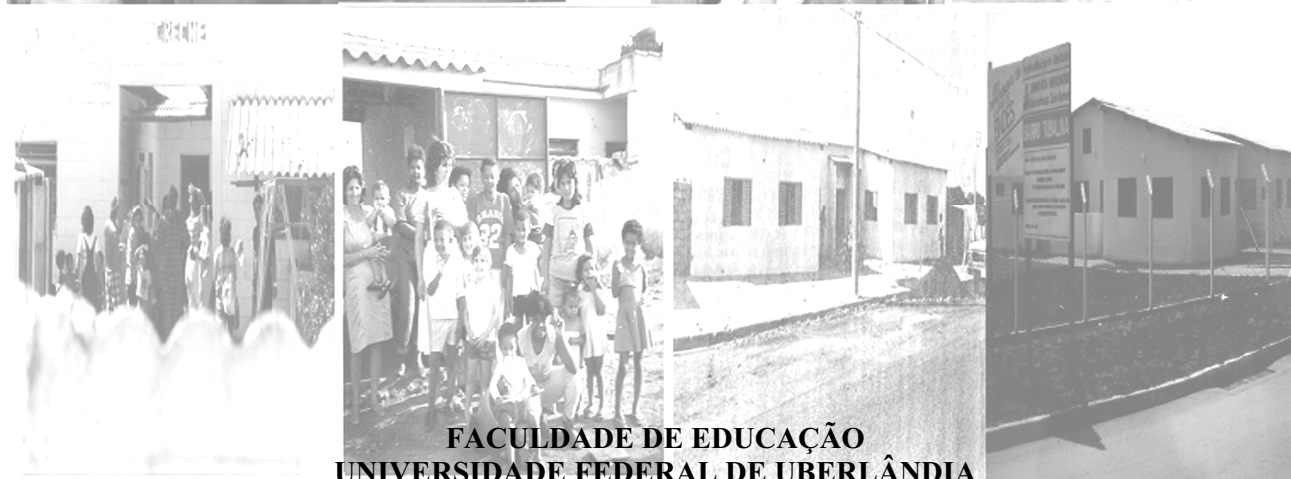


VANESSA DE SOUZA FERREIRA



**Creches Comunitárias e Democracia Participativa:
NOVAS PERSPECTIVAS À INFÂNCIA UBERLANDENSE
(1983-1988)**

(MESTRADO)



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

2010

VANESSA DE SOUZA FERREIRA

CRECHES COMUNITÁRIAS E
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA:
novas perspectivas à infância uberlandense (1983–8)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação, sob orientação do professor Dr. Carlos Henrique de Carvalho.

Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2010

De que serviria a vida se não fosse para corrigir os erros, vencer nossos preconceitos e, a cada dia, alargar nosso coração e nossos pensamentos? Nós utilizamos cada dia para alcançar um pouco mais de verdade. Quando chegarmos ao fim, vocês dirão então, o que é que valeu a nossa pena.

— ROMAIN ROLLAND — JEAN CHRISTOPHE

*A Maria de Fátima, minha mãe:
sinônimo de luta, sabedoria e coragem.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um momento de reconhecimento, carinho, afeto, respeito e gratidão... Por isso agradeço...

A Deus, por sempre guiar meus passos e me dar sabedoria para vencer os desafios.

Ao meu pai, sempre presente em minha memória.

Aos meus irmãos: Brígida, Thiago e Diego, pelo apoio e pela compreensão.

Ao Newton, pela paciência, pela dedicação, pelo amor, pela força e por ter tornado a minha vida mais doce, serena e simplesmente maravilhosa.

Aos meus sobrinhos, Ana Luísa, João Vitor e Luís Felipe, pela doçura de ser criança e pelos momentos maravilhosos compartilhados.

Às “tias” da creche comunitária do bairro Presidente Roosevelt, Antônia, Gorete, Andréia, Lica, Ilma, Iraci e Darci, pelo exemplo de perseverança e por fazerem parte de minha história de vida.

Ao meu orientador, professor doutor Carlos Henrique, pela confiança e valiosa colaboração — em especial, agradeço a paciência e gentileza que sempre me dispensou, ensinando-me a aprimorar minha escrita e a pesquisar.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

A Polyana, pela amizade e pelo incentivo quando esta pesquisa ainda era um projeto e no decorrer de sua construção.

A Analucia e Núbia, pela amizade e pelo incentivo.

A Virgínia Carvalho Teixeira, por me auxiliar na construção de minha identidade profissional.

A Terezinha Lellis, pelo empréstimo de livros e documentos importantes à pesquisa.

Ao Talneide (Tatá), por “desmistificar” Marx e “companheiros”, auxiliando-me com os textos da disciplina Epistemologia da Educação.

Ao Élson Felice, pela sincera amizade e pelas conversas sobre democracia.

Ao Jefferson Ildefonso e a Myrtes Dias da Cunha, mestres maravilhosos.

A Gianni e ao James, secretários do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), pela atenção e pelo profissionalismo.

Ao Manoel Cipriano, pelo incentivo durante a seleção para o PPGED.

À professora do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia/UFU Vanessa Costa Val, pela presteza e pelo auxílio na conversão dos orçamentos do município de Uberlândia (1983–8), imprescindíveis à pesquisa; e ao Leandro Cantuário, por organizar esses dados para que fossem convertidos.

Aos professores do PPGED/UFU José Carlos Souza Araújo e Sandra Cristina Fagundes de Lima, pelas indicações valiosas no exame de qualificação.

Ao professor Luciano Mendes de Faria Filho, por aceitar o convite para participar da banca de defesa.

Às entrevistadas, pela confiança em compartilhar e relatar suas histórias de vida.

Em especial, ao professor Nelson Armando de Paula Bonilha, pela dedicação e amizade.

Aos amigos maravilhosos do PPGED: Sirlene, Wendell, Handel, Patrícia, Talamira Taita, Cristiane Angélica, Tânia Cristina, Claudia, Alicia, Antoniette e Astrogildo.

Em especial, ao Willian Douglas, pela amizade e pelo auxílio nas questões tecnológicas.

Aos profissionais do Centro de Documentação da prefeitura de Uberlândia (CEDOC), do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS/UFU) e do Arquivo Público Municipal de Uberlândia, pela disponibilidade na busca por fontes.

Ao Edinan, pela edição do texto, formatação e normalização do trabalho.

Enfim, a quem contribuiu direta ou indiretamente para a execução e o aperfeiçoamento deste trabalho.

Meus sinceros agradecimentos!

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Manchete da vitória de Zaire Rezende na eleição para prefeito de Uberlândia de 1982	32
FIGURA 2 – Localização das associações de moradores no mapa de Uberlândia de 1988	76
FIGURA 3 – Localização das creches comunitárias no mapa de Uberlândia de 1988	77
FIGURA 4 – Manifestação em frente à Câmara Municipal de Uberlândia	83
FIGURA 5 – Exterior de creche comunitária de Uberlândia	107
FIGURA 6 – Exterior de creche comunitária de Uberlândia	107
FIGURA 7 – Interior de uma creche comunitária de Uberlândia	110
FIGURA 8 – Interior da creche dos funcionários da prefeitura de Uberlândia	110
FIGURA 9 – Zaire discursa em meios a políticos, dentre os quais Tancredo Neves	137
FIGURA 10 – Notícia sobre dificuldades financeiras enfrentadas por creches comunitárias	138
FIGURA 11 – Reunião com os moradores do bairro Aclimação	139
FIGURA 12 – Reunião com os moradores do bairro Tubalina	139
FIGURA 13 – Notícia sobre construção da creche do bairro Lagoinha	140
FIGURA 14 – Neuza Rezende abre oficialmente porta da nova sede da creche do bairro Lagoinha, em 21 de agosto de 1985	140
FIGURA 15 – Notícia sobre construção de seis creches com recursos do BNDES	141
FIGURA 16 – Creche do bairro Tubalina, entregue à comunidade em outubro de 1987	142
FIGURA 17 – Inauguração da creche do bairro Tubalina	142
FIGURA 18 – Creche comunitária do bairro Presidente Roosevelt à Angelino Pavan 104 – outubro de 1984	143
FIGURA 19 – Creche comunitária do bairro Presidente Roosevelt à rua Judith Moreira 76	143
FIGURA 20 – Creche do bairro Presidente Roosevelt à rua João Justino Fernandes, 319; nesse espaço foram unificadas as duas creches do bairro	144
FIGURA 21 – Creche do bairro Presidente Roosevelt – meados de 1990	144
FIGURA 22 – Casa alugada para abrigar creche comunitária do bairro Santa Mônica – meados de 1988	145
FIGURA 23 – Creche comunitária do bairro Santa Mônica construída mediante convênio com a Prefeitura de Uberlândia	145
FIGURA 24 – Placa de inauguração da creche comunitária do bairro Santa Mônica	146

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Regulamentação jurídica para a infância e a criança — Brasil, Minas Gerais e Uberlândia	45
QUADRO 2 – Creches comunitárias em Uberlândia (1981–8)	51
QUADRO 3 – Creches contempladas com subvenções pela lei 4.591, de 1º de dezembro de 1987 — exercício de 1988	90
QUADRO 4 – Profissão dos responsáveis pela criança (mãe, pai e outros)	99
QUADRO 5 – Renda da família de crianças que frequentavam creches comunitárias	99
QUADRO 6 – Rotina das creches comunitárias	104
QUADRO 7 – Infraestrutura física de algumas creches comunitárias por bairro	108

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Evolução quantitativa das creches comunitárias em Uberlândia (1981–8)	50
GRÁFICO 2 – Divisão orçamentária para o município de Uberlândia — 1983	81
GRÁFICO 3 – Divisão orçamentária para o município de Uberlândia — 1984	84
GRÁFICO 4 – Orçamento da SMTAS para 1984	84
GRÁFICO 5 – Divisão orçamentária para o município de Uberlândia — 1985	85
GRÁFICO 6 – Orçamento da SMTAS para 1985	85
GRÁFICO 7 – Divisão orçamentária para o município de Uberlândia — 1986	86
GRÁFICO 8 – Orçamento da SMTAS para 1986	87
GRÁFICO 9 – Divisão orçamentária para o município de Uberlândia — 1987	87
GRÁFICO 10 – Orçamento da SMTAS para 1987	88
GRÁFICO 11 – Divisão orçamentária para o município de Uberlândia — 1988	89
GRÁFICO 12 – Orçamento da SMTAS para 1988	89

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População do município de Uberlândia (1940–80)	62
TABELA 2 – Situação trabalhista das auxiliares de creche	103
TABELA 3– Recursos humanos da SMTAS: seção de creches — 1988	115

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo apresentar algumas considerações acerca do contexto histórico da educação infantil em Uberlândia, Minas Gerais, priorizando a organização, o atendimento e a manutenção das creches comunitárias, que se configuraram na arquitetura política da chamada democracia participativa no período entre 1983 e 1988, marcado por transformações no contexto da redemocratização política do país e de sua repercussão em âmbito local. Para tanto, buscou-se: aprofundar o estudo das questões específicas ao atendimento à infância desfavorecida no Brasil e no município e desvelar intenções políticas, assistenciais e educativas desse movimento para se compreender a realidade da educação infantil na cidade. Procurou-se detectar em que medida as creches comunitárias de Uberlândia se configuraram como assistência à família e se a prática assistencial se sobrepôs às práticas educacionais no interior dessas instituições. Metodologicamente, foram realizados os seguintes procedimentos: analisamos bibliografia referente à história da infância e sua escolarização, enfatizando posteriormente o histórico das creches no Brasil; consideramos também estudos referentes aos movimentos sociais organizados; entrevistamos os sujeitos envolvidos na constituição e consolidação das creches comunitárias em Uberlândia; buscamos referenciais na legislação como forma de identificar as questões acerca das creches, bem como na imprensa periódica e em imagens (fonte iconográfica). Também analisamos relatórios produzidos pela Secretaria Municipal do trabalho e Ação Social sobre o trabalho feito nas creches comunitárias, o plano de ação da gestão Democracia Participativa e os orçamentos do município, a fim de identificar dados que contemplassem essas instituições. Portanto, esse manancial de fontes revelou evidências importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Dentre as evidências indicadas por elas (bibliografia referente à história da educação infantil, entrevistas, análise da legislação, imprensa periódica, relatórios e orçamentos do município durante o período em estudo), podemos afirmar que a análise desses documentos aponta um movimento social efetivo cuja trajetória foi marcada por conflitos, embates e conquistas. Essas últimas, ainda que não ideais, foram de certa forma importantes para a sociedade naquele momento, dado o contexto anterior a 1983. Assim, essas conquistas foram fundamentais para reconfigurar a concepção de criança, infância e educação infantil no contexto educacional uberlandense.

Palavras-chave: educação infantil, creches comunitárias, democracia participativa.

ABSTRACT

This study aimed to present some considerations concerning to the historical context of childhood scholar education in Uberlandia, Minas Gerais, prioritizing, organization, care and maintenance of community day-care centers, which has been shaped during the political architecture of the so-called Participative Democracy, in the period from 1983 to 1988, which was marked by transformations in the context of political democratization in the country as well as its impact at the local level. Therefore, we sought to study further the issues specific to care for disadvantaged children in Brazil and in the city, uncovering political educational and social hidden purposes on this movement in order to understand the reality of childhood education in the city. We tried to detect how much Uberlândia day-care centers could be configured as family care, and if care practices has outgrown the educational practices within those institutions. Methodologically, the following procedures were performed: analysis of the literature concerning to the history of childhood and schooling, with further emphasis on the history of day care centers in Brazil; We also consider the studies related to organized social movements, interviewed the characters involved to the process of formation and consolidation of day-care centers in Uberlandia, sought references in the legislation as a way to identify questions concerning to daycare centre, as well as in periodicals and images (iconographic source). We also analyzed the reports produced by SMTAS about the work done at the community day-care centers and Administration action plan related to Participative Democracy, and also the budgets of the municipality in order to identify those data that was addressed these institutions. Therefore, all this sources signaled important evidences for the development of this research. Among the evidence specified by those sources such as bibliography related to the history of childhood education, interviews, analysis of legislation, periodical press, reports and budgets of the municipality during the study period, we can affirm that the analysis of these documents point to an effective social movement on its path marked by conflicts, struggles and achievements. These achievements, although not ideal, were somehow important to the society at that time, considering the position prior to 1983. Thus, these achievements were fundamental to reconfigure the understanding of infant, childhood and childhood education on the educational context at Uberlândia.

Keywords: childhood education, day-care centers, participative democracy.

SUMÁRIO

Introdução	25
Capítulo 1	
DOS PRIMEIROS CUIDADOS COM CRIANÇAS NO BRASIL AO SURGIMENTO DA CRECHE	35
1.1 Considerações iniciais	35
1.2 Do conceito de infância à reflexão sobre a criança	36
1.3 Aspectos legais das políticas sociais para infância	44
1.4 Creches comunitárias em Uberlândia	48
1.5 À guisa de síntese	52
Capítulo 2	
LIMITES E CONTRADIÇÕES DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA GESTÃO DE CRECHES COMUNITÁRIAS	55
2.1 Considerações iniciais	55
2.2 Democracia e democracia participativa: da transição da ditadura à participação popular	55
2.3 Democracia participativa em Uberlândia	61
2.4 Papel das associações de moradores e da igreja católica na implantação das creches comunitárias em Uberlândia: experiências e conflitos	68
2.5 Financiamento das creches comunitárias	80
2.6 À guisa de síntese	92
Capítulo 3	
CRECHES COMUNITÁRIAS E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: SUJEITOS, PRÁTICAS, COTIDIANO E PERSPECTIVAS	95
3.1 Considerações iniciais	95
3.2 Creche, família, mulher e trabalho: possibilidades de relação	96
3.3 Profissionais, rotina e espaço físico das creches comunitárias	101
3.4 Papel da creche comunitária: <i>missão</i> educativa <i>versus</i> ação educacional assistencializada	111
3.5 Creches comunitárias e democracia participativa: encontros e desencontros	117
3.6 À guisa de síntese	121
Considerações finais	123
Referências	127
Anexos	137
Apêndices	147

Introdução

Meu¹ interesse pela educação infantil e, sobretudo, pela história das creches comunitárias de Uberlândia (MG) surgiu tanto de minha opção pela educação como formação acadêmico-profissional (em 2000, iniciei minha graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia/UFU) quanto de minha prática docente como professora da educação infantil. Aliados à vivência/prática com crianças pequenas, esses acontecimentos reavivaram fatos — narrados por minha mãe — que marcaram minha infância,² vivida na periferia e, em alguns momentos, numa creche, para que meus pais lutassem pela subsistência. Essa lembrança me ajudou a entender com mais exatidão as razões de minha escolha profissional e a ver que, embora numa ótica reflexiva, acompanhei os avanços e retrocessos desse movimento. Por isso, acredito que escrever parte da história do movimento por creches comunitárias em Uberlândia é importante para se compreenderem as políticas públicas voltadas a crianças e adultos, em especial mulheres-mães, sem direito a espaços público-sociais para a infância desfavorecida da cidade — direito assegurado pela Constituição Federal de 1988.

As lutas e reivindicações pró-creche se vinculam a um contexto político, em que se notam contradições. Por isso,

No momento da consolidação da educação infantil como um direito da criança, conhecer a história das instituições e das políticas públicas da área, traçada dentro das demais lutas sociais, pode apontar-nos novos caminhos se soubermos compreender as contradições em meio às quais foram gestadas.³

A luta por creches ocorreu, sobretudo, em municípios onde partidos *opositores* ao regime militar — em especial o Movimento Democrático Brasileiro (MDB, depois Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB) — assumiram a gestão municipal no início da década de 1980. Em Uberlândia, a criação de creches foi apoiada pelo poder público a partir de 1983, quando a administração municipal ficou a cargo de Zaire Rezende. Membro do PMDB, ele defendia e buscava implementar os princípios da democracia participativa. Eis por que este estudo parte de 1983 — quando as reivindicações por espaços destinados às crianças

¹ Adoto a primeira pessoa do singular aqui porque me refiro à minha experiência. Ao longo do texto, porém, uso a terceira do plural, como convém à dissertação acadêmica.

² Ao final do ano de 1982, então com 1 ano de idade, participei simbolicamente de uma manifestação vinculada ao movimento pró-creches comunitárias em Uberlândia. Após a missa na Igreja Católica São Judas Tadeu, eu estava em meu carrinho de bebê, de frente ao santuário, portando uma placa com o apelo “Ajude-nos a construir nossa creche”, enquanto algumas mães vendiam quitandas a fim de arrecadar recursos para a abertura e manutenção da segunda creche comunitária do bairro Presidente Roosevelt.

³ OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002, p. 57–8.

desfavorecidas do município ecoaram nas práticas do poder público, embora haja dados comprobatórios da criação de três creches comunitárias antes disso — e finda em 1988 — quando termina a gestão de Zaire Rezende e é promulgada a Constituição Federal, que prescreveu a educação infantil (creches e pré-escolas) como direito.⁴

Em Uberlândia e noutros municípios, o movimento pró-creches comunitárias teve influência de algumas ações mais amplas. Uma é a declaração de 1975 como Ano Internacional da Mulher, feita pela Organização das Nações Unidas (ONU), que promoveu e estimulou debates sobre a condição feminina e a superação da discriminação em diferentes setores (trabalho, saúde, violência e na vida cotidiana em geral), institucionalizou o período 1975–85 como Década da Mulher e propôs que todos os países apresentassem uma avaliação dos avanços alcançados então nesse quesito. Outra é a distensão política, que então dava os primeiros passos após 20 anos de ditadura militar e criou um contexto em que vários movimentos populares, a exemplo da reivindicação por creches, ganharam mais visibilidade.

Essa história de lutas permeia ainda outros espaços e contextos. Um é a cidade de São Paulo, com as experiências que a destacaram no apoio e na efetivação de movimentos sociais importantes para a redemocratização do país na década de 1970. Outro é a capital mineira, Belo Horizonte, cujas experiências nesse sentido se assemelhavam ao movimento de creches comunitárias de Uberlândia. Em São Paulo, a reivindicação por creches partiu da periferia e teve mulheres como sujeitos responsáveis pelo movimento:

[...] a reivindicação por creches inicialmente partiu de mulheres da periferia, em geral, donas de casa e empregadas domésticas que se organizavam nos bairros, através do clube de mães. Posteriormente, operárias, grupos feministas e intelectuais passam também a engrossar o movimento. Este toma forma mais explícita e objetiva em função da mulher trabalhadora em 1979, quando se oficializa como Movimento de Luta por Creches por ocasião do I Congresso da Mulher Paulista. A proposta do Movimento de Luta por Creches era a criação de uma rede de creches totalmente mantida pelo Estado, que tivesse a participação da comunidade na orientação e na escolha de seus funcionários. [...] o fato de as reivindicações partirem da camada popular, facilitou o processo de legitimação: a creche ganha aceitação por parte do Estado pela sua função reconhecida de guarda e assistência às crianças pobres.⁵

⁴ A periodização desta pesquisa segue a abordagem historiográfica do tempo presente, caracterizada fundamentalmente pela delimitação do campo constitutivo atual e pelo recorte temporal contemporâneo. A história do tempo presente foi desprezada pela historiografia acadêmica, que, “[...] durante muito tempo, desdenhou o exercício da história de períodos tão recentes”. LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PÔRTO JÚNIOR, Gilson (Org.) **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 34. Sobre a confiabilidade dessa abordagem, Lagrou diz que sua prática, comparada à das demais correntes historiográficas, é “[...] mais convencional que aquela de períodos anteriores, nos quais a falta de fontes conduz à inventividade à inovação metodológica” (p. 35).

⁵ HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1993, p. 31.

Em Belo Horizonte, as creches surgiram

[...] no final dos anos 70, em diferentes bairros da região industrial de Belo Horizonte (Minas Gerais) e municípios adjacentes, como fruto de luta e solidariedade de grupos de mulheres aí residentes. Da formulação dos estatutos, do aluguel de um imóvel ao pleno funcionamento das creches contava-se apenas com recursos da comunidade. [...] Assim, ao dar início ao processo de reivindicação de recursos junto aos órgãos públicos, aqueles grupos já possuíam um projeto para a creche elaborado coletivamente e, na maioria dos casos, já em execução.⁶

Tais fatos se entrelaçaram e se aproximam da realidade uberlandense. Também se assemelham ao movimento pró-creches comunitárias quanto ao papel de instituições públicas na criação desses equipamentos sociais e na forma de mantê-las. Assim, mais que em Belo Horizonte, São Paulo e Uberlândia, no país todo a luta pró-creches compôs o contexto de lutas urbanas, em grande parte, como movimentos reivindicativos por serviços de consumo coletivo.⁷

O desenvolvimento deste estudo se apoiou em evidências e registros de fontes diversas⁸ que pudessem nos situar nesse campo de lutas envolvendo sujeitos e ações complexas. Buscamos classificar/cruzar e interpretar tais fontes segundo o interesse da pesquisa, qual seja, desvendar práticas e discursos na história das creches em Uberlândia. Tais fontes e suas informações foram confrontadas para que pudéssemos escrever uma narrativa *histórica*, porém provisória, pois segue a ótica de alguém — o pesquisador — que *reuniu* fontes, isto é, pontos de vista. Afinal, a seleção de documentos a serem analisados no trabalho de pesquisa é subjetiva: ao optar por certas fontes, o pesquisador descarta outras; e, ao fazê-lo, impõe seu ponto de vista, ou seja, mostra que o desejo de verdade é efêmero.

Com essa perspectiva de análise, buscamos contrapor documentos oficiais e não oficiais da época ao relato de sujeitos envolvidos na luta e efetivação das creches comunitárias. Tal procedimento traz à cena indagações que enriquecem o entendimento do momento histórico estudado porque supõem compreender o *passado* na perspectiva de quem o vivenciou. Logo, temos de destacar a importância das entrevistas para este estudo, pois nos é claro que, assim, teremos mais possibilidades de perceber as relações estabelecidas e construídas no cotidiano da

⁶ VIEIRA, Livia Maria Fraga; MELO, Regina Lúcia Couto de. A creche comunitária “Casinha da Vovó”. Prática de Manutenção/Prática de Educação — 1985. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 135.

⁷ Ver: GOHN, Maria da Glória M. **A força da periferia**: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985. E também: FILGUEIRAS, Cristina A. C. **Práticas educativas no movimento popular**: as experiências das mulheres do bairro Industrial. 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

⁸ Bibliografia sobre a história da educação infantil, monografias acadêmicas sobre manifestações populares e constituição de associações de moradores/ bairro em Uberlândia, fotografias (fonte iconográfica), entrevistas, legislação, relatórios da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SMTAS), imprensa escrita (jornais e revistas) etc.

luta por creche em Uberlândia na ótica de quem as vivenciou, sem correr o risco de legitimar visões unilaterais.

Cabe frisar, as fontes orais não são verdades absolutas; afinal, lidamos com “documentos vivos”, isto é, pessoas, cujos relatos — em hipótese alguma — são puros, assim como não o são as demais fontes; antes, são passíveis de seleção e esquecimento quanto à interpretação de suas experiências. Igualmente, as fontes orais em particular não podem ser vistas como falsas. Superar esse impasse é tarefa do pesquisador, que deve analisar tais fontes de modo que possa reconstituir os fatos e, mais que isso, observar e interpretar por que a vivência dos sujeitos dá aos fatos uma nova dimensão. No caso desta pesquisa, cujo recorte histórico se apóia na abordagem da história do tempo presente, devemos ser prudentes ao lidar com essas fontes no tratamento historiográfico do objeto deste estudo.

[...] Tal cautela deve nortear o tratamento a ser dado, por exemplo, aos depoimentos e aos testemunhos, uma das fontes que têm se tornado freqüentes nos últimos tempos. Por mais sedutoras que possam ser essas falas, é fundamental perceber o quanto elas podem ser produto da aplicação consciente de filtros “corretores” ou que podem estar marcadas por “lapsos” que incidem nessa complexa dimensão que é a memória. Justamente, a existência de testemunhas/protagonistas dos acontecimentos, verdadeiros *arquivos vivos*, e a oportunidade de ouvi-los são das particularidades mais valiosas que o Tempo Presente disponibiliza. O fato de o pesquisador poder ter contato direto com tal testemunha, trocando informações, fornecendo pontos de vista, aferindo o conhecimento nas fases de coleta de dados, de elaboração de hipóteses, de sistematização de dados e até de publicização de resultados parciais ou finais, é um trunfo para quem trabalha com períodos históricos recentes. Sem dúvida, esses *arquivos vivos* constituem-se em fonte interativa e aferem, enquanto tal, as informações colhidas durante a caminhada da pesquisa e interação, como protagonistas dos eventos analisados, com a leitura interpretativa do factual. Contudo, é claro, não podem ser utilizados como fonte exclusiva dos acontecimentos em questão, sob risco de produzir leituras idealizadas, parciais, laudatórias, apologéticas, etc.⁹

Nesse sentido, os relatos obtidos pela história oral, a que recorremos como técnica, e não método, serão usados aqui como fonte tão relevante quanto as demais.

No círculo dos usuários da História Oral, mais adensado tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui um objeto definido, com procedimentos claros e preestabelecido que a justifica como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa. É sobre ela que se organiza o projeto de trabalho. No caso de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrentes das outras fontes.¹⁰

⁹ PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, jan./jun. 2009, p. 38.

¹⁰ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996, p. 31.

Assim, entrevistamos o prefeito de Uberlândia no período em estudo, o secretário Municipal de Educação e Cultura no mesmo período e a secretária Municipal do Trabalho e Ação Social no período 1984–8;¹¹ o presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica na década de 1980 e a presidenta da Associação de Moradores do Bairro Presidente Roosevelt entre 1986 e 1987. Também entrevistamos pessoas do cotidiano direto das creches comunitárias no período em estudo: uma coordenadora da creche do Santa Mônica entre 1986 e 1992; uma líder comunitária do Presidente Roosevelt no decênio de 1980; uma mãe e participante da diretoria da creche comunitária do Presidente Roosevelt de 1986 a 1990; uma mãe e cozinheira da creche do Presidente Roosevelt entre 1982 e 2008; uma auxiliar (tomava conta de crianças) da creche do Presidente Roosevelt no período 1986–9; uma auxiliar da creche do Santa Mônica atuante desde 1991; enfim, uma auxiliar da creche do Santa Mônica atuante desde 1992.

Priorizamos informantes dos bairros Roosevelt (setor norte) e Santa Mônica¹² (setor leste) no recorte deste estudo (1983–8) e também depois porque tais bairros careciam de acesso a serviços sociais necessários para se atender satisfatoriamente a comunidade — daí haver neles mobilizações sociais importantes. Também influenciaram essa escolha a disponibilidade para entrevista e as trajetórias distintas dessas pessoas quanto à organização da comunidade na materialização do equipamento social creche comunitária em cada bairro. Cabe frisar ainda que, para apreendermos a configuração desse movimento em todo o município de Uberlândia (leia-se, outras creches comunitárias que não as dos bairros citados), priorizamos não só o contexto relatado pelos entrevistados, mas também o que foi delineado por outras fontes.

A legislação consultada trata de questões relativas à infância, criança e educação infantil nas esferas federal, estadual e municipal e inclui: Código de Menores de 1927; regulamentação do trabalho dos menores no período Vargas (1943); declaração dos direitos da criança, de 1959; leis de Diretrizes e Bases Nacional/LDBN 4.024/61 e 5.692/71; Código de Menores de 1979; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Constituição do Estado de Minas Gerais, de 1989; Estatuto da Criança e Adolescente/ECA (lei 8.069/90); e Lei Orgânica do Município de Uberlândia, de 1990.

¹¹ Niza Ribeiro Luz nasceu em 20/8/1939, em Uberlândia (MG). Assistente social, assumiu a Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SMTAS) de 1984 a 1988 e nas gestões seguintes (1990–6). Entre 1997 e 2000, foi vice do prefeito Virgílio Galassi. Depois disso, dedicou-se a atividades empresariais. Não usamos seu relato aqui porque ela não assinou o termo de cessão que nos autoriza a fazê-lo.

¹² Embora as duas auxiliares de creche, depois auxiliares de serviços gerais da então creche comunitária do bairro Santa Mônica, tenham começado a trabalhar nela no início da década de 1990 — portanto após o recorte temporal desta pesquisa (1983–8) —, o relato delas é pertinente porque revela que, mesmo após a gestão Democracia Participativa, as condições de muitas creches — nesse caso, a do bairro Santa Mônica — assemelhavam-se às de creches constituídas no início dos anos de 1980. O relato delas também mostra a influência da associação representativa em sua constituição e seu funcionamento a partir da segunda metade dos anos de 1980, fato que se mostrou salutar às análises sobre como se configurou tal movimento no bairro Santa Mônica.

Consideremos relevante a documentação referente a creches comunitárias em Uberlândia encontrada no Centro de Documentação (CEDOC),¹³ onde localizamos relatórios (alguns manuscritos) de técnicos e monitores da SMTAS, porque revelam olhares significativos do cotidiano delas no período pesquisado, além de fotografias que, também, retratam o cotidiano delas e as lutas do movimento pró-creche. Segundo Reducino,¹⁴ “A historiografia tem permitido, em sua evolução, a aceitação de uma diversidade de fontes consideradas, até então, não oficiais como elementos de pesquisa”. Nesse sentido, o documento iconográfico será considerado aqui como fonte indispensável, pois “[...] as fotos [...] tornaram-se elementos que levam o observador a reinterpretá-las e, ao mesmo tempo, a associá-las a um momento histórico”.¹⁵

Outro conjunto de fontes a que recorremos são os orçamentos municipais de 1983 a 1988, que nos permitiram verificar em que medida previam as creches comunitárias, a distribuição anual de recursos e a participação no universo global do orçamento municipal. A eles se agrupam os relatórios produzidos por profissionais da SMTAS sobre o trabalho desenvolvido nas creches comunitárias. Como não localizamos aqueles relativos ao cotidiano da creche dos bairros Presidente Roosevelt e Santa Mônica, os relatos dos entrevistados se tornam mais relevantes para desvelarmos a realidade de tais creches, pois apresentam o olhar de quem se envolvia “in loco” naquele contexto — mães, líderes comunitários, profissionais das creches etc.

No Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/UFU), localizamos monografias sobre movimentos sociais em Uberlândia, a exemplo da constituição das associações de moradores/bairro e suas experiências como movimento social na década de 1980.

A imprensa escrita mostrou ser fonte imprescindível a esta investigação, pois registrou momentos importantes da reivindicação, da luta, do embate e da manutenção das creches comunitárias. Para Capelato, a imprensa periódica é um manancial fértil para se conhecer o passado: “O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época. A imprensa registra, comenta e participa da história”.¹⁶ Assim, tomamos como fonte o *Correio de Uberlândia*, *O triângulo* e

¹³ O CEDOC tem um acervo de documentos produzidos pela prefeitura de Uberlândia. Também preserva documentos de 1888, dentre jornais, processos da Câmara, livros e revistas.

¹⁴ REDUCINO, Marileusa de Oliveira. **Uma praça e seu entorno**: plasticidades efêmeras do urbano, Uberlândia — século XX. 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 44.

¹⁵ REDUCINO, 2003, p. 45.

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto/editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 13.

Primeira hora,¹⁷ publicados em Uberlândia durante o período estudado. A leitura analítica desses jornais evidencia posições distintas nas questões políticas, sociais, educacionais e, sobretudo, ao movimento e à efetivação de creches comunitárias, pois veicularam visões e interesses diversos, bem como discursos ideologicamente antagônicos. Verificamos que o *Correio de Uberlândia* no período pesquisado foi porta-voz dos interesses de grupos economicamente hegemônicos e setores políticos que se mantiveram no poder público municipal por décadas¹⁸ e cuja atuação convergia para os interesses de parcelas da elite uberlandense. O trecho a seguir exemplifica essas afirmações, pois sugere certa insatisfação com a vitória da oposição (PMDB) na eleição municipal 15 de novembro de 1982:

A vitória do PMDB e em especial àquela conquistada pelo Dr. Zaire, vai ficar na história da política de Uberlândia. Ninguém em sã consciência acreditava que o PDS poderia perder as eleições em Uberlândia, depois de uma administração dominada por obras de infraestrutura e de projeção, pelo dinâmico Virgílio Galassi.¹⁹

Fundado em 1982 com funções preestabelecidas, o jornal *Primeira hora*²⁰ circulou até 1988 (final da gestão Democracia Participativa). Suas páginas deixam entrever mais visibilidade a problemas sociais, lutas das camadas mais pobres da cidade e, logo, à atuação do então prefeito Zaire Rezende, que, antes de tomar posse, tem o jornal como aliado político central.

Zaire! Zaire! Zaire! Gritava a multidão reunida na festa para a vitória do PMDB em Uberlândia. Nem a chuva atrapalhou a festa do povo sedento de democracia e cansado de demagogia [...] Zaire começou a ser gritado ainda antes do início do comício, durante e após cada discurso, de Tancredo Neves, de Ronan Tito e Luiz Alberto Rodrigues, e de cada um dos demais candidatos, a multidão calculada em mais de 30 mil pessoas gritava o nome do candidato que agora já aparece como o favorito para levar a oposição democrática pela primeira vez ao governo de Uberlândia.²¹

¹⁷ Pesquisamos os referidos jornais no Arquivo Público Municipal, onde encontramos ainda documentos iconográficos, cartográficos, manuscritos, jornais, fotografias e revistas provenientes de instituições ou pessoas da comunidade.

¹⁸ Uberlândia foi governada de 1967 a 1982 por duas pessoas: Renato de Freitas e Virgílio Galassi. Embora compusessem grupos diferentes, suas concepções administrativas e seus projetos não se distinguiam. Ver: JESUS, Wilma Ferreira. **Poder público e movimentos sociais: aproximações e distanciamentos**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Uberlândia.

¹⁹ POLÍTICA. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 1, 18 nov. 1982.

²⁰ Alguns secretários municipais e o prefeito Zaire Rezende eram acionistas do jornal *Primeira Hora*.

²¹ MAIS de 30 mil no comício aplaudem Zaire e Tancredo. **Primeira hora**, Uberlândia, p. 1, 11 nov. 1982.



FIGURA 1 – Manchete da vitória de Zaire Rezende na eleição para prefeito de Uberlândia de 1982
 Fonte: 32 URNAS... **Primeira hora**, 1982, p. 1.

A capa da edição de 16 de novembro de 1982 (FIG. 1) do *Primeira hora* noticia a vitória de Zaire; as fotografias que ilustram o texto sugerem sua aproximação das camadas desfavorecidas. Como se deduz das notícias citadas, esses dois jornais mostram posicionamentos explícitos relativos à política local, isto é, revelam um discurso coerente com suas trajetórias e orientações editoriais. Afinal,

[...] o espaço jornalístico configura-se, primeiramente, por ser um meio de transmissão de informações, não sendo ele neutro e imparcial, perante os acontecimentos, e não estando à margem da realidade social e política. E também por ser formador e regulador da opinião pública, pelo fato de veicular análises a respeito da vida política, educacional, comercial, moral, religiosa, entre outros. Na verdade, constitui-se num instrumento de veiculação e manipulação de interesses diversos (públicos e privados), e passa a atuar na vida social e, conseqüentemente, não fica alheio à realidade histórica na qual está inserido.²²

²² CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães. Uberlândia, MG 1905–1922. Uberlândia: editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2004, p. 48.

As mudanças sociopolíticas e educacionais revelam as concepções ideológicas que permeavam a imprensa uberlandense à época. Está claro que os jornais impressos e suas reportagens foram usados, implícita ou explicitamente, como meio de propagação de projetos hegemônicos para a cidade. Isso fica claro no tratamento jornalístico dado ao assunto movimento pró-educação infantil.

Posto isso, é nessa perspectiva que buscamos escrever parte da história da educação infantil em Uberlândia, com ênfase na luta da comunidade pelo direito à creche e nos espaços públicos para crianças de 0 a 6 anos de idade.

A dissertação resultante da pesquisa se divide em três capítulos.

No capítulo 1, analisamos diferentes perspectivas históricas em torno da infância e das instituições para crianças de 0 a 6 anos de idade, destacando o histórico das creches no Brasil. Apresentamos ainda algumas políticas sociais no âmbito legal destinadas à infância menos favorecida e o contexto uberlandense relativo à evolução quantitativa das instituições para crianças menores de 6 anos de idade, enfatizando as creches comunitárias.

No capítulo 2, abordamos o contexto político em que os movimentos sociais organizados serão importantes para a efervescência dos movimentos pró-creches no Brasil. Julgamos indispensável, porém, recuar a análise à época da ditadura militar (1964–85), quando os movimentos reivindicativos vêm à tona. Nessa conjuntura, destacamos o empreendimento de políticas participativas no país e, particularmente, na Uberlândia do início dos anos de 1980, quando prevaleceu a ótica do PMDB local, representado por Zaire Rezende, ou seja, a chamada democracia participativa e a influência de associações de moradores e da igreja católica na implantação das creches comunitárias. Ainda neste capítulo, foram considerados os orçamentos do município e a imprensa escrita, que permitiram analisar mais detalhadamente suas dimensões externas, ou seja, como o poder público municipal direcionava recursos para creches comunitárias

No capítulo 3, concentramo-nos nas creches comunitárias em pormenores. Consideramos os sujeitos que influenciaram direta ou indiretamente na criação delas e seu cotidiano, a fim de apreender a concepção de infância e criança em seu interior, se tais concepções convergiam para as que o grupo social democrata (PMDB) defendia e como ocorriam na prática.

Capítulo 1

DOS PRIMEIROS CUIDADOS COM CRIANÇAS NO BRASIL AO SURGIMENTO DA CRECHE

1.1 Considerações iniciais

As creches surgiram na Europa, no fim do século XVIII; no século seguinte, consolidaram-se e modificaram-se. Mas, embora saibamos que conhecer o passado da creche no mundo ajude a compreendê-la no presente, enfocamos mais detidamente aqui o histórico da creche no Brasil, cujos primórdios datam do século XIX. Sobretudo, tratamos de instituições destinadas à infância desfavorecida socialmente, com ênfase na creche e no serviço destinado a crianças de 0 a 6 anos de idade. Assim como as concepções de creche mudaram historicamente, em períodos históricos distintos houve concepções múltiplas de infância,²³ conforme o desenvolvimento social, político e econômico de cada contexto. Historicamente, o interesse pela criança mudou conforme a sociedade e as formas distintas de organização social. Realidades sociais, culturais e políticas diversas interferiram na transformação dos sentimentos relativos à infância. Noutros termos,

A idéia de infância [...] não existiu sempre, e da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social desempenhado pela criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“de adulto”) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade.²⁴

A legislação destinada à população infantil e juvenil — é claro — seguiu esses processos históricos; e sua trajetória se materializa aqui em marcos importantes, sobretudo quanto à infância desfavorecida; noutros termos, se esta era de fato atendida pelo serviço de creche como

²³ Os estudos do historiador francês Philippe Ariès, sobretudo sua *História social da criança e da família*, indicam que o sentimento de infância começa no século XVII, na transição para a sociedade moderna. Segundo ele, em particular a partir do século XVIII, com o mercantilismo, a relação entre adultos e crianças se modifica: configura-se uma nova estrutura familiar em torno da criança, que passa a ser merecedora de cuidados e educação. Autores como Moysés Kuhlmann Júnior, Franco Cambi e outros viram nas considerações de Ariès uma visão histórica linear além dos limites metodológicos e empreenderam uma discussão que revela a existência social da criança em espaços como a família e a escola antes mesmo do século XVII. Ver: ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981. E também: KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 18–23; CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Avaro Lorencini. São Paulo: São Paulo: Editora UNESP, 1999.

²⁴ KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995, p. 19.

prescrevia a legislação. Para tanto, descreveremos quantitativamente as ações efetivadas no município de Uberlândia, com ênfase na criação de creches comunitárias na década de 1980, quando a Constituição Federal de 1988 e leis federais, estaduais e municipais reconheceram a necessidade do serviço de creche para a faixa etária 0–6 anos.

1.2 Do conceito de infância à reflexão sobre a criança

A origem institucional da creche está na Europa do fim do século XVIII, em instituições que se configuraram como casas de amparo a crianças pobres, asilos ou casas de custódia, onde a preocupação básica era a guarda de crianças em recintos em geral inadequados.²⁵ A motivação central para isso advinha do sistema produtivo que se implementava, em que o modelo agrário-mercantil de produção, aos poucos, dava lugar ao urbano-manufatureiro, em especial a indústria têxtil, que demandava um contingente relevante de mão de obra feminina e, em muitos casos, de crianças. Nessa conjuntura, surgem as primeiras instituições educacionais infantis, cujo ponto de partida era o destino social da criança atendida. Assim, “[...] o embrião das creches modernas encontra-se nos chamados ‘refúgios’ europeus [...] cujo objetivo principal era a guarda e alimentação dos filhos das mulheres que precisavam se ausentar do lar”.²⁶ Filantrópicas, essas instituições objetivavam acima de tudo reduzir a mortalidade infantil. A partir daí, muda a concepção de infância e surgem instituições vinculadas a transformações econômicas e sociais, em que se atribui à escola status social — mas a educação oferecida às camadas menos favorecidas se distinguia da educação destinada aos privilegiados socialmente. Nesse sentido, a escola de tricotar de Oberlin, criada em 1769, é tida como a primeira instituição criada para crianças pobres e mães que trabalhavam fora de casa. Após visitar essa escola e o estabelecimento de Pestalozzi, na Suíça, Robert Owen criou, em 1816, “[...] uma escola que recebia alunos desde a idade em que pudessem andar, até os 25 anos, localizada em New Lanark, na Escócia, onde funcionava a fábrica em que era diretor”.²⁷ Mas a educação propagada nessas instituições se voltava, sobretudo, à moralização.

²⁵ Nos estudos de Ariès (1981), as crianças eram vistas como miniaturas de adultos e necessitavam de cuidados especiais. Nas sociedades primitivas e antigas, cresciam em meio a atividades no ambiente familiar, mas modos de atendimento extradomésticos se constituíram nas camadas sociais desfavorecidas desde as sociedades primitivas e se fizeram presentes na Idade Antiga, com as *mães mercenárias*, e nas idades Média e moderna com as *rodas dos expostos* ou *lares substitutos*, a cargo de entidades religiosas ou filantrópicas. Cf. OLIVEIRA, 2002. Convém registrar que, no contexto da Revolução Industrial, surgiram na França as *gardeuses d’ enfants* (criadeiras), as quais tiravam das ruas as crianças que perambulavam famintas enquanto suas mães trabalhavam nas fábricas. Ver: RIZZO, Gilda. **Educação pré-escolar**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982, p. 18.

²⁶ DROUET, Ruth Caribe da Rocha. **Fundamentos da educação pré-escolar**. São Paulo: Ática, 1990, p. 20.

²⁷ KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. O jardim de infância e a educação de crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos. (Org.) **Educação da infância brasileira: 1875–1983**. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 5.

No Brasil, o atendimento à população infantil começou no século XIX e, desde o início, era hierarquizado pela distinção social.²⁸ Nagle²⁹ explicita a diferenciação entre dois tipos de instituições para infantes: jardins de infância e escola maternal — esta para filhos de operários — e diz que a educação nos jardins de infância³⁰ se estabeleceu no Brasil para crianças mais favorecidas. Segundo Kuhlmann Júnior,

O setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites, com os jardins de infância, de orientação froebeliana, teve como principais expoentes, no Rio de Janeiro, o do Colégio Menezes Vieira, fundado em 1875; e em São Paulo, o da Escola Americana, de 1877. No setor público, o jardim de infância anexo à escola normal Caetano Campos, de 1896, atendia aos filhos da burguesia paulistana.³¹

Verificamos que, mesmo com essa dualidade social, as creches foram difundidas e instaladas antes dos jardins de infância.

Mudanças provocadas pela industrialização capitalista estimularam novas mentalidades sociais, sobretudo quanto ao papel da mulher, da família e quanto ao sentimento de infância, o que permitiu a escolarização da criança. “[...] a proclamação da República no país, ocorrida em 1889, dentro de um cenário de renovação ideológica, trouxe modificações também para o entendimento de questões sociais, que continuaram a ser tratadas conforme a camada social da população atendida”.³² Nessa ótica, as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas implantadas no Brasil eram incentivadas pela recomendação da criação de creches nas indústrias, em especial em congressos que abordavam a assistência à infância. Em 1899, foi criada, então, a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro — a primeira para

²⁸ No Brasil Colônia, criou-se a roda dos expostos, única instituição de assistência à criança abandonada no país durante um século e meio; foi extinta em meados da década de 1950. Cf.: MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726–1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 53. A roda dos expostos das Santas Casas de Misericórdia, as casas da roda ou a casa dos expostos, originaram-se na Europa e recolhiam, no anonimato, crianças cujos pais as rejeitavam, filhos de mães solteiras, de mulheres de “má conduta”, abandonadas. Famílias que viviam em pobreza extrema e escravos, também, recorriam a elas na esperança de que os filhos, adulados por alguma família com posses, recebessem boa educação. Essas casas encaminhavam as crianças para adoção ou atendimento em instituições caritativas. Ver: DONZELOT, Jaques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 27–33. Com a desativação das rodas dos expostos, a criança deixou de ser objeto de caridade para ser alvo de políticas estatais.

²⁹ NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 292.

³⁰ No Brasil, de início as opiniões sobre a função do jardim de infância eram discrepantes: uns o consideravam vantajoso ao desenvolvimento infantil, por isso os recebiam com entusiasmo; outros o identificavam com os asilos franceses, cujos objetivos eram de caridade e se destinava aos mais pobres. Rui Barbosa mencionou sua importância em 1822, ao propor um projeto reformista para o ensino primário.

³¹ KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 84.

³² OLIVEIRA, 2002, p. 94.

filhos de operários de que se tem registro. Seu regulamento garantia matrícula aos filhos de todos os operários efetivos e não só a mães trabalhadoras.³³

Ainda em 1899, “[...] fundou-se o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) no Rio de Janeiro, instituição pioneira, de grande influência, que posteriormente abriu filiais por todo o país”. Fundado pelo médico Arthur Moncorvo Filho, objetivava fomentar a criação de asilos de maternidade e creches. Em 1908, a Associação das Damas da Assistência à Infância, apêndice do IPAI, fundou a creche Senhora Alfredo Pinto, “[...] que atendia, em sua grande maioria, filhos de empregadas domésticas e não de operárias”.³⁴ Em seguida, outra instituição destinada ao atendimento infantil foi constituída na Companhia de Tecidos Alliança, também no Rio de Janeiro. Kuhlmann Júnior destaca a criação da creche da Vila Operária Maria Zélia, em 1918, na cidade de São Paulo, e a da indústria Votorantin, em 1925, em Sorocaba, tidas não só como direito dos trabalhadores e de seus filhos, mas também como dádiva dos filantropos.³⁵

Porém, antes da proclamação da República, o jornal *Mãe de família*, surgido no Rio de Janeiro em 1879 e destinado a mães burguesas, publicou a primeira referência à creche no Brasil. O médico da Santa Casa de Misericórdia Kossuth Vinelli escreveu o texto “A creche — asilo para a primeira infância”,³⁶ onde a defende como alternativa a mães trabalhadoras domésticas, dada a transformação iminente nas relações de trabalho; o texto explicita uma preocupação com a educação dos filhos de escravos após a Lei do Ventre Livre.³⁷ Segundo Oliveira:

[...] a abolição da escravatura no Brasil suscitou, de um lado, novos problemas concernentes ao destino dos filhos dos escravos, que já não iriam assumir a condição de seus pais, e, de outro concorreu para o aumento do abandono de crianças e para a busca de novas soluções para o problema da infância, as quais na verdade, representavam apenas uma “arte de varrer o problema para debaixo do tapete”: criação de creches, asilos e internatos, vistos na época como instituições assemelhadas e destinadas a cuidar das crianças pobres.³⁸

Assim, a uma ação assistencialista que atribuía a missão de *acolher* a infância pobre às creches, aos asilos e aos internatos, subjazia um discurso que atribuía a culpa pela situação das crianças a suas famílias. Dada a higienização deficiente da sociedade, tais instituições se

³³ KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 79.

³⁴ KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 84.

³⁵ Ver KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 84–6.

³⁶ Vinelli apresenta a creche como algo diferente da creche proposta por países europeus, que a defendiam em nome da ampliação do trabalho industrial feminino. No Brasil, porém, não havia demanda efetiva no setor industrial para mulheres. Cf.: KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. (Org). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 471.

³⁷ Ver KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 471.

³⁸ OLIVEIRA, 2002, p. 92.

apresentaram, de início, como promotoras da higiene relativamente às crianças — prática esta com vínculos diretos com a construção da sociedade moderna propagada pelo ideário liberal do final do século XIX.

Em meados do século XX, sobretudo nos anos de 1920, encabeçados por imigrantes politizados e cientes de seus direitos, surgem movimentos contrários às condições precárias de trabalho e de vida a que era submetida a mão de obra. Dentre as reivindicações, estavam creches para seus filhos. Mesmo sistematicamente combatidos pelas associações patronais, obtiveram resultados: a fim de conterem e disciplinarem os trabalhadores, alguns empresários criaram vilas operárias, clubes operários, creches e escolas maternas, cumprindo parte dessas reivindicações.

Para atrair e reter a força de trabalho, fundaram vilas operárias, clubes esportivos e também algumas creches e escolas maternas para os filhos de operários [...] iniciativas que foram sendo seguidas por outros empresários. Sendo de propriedade das empresas, a creche e as demais instituições sociais eram usadas por elas no ajuste das relações de trabalho. O fato de o filho da operária estar sendo atendido em instituições montadas pelas fábricas passou, até, a ser reconhecido por alguns empresários como algo vantajoso, por provocar um aumento de produção por parte da mãe. Todavia, tanto o discurso dos patrões como o próprio movimento operário enalteciam um ideal de mulher voltada para o lar, contribuindo para que as poucas creches criadas continuassem a ser vistas como paliativos.³⁹

Com efeito, a creche cumpria a função de apoiar a família, pois era exclusivamente para quando as mães necessitassem trabalhar — à época, mulheres pobres e operárias.⁴⁰ Isso sugere que as poucas creches de fato eram paliativas, pois, na ótica dos patrões e do movimento operário, a mulher tinha de trabalhar apenas se houvesse muita necessidade. Assim, era reforçado o discurso de que o ideal seria a mulher permanecer no lar e cuidar dos filhos. Segundo Oliveira, “Não se considerava que a inserção contraditória da mulher no mercado de trabalho era própria da forma de implantação do capitalismo no país, agravada pelo patriarcalismo da cultura brasileira”.⁴¹

O primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, em 1922, discutiu aspectos sociais, médicos, pedagógicos, higiênicos etc. que, direta e indiretamente, referiam-se à criança, a exemplo da creche. Enfatizamos duas questões: a defesa da creche como alternativa de combate à pobreza e à mortalidade infantil e o atendimento aos filhos da trabalhadora, mas com uma prática que reforçava o lugar da mulher no lar, ao lado dos filhos. Essa postura repromovia a defesa da família tradicional, em que a mãe tinha papel determinado: “[...] a díade mãe-filho

³⁹ OLIVEIRA, 2002, p. 96–7

⁴⁰ KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 472.

⁴¹ OLIVEIRA, 2002, p. 97

parecia inquestionável [...] o que nos conduz a pensar num forte componente ideológico sustentando um modelo cultural de família tradicionalmente encontrado, o da família nuclear”.⁴²

Em 1923, surge a primeira regulamentação do trabalho feminino. Sobre isso, diz Kuhlmann Júnior:

[...] prevendo que os estabelecimentos de indústria e comércio deveriam facilitar a amamentação durante a jornada, com a instalação de creches ou salas de alimentação próximas ao local de trabalho. Em 1932, regulamenta-se o trabalho da mulher, tornando-se obrigatórias as creches em estabelecimentos com pelo menos 30 mulheres maiores de 16 anos, medida que vai integrar a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] e depois constar dos direitos sociais da Constituição de 1988 de forma mais ampla, prevendo educação infantil gratuita aos filhos de 0 a 6 anos de idade de pais e mães trabalhadores, mas que nunca chega a ser aplicada de forma generalizada.⁴³

Entretanto, o atendimento efetivo a crianças na faixa etária 0–6 anos, filhos de pais e mães trabalhadoras, e àquelas desfavorecidas socialmente era insuficiente na década de 1920, como o seria no decênio de 1980. Paralelamente à regulamentação do trabalho da mulher, ainda nos anos de 1920, grande parte das creches era mantida por entidades filantrópicas que recebiam donativos. Nesse período, médicos sanitaristas defendiam a creche como forma de prevenção às frequentes infecções resultantes das condições precárias de higiene das camadas mais pobres da população.

Nesse momento, a vida da população das cidades, conturbada pelo projeto de industrialização e urbanização do capitalismo monopolista e excludente em expansão, exigia paliativos aos seus efeitos nocivos nos centros urbanos, que se industrializavam rapidamente e não dispunham de infra-estrutura urbana em termos de saneamento básico, moradias, etc., trazendo o perigo de constantes epidemias. A creche seria um desses paliativos, na visão de sanitaristas preocupados com as condições da população operária, ou seja, com a preservação e reprodução da mão de obra, que geralmente habitava em ambientes insalubres.⁴⁴

Após a década de 1920, surgem leis e órgãos destinados ao atendimento infantil, assim como ocorre um processo cíclico de *criação* e *desativação* de organismos, instituições e programas destinados à infância. A concretização de trabalhos de assistência social e educacional efetivou um quadro de atendimento que envolvia os ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social, da Educação e da Justiça⁴⁵ — no caso de menores infratores. Assim, entre

⁴² HADDAD, 1993, p. 28.

⁴³ KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 482.

⁴⁴ OLIVEIRA, 2002, p. 99.

⁴⁵ Debates sobre assistência e proteção aos menores eram constantes nas primeiras décadas do século XX; em muitos momentos, havia interligação entre justiça e assistência, a exemplo do primeiro Código de Menores, de 1927.

1930 e 1945, governo de Getúlio Vargas,⁴⁶ surgiram: o Ministério da Educação e Saúde — essas duas áreas ficaram unidas até os anos de 1950; o Departamento Nacional da Criança, constituído em 1940 no Ministério da Educação e Saúde;⁴⁷ o Serviço de Assistência ao Menor,⁴⁸ a Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁴⁹ e outros.⁵⁰ Contudo, a criação e extinção de órgãos burocráticos com função de controle eram constantes, resultando na superposição do atendimento e existência de órgãos diversos com funções idênticas. Segundo Souza e Kramer, “[...] essa pulverização do atendimento expressa, sobretudo, a forma estratificada com que a criança é encarada: o problema da criança é fragmentado e pretensamente combatido de forma isolada, ora atacando-se as questões de saúde, ora do bem estar da família, ora da educação”.⁵¹

Em 1977, a LBA implantou o primeiro programa brasileiro de atendimento em massa à população pré-escolar — o projeto Casulo —, que em essência visava complementar a alimentação para evitar a desnutrição; supria necessidades de um número expressivo de crianças com custo reduzido, para isso contava com a parceria e participação da comunidade. Mas havia problemas estruturais, tais como falta de verbas, recursos humanos e pouco conhecimento da cultura das famílias atingidas, dentre outros.⁵²

Como se vê, o atendimento a crianças desfavorecidas socialmente de 0 a 6 anos de idade continuava deficitário; as políticas públicas para infância subordinaram-se a interesses políticos, sociais e econômicos, sobretudo nos períodos autoritários. Segundo Oliveira,

⁴⁶ Segundo Rizzini e Vogel, “[...] assistir a infância era, principalmente no Estado Novo, uma questão de defesa nacional”. Assim, entre 1940 e 1943, o governo de Getúlio Vargas estabeleceu uma série de ações de *proteção* à infância pobre e suas famílias. Cf.: RIZZINI, Irma; VOGEL, Arno. O menor filho do Estado: pontos de partida para uma história da assistência pública à infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino; editora universitária Santa Úrsula; Amais, 1995, p. 262.

⁴⁷ Encarregou-se de “[...] estabelecer normas para o funcionamento das creches, promovendo a publicação de livros e artigos”, antes de ser extinto, em 1968. Cf. KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p. 482–3.

⁴⁸ Criado em 1941, por Getúlio Vargas, para normatizar e disciplinar menores, sua implantação revelou mais preocupação com a coesão social, e não com o amparo dos menores; assim como perversidade e desumanidade, pois os menores eram submetidos a maus-tratos, má alimentação, falta de higiene e constrangimentos morais. RIZZINI; VOGEL, 1995, p. 282. Extinto em 1964, deu lugar à Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), de caráter normativo e supervisor para prestar assistência técnica e financeira primordialmente para instituições responsáveis por menores abandonados e infratores, de conduta antissocial e irregular. Ligada a ela, surgiu a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM) em cada estado, para assistir o menor carente e abandonado.

⁴⁹ Criada em 1942, pela primeira-dama Darcy Vargas, essa instituição pretendia auxiliar a família dos soldados convocados para a Segunda Guerra Mundial. Mas seu estatuto previa sua continuação após o conflito. Quando a guerra acabou, a instituição reformulou seus objetivos e se dedicou a assistir a infância e maternidade. RIZZINI; VOGEL, 1995, p. 291–2.

⁵⁰ Ainda em 1942, conforme a política trabalhista, o governo Vargas criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, em 1943, instituiu a CLT, importante para o reconhecimento do direito ao trabalho da mulher e, em consequência, ao atendimento extraluar aos filhos da mulher que trabalhava fora de casa — cf. RIZZINI, Irene. Crianças menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 139.

⁵¹ KRAMER, Sônia; SOUZA, Solange Jobim. **Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo: Loyola, 1991, p. 64.

⁵² O projeto Casulo se preocupava mais como o bem-estar físico, por isso priorizava carências nutricionais e atividades recreativas. Ver: ROSEMBERG, Fúlvio. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 154

No período dos governos militares pós-1964, as políticas adotadas em nível federal, por intermédio de órgãos como o Departamento Nacional da Criança, Legião Brasileira de Assistência e a Fundação do Bem-estar do Menor — Funabem, continuaram a divulgar a idéia de creche e mesmo pré-escola como equipamentos sociais de assistência à criança carente.⁵³

É nesse contexto que os espaços de acolhimento a essas crianças se expandem, estimulados pela participação efetiva da mulher no mercado de trabalho, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1960. Somada aos estudos feitos por profissionais de áreas diferentes, essa questão levou ao surgimento de demandas de atendimento; logo, “A creche não poderia continuar sendo vista como produtora de carência, mas sim, como compensadora de faltas”.⁵⁴ Partindo de um atendimento com ênfase na educação assistencialista e compensatória para a infância desfavorecida, as instituições passaram a atender, também, aos interesses da classe média, pois deixavam as mães livres para entrar no mercado de trabalho com atendimento educacional — jardins de infância e pré-escolas particulares. Kuhlmann Júnior reitera e amplia essas afirmações:

[...] foi apenas com a expansão da força de trabalho feminina aos setores médios da sociedade, em todo o mundo ocidental, a partir da década de 1960, que se ampliou o reconhecimento das instituições de educação infantil como passíveis de fornecer uma boa educação para as crianças que a freqüentassem. A demanda desses setores promoveu a recharacterização das instituições, que passaram a ser vistas como apropriadas à criança de todas as classes sociais.⁵⁵

Embora essa expansão tenha dado novos contornos ao atendimento, a educação assistencialista permanecia imbuída do caráter compensatório, isto é, difundindo a ideia de que a pré-escola deveria compensar supostas deficiências de crianças das classes populares para evitar o fracasso escolar que as atingia no ensino fundamental. Nesse contexto, visivelmente priorizava-se a pré-escola em detrimento da creche, sobretudo em meados dos anos de 1970, quando o governo começou a investir (ainda que de forma insuficiente) e recomendar, aos governos estaduais e municipais, que ampliassem o pré-escolar em função da educação compensatória. Mas, por ser vista como discriminatória, aos poucos essa educação perdeu espaço. Ainda nessa época, numa atitude contrastante com a desorganização da sociedade civil, quando o regime militar impôs o *silêncio* às organizações e aos cidadãos em geral, mulheres de camadas sociais distintas se articularam em espaços como partidos políticos, movimento feminista, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outros para reivindicar direitos, dentre os

⁵³ OLIVEIRA, 2002, p. 107.

⁵⁴ VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Creches no Brasil**: de mal necessário a lugar de compensar carências, rumo à construção de um projeto educativo. 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 324.

⁵⁵ KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 199.

quais, o direito à creche, ou seja, garantia de creches construídas e mantidas integralmente pelo poder público.

Contudo, há um desencontro entre as expectativas referentes ao atendimento infantil e sua efetivação, pois no início dos anos de 1980

O Ministério da Educação e Cultura [...] implantou um programa nacional de educação pré-escolar [...] baseado em objetivos semelhantes e nas mesmas estratégias — do projeto Casulo [...] Foram estes projetos, essencialmente, as ações federais responsáveis pela grande expansão da educação infantil no país durante os anos 80, adotando [...] um modelo a baixo custo e empobrecido.⁵⁶

Dada a oferta escassa de atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade das camadas populares e a crescente necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho, foram adotadas soluções alternativas. No caso das creches, foram criadas improvisadamente pela iniciativa comunitária, onde a comunidade arcava com quase todos os custos, mesmo quando conseguia ajuda oficial. Além disso, surgiram espaços emergenciais, a exemplo das creches domiciliares, isto é, a casa da chamada crecheira, onde as crianças passavam o dia. “A crecheira se responsabiliza pelo trabalho doméstico, e pela guarda das crianças [...] A instituição responsável repassa recursos e/ou alimentos e se encarrega da supervisão do trabalho das crecheiras”.⁵⁷ Esse modelo era apoiado poder público, pois significava redução de custos e aumento da população atendida. Mas fatores importantes dificultavam essa modalidade, por exemplo, a baixa (ou falta de) remuneração da crecheira, casas sem condições mínimas para atendimento às crianças, falta de materiais básicos de saúde, de higiene e para atividades de estimulação.

Ao mesmo tempo, essas creches constituíam uma forma singular de atendimento a população empobrecida, uma resposta ao descaso do poder público com as necessidades de educação e guarda de crianças. Sua expansão fomentou discussões sobre as condições do atendimento infantil que pressionaram o poder público a se posicionar quanto à realidade delas.

As lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creches, possibilitaram a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.⁵⁸

⁵⁶ ROSEMBERG, 1997, p. 154.

⁵⁷ ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria Malta; PINTO, Regina Pahim. **Creches e pré-escolas**. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985, p. 6.

⁵⁸ OLIVEIRA, 2002, p. 115.

Contudo, mesmo após a promulgação da Constituição de 1988 e a criação de leis para o atendimento à infância; mesmo havendo avanços na concepção de criança como cidadã que tem direitos distintos aos de outros cidadãos, o atendimento à infância continuou insuficiente. Por isso, convém verificar em que medida a legislação ajudou a efetivar políticas públicas para a criança.

1.3 Aspectos legais das políticas sociais para infância

Nossa leitura da legislação para a infância no Brasil revelou que a origem desta como alvo da atenção do Estado se vinculou ao surgimento de políticas assistenciais, que começaram a se destacar em meados do século XIX. À época, a infância a que se dirigia o olhar da sociedade — e que passou a ser prioritária para a construção do futuro do país — era aquela vista como pobre. Na passagem do século XIX para o XX, o aumento da delinquência/criminalidade infantil determinou a criação de artifícios legais para se minimizar atos não assimiláveis pela sociedade. Assim, os preceitos liberais norteadores das políticas postas em prática foram desprezados quando o assunto era infância pobre e/ou abandonada.

[...] muitas crianças e jovens experimentaram crueldades inimagináveis. Crueldades geradas no próprio núcleo familiar, nas escolas, nas fábricas [...] nos internatos [...] A dureza da vida levou os pais a abandonarem cada vez mais os filhos e com isso surgiu uma nova ordem de prioridades no atendimento social que ultrapassou o nível da filantropia privada e seus orfanatos, para levá-la às dimensões de problema de Estado com políticas sociais específicas.⁵⁹

Tais iniciativas convergiram para o projeto civilizatório do país, que defendia a necessidade de intervenção do Estado. O respeito ao individualismo e o direito à liberdade foram postos à margem quando o Estado brasileiro se viu no direito de interferir na condução da vida de menores que nada fizeram de ilegal, mas que poderiam vir a fazê-lo. O termo *menor* passou, então, a se referir à situação de abandono e/ou marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhes correspondem.⁶⁰ Assim, sob influência, sobretudo, jurídica, religiosa, assistencial e médico-higienista, o Estado *assumiu* um papel mais ativo quanto à infância desassistida. A partir daí, surgem leis que previam tal demanda.

Por isso, julgamos necessário apresentar um panorama de leis importantes em nível nacional, estadual (Minas Gerais) e municipal (Uberlândia) que tratam da infância e de seu

⁵⁹ PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 347.

⁶⁰ VEIGA, Cyntia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 49.

atendimento. O Quadro 1 sintetiza a trajetória da legislação sobre infância no Brasil, permitindo identificar as medidas legais principais adotadas para a criança e o adolescente desfavorecidos, das quais destacamos algumas.

De início, o Código de Menores de 1927, de caráter repressivo, correccional e que explicitava a necessidade de disciplinar física, moral e civicamente crianças provenientes da orfandade ou de famílias desestruturadas. A época, não se distinguia o infrator da criança negligenciada pela família e sociedade. Nesse contexto,

[...] o Estado, gradativamente, aperfeiçoou o controle sobre a educação (na escola e na família) e criou controles suplementares para superar os fracassos da família por meio de escolas e internatos especiais. Educar nas escolas públicas e privadas crianças disciplinadas e atender os abandonados e infratores em internatos exigiu formalizações particulares expressas desde o primeiro Código de Menores de 1927.⁶¹

Das leis para o menor/criança, a CLT foi importante porque prevê a necessidade de espaços para os filhos de trabalhadoras nas empresas — mas isso não foi cumprido de fato; segundo Vieira, “[...] embora a creche seja objeto de dispositivos legais, ela se encontra ainda no campo do paternalismo, não sendo atribuição imperativa ao empregador”.⁶²

QUADRO 1

Regulamentação jurídica para a infância e a criança — Brasil, Minas Gerais e Uberlândia

CÓDIGO DE MENORES DE 1927 ¹	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (ERA VARGAS) ²
Primeira lei sistematizada para criança e adolescente. Consolidado em 12 de outubro de 1927, pelo decreto 17.943–0, objetivou dar assistência e “proteção” aos menores, sobretudo quem se encontrasse em estado de abandono ou delinquência.	Para sistematizar a legislação trabalhista de até então, entrou em vigor em 1943 a CLT, que prescreveu a idade de 14 anos como mínima para o trabalho. Dos artigos 402 a 441, a CLT cuida de normas especiais de tutela e proteção ao trabalho infanto-juvenil. O decreto-lei 5.452 (que aprova a CLT) exigia que houvesse creches nas empresas para filhos de funcionários.
DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA ³	LDBN 4.024/61 ⁴
Proclamada em 1959 pela Organização das Nações Unidas/ONU. Verificou-se que as condições da criança exigiam declaração à parte. Por causa da imaturidade física e mental, ela necessitava de proteção e cuidados, explicitando seus direitos fundamentais.	Pela primeira vez, foram dedicados dois artigos à educação pré-escolar (Cap. I, Título IV, artigos 23 e 24). Entretanto, de novo o Estado não assumiu sua responsabilidade, pois estimulou a iniciativa privada a atuar nesse setor.
LDBN 5.692/71 ⁵	CÓDIGO DE MENORES DE 1979 ⁶
Explicitava a responsabilidade dos sistemas de ensino em ofertar educação infantil a crianças menores de 6 anos de idade em escolas maternas, jardins de infância ou instituições equivalentes (Cap. II, artigo 19, parágrafo segundo).	Revogado o Código de Menores Mello Mattos (1927), surge o Código de Menores de 1979, que mantém a mesma linha de arbitrariedade, assistencialismo e repressão da população infanto-juvenil. Diferentemente do código de 1927, previa a criação de entidades de assistência e proteção ao menor pelo poder público.

⁶¹ PASSETTI, 2007, p. 361.

⁶² VIEIRA, 1986, p. 317.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ⁷	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS DE 1989 ⁸
Avançou como instrumento democrático, inovando até na apresentação de um artigo específico (art. 227) para assegurar à criança e ao adolescente o estado de sujeito de direitos. Torna-se ponto decisivo na afirmação dos direitos da criança incluindo, pela primeira vez na história, o direito à educação em creches e pré-escolas (art. 208, inciso IV).	Destaca o atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade em período integral. “Art. 198 – A garantia de educação pelo poder público se dá mediante: X – Atendimento gratuito em creche e pré-escola à criança de até seis anos de idade, em período diário de oito horas, com a garantia de acesso ao ensino fundamental.”
LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA DE 1990 ⁹	LEI 8.069/90 (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE) ¹⁰
O artigo 157 da referida lei salienta que: “O dever do município com a educação pré-escolar e de primeiro grau, incluindo a educação de jovens e adultos, será efetivado mediante as seguintes garantias previstas no artigo 208 da Constituição Federal: IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. O inciso I do artigo 158 prevê que o município deverá, em cooperação com União e Estado, criar, implantar e gerir creches municipais.	Prescreve o direito à creche e pré-escola a crianças de 0 a 6 anos de idade (art. 54, inciso IV). Insere as crianças no mundo dos Direitos Humanos, cria medidas protetoras (voltadas a situações em que os direitos de meninos e meninas são ameaçados ou violados) e medidas socioeducativas (aplicadas para adolescentes que cometem atos infracionais). Marca uma nova fase de direitos para crianças e adolescentes.

Fontes: ^{1,2,3,4,5,6,7,10}BRASIL, 2009; ⁸MINAS GERAIS, 1989; ⁹UBERLÂNDIA, 1990; ^{1,4,6,7,10}PASSETTI, 2007.

Como informa o Quadro 1, em 1959 a ONU apresentou os direitos fundamentais da criança; depois a LDBN 4.024/61 dedicou dois artigos à educação pré-escolar, mas atribuía sua responsabilidade à iniciativa privada. Embora esse nível educacional tenha sido proposto na lei 5.692/71, na prática houve descaso com a educação infantil, pois a prioridade fora dada ao ensino fundamental; o que salientou a ausência de uma política destinada à criança de até 7 anos de idade.

O Código de Menores de 1979 inovou pouco como lei para a infância; antes, ampliou os poderes da autoridade judiciária. Publicado para atender desvalidos, abandonados e infratores, assim como adotar meios de prevenir ou corrigir as causas do *desajustamento* deles, esse código evidenciava muito bem seu público-alvo: a infância (e adolescência) pobre e marginalizada; ou seja, levava à “[...] a estigmatização das crianças pobres como ‘menores’ e delinqüentes em potencial”.⁶³ Foi instrumento de controle social da infância, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos, em que o menor em situação irregular seria objeto de medidas judiciais. Assim, o receio quanto aos índices crescentes de criminalidade justificou a preocupação com a *infância abandonada* e, assim, contribuiu para reflexões e práticas reivindicativas voltadas ao atendimento à infância desfavorecida socialmente

⁶³ PASSETTI, 2007, p. 364.

A preocupação com a ação preventiva em relação ao “menor” acaba engrossando a demanda por atendimento também na faixa de 0 a 6 anos. Essa concepção encontra-se de tal modo difundida que pode ser identificada inclusive em grupos populares mobilizados em torno da questão da creche.⁶⁴

Após reivindicações e mobilizações sociais contínuas na década de 1970 e 1980 e a promulgação da Constituição de 1988, a criança deixou de ser vista como objeto de tutela para ser, pelo menos em tese, sujeito de direitos. Em 1989, a Constituição de Minas Gerais previu atendimento gratuito na educação infantil em período integral e atribuiu responsabilidade, sobretudo, aos municípios. Em 1990, a Lei Orgânica do Município de Uberlândia se referiu a questões relevantes para a educação infantil. Com base nessa lei, o município seria responsável central pela oferta e condução da educação infantil (creches e pré-escolas). Segundo a lei, o atendimento no interior desses equipamentos ⁶⁵, em especial nas creches, seria feito por uma equipe multidisciplinar de profissionais com formação acadêmica e cuja capacitação seria constante. Como veremos, essa proposta não se materializaria plenamente. A lei orgânica se refere ainda à construção e adequação de creches para crianças da faixa etária 0–6 anos; o inciso I prioriza a construção em áreas de maior densidade demográfica e renda menor; o inciso seguinte explicita que o local seria indicado pela comunidade. O inciso III prescreve a integração de pré-escolas e creches,⁶⁶ o que ocorre desde a segunda metade do decênio de 1980.

Como se vê, na Constituição mineira e na Lei Orgânica de Uberlândia (que orientou a municipalização de creches comunitárias com base em leis anteriores), a creche passou a ser vista como espaço educacional, e isso foi um avanço relevante. Na mudança de assistência para educação — ainda que em Uberlândia ela tenha sido lenta —, suprir as necessidades da mãe/família deixou de ser prioridade, com isso a criança passou a ser sujeito central no processo de atendimento. Paralelamente, o ECA enfatizou a responsabilidade dos municípios pela infância e adolescência ao prever diretrizes municipais de atendimento — embora seu texto se assemelhe ao da Constituição de 1988 —, e a LDBN de 1996 consolidou a expressão “educação da criança de zero a seis anos ou educação infantil” para designar o trabalho em creches e

⁶⁴ ROSEMBERG; CAMPOS; PINTO, 1985, p. 43.

⁶⁵ Termo usado em relatórios do corpo técnico da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SMTAS). Também aparece, dentre outros, em textos de profissionais do serviço social e da psicologia sobre implementação de creches.

⁶⁶ Em meados dos anos de 1980, creche e pré-escola em Uberlândia não estavam em condições iguais de luta. Quem atendia nas pré-escolas eram estagiários da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) — depois o atendimento foi vinculado à então Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Mas a oferta em pré-escolas nessa década se mostrou insuficiente, isto é, levou crianças de 0 a 6 anos de idade ao atendimento em período integral nas creches, espaço carente de proposta pedagógica sistematizada para o pré-escolar. Só após a segunda metade dos anos de 1980 houve ampliação da oferta, com atendimento em meio período nas pré-escolas municipais para crianças com idade entre 4 e 6 anos que frequentavam creches comunitárias.

pré-escolas em substituição à expressão educação pré-escolar,⁶⁷ empregada até então para definir o atendimento a crianças com idade inferior a 6 anos.

Como enfatiza Salomão, Uberlândia estava — acreditamos que está — distante de cumprir satisfatoriamente o que a legislação nacional e a internacional prevê para a educação infantil, pois defendem atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade.⁶⁸ Mas algumas ações, ainda embrionárias, foram levadas a efeito para que o atendimento considerasse a infância desfavorecida socialmente e pressionasse o poder público a atuar, também, nesse segmento historicamente marginalizado. Por isso convém verificar quantitativamente a evolução do atendimento nas creches comunitárias de Uberlândia para aferirmos a efervescência do movimento pró-creche na década de 1980 nesse município.

1.4 Creches comunitárias em Uberlândia

No atendimento a crianças desfavorecidas socialmente na faixa etária 0–6 anos em Uberlândia antes de 1980, houve ações isoladas de cunho religioso, filantrópico e particular. Destacamos duas. Em 1967, inaugurou-se o Jardim de Infância Suzana de Paula Dias, localizado na região central e que recebia crianças residentes — a maioria — nas adjacências da escola e crianças da periferia. Encerrou suas atividades em 1972, pois era estadual, e a LDBN 5.692/71 atribuíra ao município a responsabilidade pela educação infantil. Em 1977, foi criada a Escola Pré-fundamental Nossa Casinha, cujo fim era oferecer, aos filhos de funcionários da UFU, uma escola que atendesse de início crianças entre 2 e 5 anos de idade, com possibilidade de extensão gradativa até a oitava série do ensino fundamental. Em 1983, seu nome passou a ser Escola de Educação Básica (ESEBA). Em 1988, ela deixou de ser escola-benefício, isto é, o ingresso nela passou a ser feito por meio de sorteio público.⁶⁹

À parte essas duas instituições, preponderaram ações caritativas e religiosas, de caráter filantrópico, destinadas a crianças de 0 a 6 anos de idade oriundas de bairros periféricos até início dos anos de 1980. Mas eram insuficientes para suprir a demanda. As primeiras instituições de atendimento “[...] foram organizadas por igrejas e outras entidades filantrópicas.

⁶⁷ A nomenclatura estabelece que a pré-escola atenda crianças de 4 a 6 anos de idade, mas constatamos, na literatura sobre as políticas públicas para educação infantil, terminologias diferentes para atendimento a crianças na faixa etária 0–6 anos: educação pré-escolar, criança pré-escolar, atendimento pré-escolar e outras, as quais apontam uma marginalização do conceito de creche em contraposição à pré-escola; esta, como sugere seu nome, seria uma preparação à escola elementar/ensino fundamental.

⁶⁸ SALOMÃO, Júlio César. **A infância e a educação infantil nos documentos e legislações nacionais e internacionais**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

⁶⁹ ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Um pouco de história da nossa escola**. Disponível em: http://www.eseba.ufu.br/a_escola.php?tipo=historia>. Acesso em: 15 jul. 2009

Mais tarde se agregaram às associações de bairros, reunindo forças para cobrar do poder municipal mais responsabilidade para com a educação infantil”.⁷⁰

Em 1981, teve início em Uberlândia o movimento em prol de creches comunitárias, apoiado pelos movimentos sociais e pela proposta da gestão municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em meados de 1982, configurando uma nova realidade para o atendimento à infância no município. A primeira creche comunitária foi fundada no conjunto habitacional Luizote de Freitas, em 1981, por iniciativa de um grupo de empregadas domésticas apoiado pela associação de moradores. Em 1982, surgiram mais duas creches (nos bairros Jardim Brasília e Presidente Roosevelt), encabeçadas por movimentos de mulheres-mães apoiadas pela comunidade e pelo Clube de Mães da igreja católica. “Era transição política na época [...] nós acreditamos na proposta de governo que iria sair.”⁷¹

Como dissemos, o movimento pró-creches comunitárias em Uberlândia teve respaldo do PMDB na campanha para o pleito de 1982. Em sua proposta de governo, o partido registrou o intuito de apoiá-las e, de fato, as efetivou depois, em parceria com as associações representativas. Contudo, mesmo com o incentivo do poder público desde 1982 — quando havia de três creches comunitárias —, essas instituições ainda enfrentavam dificuldades por não terem orçamento específico, sobretudo para manutenção. Ao longo de 1983, sete creches foram constituídas. Em 1984 houve uma ampliação delas em termos quantitativos, pois nesse ano foram constituídas mais 11 creches; ao fim do ano, havia 21 creches comunitárias. Em 1985, surgiram mais nove. Nos anos seguintes, a quantidade de creches comunitárias aumenta, mas não na mesma proporção — na verdade, há um decréscimo na constituição de novas unidades para crianças de 0 a 6 anos de idade vindas de bairros periféricos; em meados de 1986, são 38 creches; ao fim de 1987, eram 41; ao término da gestão Democracia Participativa, em 1988, eram 44 (GRÁFICO 1).

Os dados quantitativos referentes às creches comunitárias divergem nas fontes analisadas. Nossa hipótese é que esses documentos foram elaborados em meses diferentes de um mesmo ano, daí a variação; afinal, a cada ano surgiam creches comunitárias, algumas mudavam de endereço, extinguíam-se ou eram agrupadas. Melhor consideramos, então, um número variável de creches comunitárias a partir de 1983 e, sobretudo, em 1988, cujo segundo semestre

⁷⁰ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Diretrizes Curriculares da Educação Infantil**. Uberlândia, 2003, p. 6.

⁷¹ FERREIRA, Maria Gorete. Uberlândia (MG), 9 de agosto de 2009. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira. Nascida em 28/2/1957, em Uberlândia (MG), tem formação em pedagoga, foi líder comunitária do bairro Presidente Roosevelt e professora do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) no início dos anos de 1980; é membro da Igreja Católica São Judas Tadeu e uma das fundadoras da creche comunitária do bairro Presidente Roosevelt. Como servidora da SMTAS, antes de assumir cargo administrativo em 2000, atuou diretamente nas creches comunitárias a partir de 1986; de 2000 a 2008, foi diretoria assistencial; a partir de 2009, passou para o atendimento ao idoso.

registrou a abertura de mais creches. Podemos afirmar que, se comparado com 1983 — quando havia três creches comunitárias —, no fim de 1988 havia um número expressivo delas. Porém, ainda insuficiente para suprir a demanda. Para nós, o primeiro ano da gestão do PMDB foi quando os movimentos pró-creches comunitárias ganharam força e respaldo do poder público para se definirem com base na prática de cada bairro, com suas características, necessidades e formas próprias de mobilização.

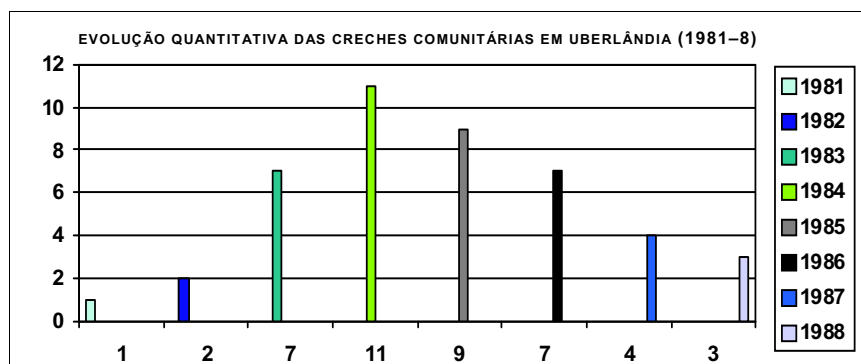


GRÁFICO 1 – Evolução quantitativa das creches comunitárias em Uberlândia (1981–8)

Fontes: UBERLÂNDIA, 1987c, 1988a, 1989.

Pobreza, sacrifícios, privações e a luta diária por uma vida mais digna marcavam então as condições de vida de cada comunidade⁷² que se mobilizou pela abertura de creches comunitárias. Assim, a necessidade de espaços para crianças menores de 6 anos de idade era imperativa, a ponto de culminar na criação de creches comunitárias, sobretudo em bairros periféricos. O Quadro 2 mostra que, acima de tudo com base na autogestão — essencial à consolidação das necessidades dos moradores dos bairros listados —, as creches comunitárias evoluíram quantitativamente. Porém, mesmo que a situação política nacional e local à época favorecesse a constituição de tais instituições, o contexto econômico era uma limitação central no interior delas porque fragilizava o movimento pró-creches comunitárias no município, em especial quanto à intervenção e manutenção do poder público.

⁷² Comunidade nesta pesquisa designa estrita e particularmente um grupo de pessoas/moradores com características em comum, tais como local de moradia, experiências, condições sociais, necessidades básicas, interesses comuns etc.; não nos referimos ao termo comunidade na percepção biológica de equilíbrio — aliás, tal noção camuflaria conflitos nas relações que se estabeleceram no movimento por creches em Uberlândia.

QUADRO 2
Creches comunitárias em Uberlândia (1981–8)⁷³

ANO	BAIRRO	ENDEREÇO	OBSERVAÇÃO
1981	Luizote de Freitas I (Tia Marta)	Rua C53 n. 1.200	
1982	Jardim Brasília I	Rua Netuno 339	
1982	Pres. Roosevelt I	Rua Angelino Pavan 104	
1983	Jardim Brasília II	Av. Constelação 93	
1983	Lagoinha	Rua Bento Faria 194	
1983	Segismundo Pereira	R. Jaime R. da Luz 1.995	
1983	Pres. Roosevelt II	R. Rodrigo P. Júnior s. n.	Transferiu-se para rua Judith Moreira 76
1983	Jaraguá	Rua Cerejeiras 310	
1983	Tubalina I	R. Maria A. Costa 1.439	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua São Francisco de Assis s/n
1983	Tubalina II (Santa Rita)	Av. Carlos Gomes 54	
1984	Patrimônio I	R. Augusto dos Anjos 16	
1984	Martins	Rua Carmo Gifoni 831	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na av. Engenheiro Diniz 811
1984	Santa Luzia	Rua Z n. 122	
1984	Cruzeiro do Sul	Rua Alvacas 278	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua André Luiz, 80.
1984	Tibery I	Av. Europa 175	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na av. Noruega, 287.
1984	Tancredo Neves	Rua 1 n. 497	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua 5 n. 516.
1984	Luizote de Freitas II	Rua C67 n. 67	
1984	Maravilha	Rua Paulo de Tarso 78	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua Tiago 286.
1984	Nossa Senhora das Graças	Av. Siqueira Campos 173	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua Davi Canabarro, 128.
1984	Jardim Brasília III	Rua Plutão 920	
1984	Ipanema	Rua Ocidental 419	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua 19 n. 115.
1985	Aclimação	Rua 28 n. 115	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na av. 5 n. 400 (Igreja S. J. Batista)
1985	Tibery II	Rua Petrópolis 610	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua Euclides da Cunha 480
1985	Brasil	Rua Rio Grande do Sul 866	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua Santa Catarina 969.
1985	Jardim das Palmeiras	Rua dos Cisnes 67	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua dos Cisnes 842.
1985	Liberdade (excepcionais)	Av. Rondônia 226	Não consta na lista de 1989.
1985	Osvaldo	Rua Ângelo Testa 125	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua Cambuquira, 879
1985	Pampulha	R. Bernardo Vasconcelos 430	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua Prof. Inácio Castilho, 385.
1985	Patrimônio II	Rua Cruzeiro 1	Em 1989, consta uma creche comunitária no bairro Patrimônio, e não duas: uma criada em 1984, outra em 1985 — talvez uma tenha sido extinta após 1985.
1985	Tia Lia	Av. Aspirante Mega 2.640	Não consta o bairro.
1986	Alvorada	Rua 10 n. 159	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua 10 n. 129.
1986	Aura Celeste (Presidente Roosevelt)	R. Osmar Sales Monteiro 458	

⁷³ As creches do Marta Helena, Custódio Pereira e Esperança não estão nessa lista; também não localizamos o ano de constituição, mas estão na lista de instituições subvencionadas pela lei 4.591, de 1º de dezembro de 1987, o que confirma a existência delas antes de 1988.

1986	Dona Zulmira	Rua Diábase 388	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua do Ouro 55.
1986	Creche da Escola José Ignácio de Sousa	Não consta endereço	
1986	Santa Mônica	Rua 17 n. 403	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua Nelson Oliveira 428.
1986	Santa Rosa II*	Rua Manaus 304	Relação de creches comunitárias de 1989 a situa na rua Florianópolis 544 e lista a creche Santa Rosa I (rua Rondônia 266), mas o relatório “Estruturação administrativa” de 1988 não lista.
1986	Creche dos servidores públicos municipais (incluída na categoria creche comunitária); não consta o bairro.	Não consta endereço	Relatório “Estruturação administrativa” de 1988 diz que foi extinta.
1987	Presidente Roosevelt	R. João J. Fernandes 319	Houve junção das creches I e II nesta, construída com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
1987	Tocantins	Rua 14, 666	
1987	Lagoinha (centro de bairro)	R. São F. de Assis 1.070	
1987	Dona Aurora	Rua Coronel Severiano 303	
1988	Brasil II (creche Esperança)	Rua Belém, 413	
1988	Creche Comunitária da Igreja Presb. Unida	Av. João Naves de Ávila 4.155	
1988	Bom Jesus	Rua Mauá, 349	
1988	Finotti	Av. João Naves de Ávila 1.303	
1988	Tibery (Santino)	R. Frederico Tibery 1.061	

Fontes: UBERLÂNDIA, 1987c, 1988a, 1989.

1.5 À guisa de síntese

Eis algumas questões basilares para se compreender como foi institucionalizada historicamente a infância e como o contexto social, político, econômico, as ações de sujeitos distintos e as legislações abarcaram a demanda por instituições para atendimento à criança, sobretudo à desfavorecida socialmente. Vimos que a criança, percebida como ser distinto dos adultos, aos poucos se tornou objeto de atenção especial no meio familiar — daí o surgimento das escolas. Mas esse atendimento foi diferenciado para diversas classes sociais. Ora,

[...] enquanto os filhos das camadas médias e dominantes eram vistos como necessitando de um atendimento estimulador de seu desenvolvimento afetivo e cognitivo, às crianças mais pobres era proposto um cuidado mais voltado para a satisfação de necessidades de guarda, higiene e alimentação.⁷⁴

⁷⁴ OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2001, p. 17.

A trajetória e configuração do atendimento à infância no Brasil tiveram influência de segmentos distintos, tais como o médico-higienista, o jurídico-policial e o religioso.⁷⁵ Tal influência incidiu nas políticas públicas educacionais, em especial naquelas voltadas a crianças com idade inferior a 6 anos. Mas vimos que as políticas para a infância socialmente desfavorecida foram omissas e lhe negligenciaram a garantia de educação por muito tempo.

No contexto histórico da década de 1980, houve ações para institucionalização da educação infantil nos municípios, como em Uberlândia, onde o PMDB local propôs, ao menos em tese, respaldar a abertura de instituições para crianças de 0 a 6 anos de idade — sobretudo creches comunitárias. Essa proposta foi relevante para boa parte da população, pois permitiu que segmentos populares se organizassem e constituíssem uma quantidade relevante de creches nos bairros periféricos, como no início do decênio de 1980. A evolução quantitativa, porém, não se traduziu em atendimento de qualidade, acima de tudo por causa da escassez de recursos, que fragilizou as relações entre as comunidade das creches e o poder público municipal. Por isso, compreender mais amplamente a realidade educacional da infância uberlandense e as lutas pró-creches comunitárias na gestão Democracia Participativa (1983–8) supõe analisar o contexto político, social e econômico de 1964 a 1985 no Brasil. Assim podemos apreender como foi, em Uberlândia, o período em que segmentos da população periférica manifestaram, por intermédio da Igreja e de outras instâncias representativas, suas necessidades imediatas.

⁷⁵ Cf. KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 89–96.

Capítulo 2

LIMITES E CONTRADIÇÕES DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA GESTÃO DE CRECHES COMUNITÁRIAS

2.1 Considerações iniciais

O debate sobre o serviço de creches no município de Uberlândia (MG) mostra que o objeto de estudo desta pesquisa tem de ser compreendido à luz de embates político-sociais. Isso porque, se no modelo econômico pós-golpe militar de 1964 houve aumento da oferta de empregos, também houve concentração de renda, que resultou no empobrecimento progressivo de famílias de baixa renda. Como resultado, a mulher-mãe teve de buscar trabalho formal para aumentar o ganho familiar; para isso, precisava deixar os filhos com alguém durante a jornada de trabalho, e essa necessidade aumentou a demanda popular por creches. Assim, as lutas e reivindicações em torno desse equipamento social se situam nesse contexto e se concretizaram graças tanto aos movimentos de luta por creches em capitais como São Paulo, Belo Horizonte e em municípios interioranos no fim da década de 1970 — época de ditadura militar — quanto à reivindicação de segmentos populares — representados pela Igreja e por clubes de mães, associações de moradores e outras instâncias no início do decênio de 1980. Para compreendermos a atuação desses movimentos sociais organizados, recuamos a análise desta pesquisa a 1964, ou seja, ao começo da ditadura,⁷⁶ quando também eclodiram movimentos reivindicativos essenciais à difusão da proposta de democracia participativa em Uberlândia.

2.2 Democracia e democracia participativa: da transição da ditadura à participação popular

Um processo de fragilização, despolitização e perseguição aos movimentos sociais e grupos opositores ao regime militar marcou o cenário político após o golpe de 1964. Segundo Andrade, na ótica dos militares, o regime pretendia:

⁷⁶ Conforme Bobbio, a palavra ditadura significa falta de democracia, isto é, que o modelo democrático liberal deixa de existir e a legitimidade passa a ser questionada, pois as ditaduras modernas são um movimento totalitário que suprimem direitos individuais e invadem os demais poderes constituídos (Legislativo, Judiciário ou equivalentes); o regime ditatorial se baseia num líder ou pequeno grupo que exerce o poder absoluto sem prestar contas. BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia** — uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

[...] resolver os problemas gerados pelo afrouxamento dos controles do estado e das classes dominantes frente à crescente agitação política de amplos setores da sociedade, que exigiam reformas sociais e denunciavam a dominação das multinacionais na economia do país antes de 64, [...] [a] justificativa [era] restabelecer a ordem para evitar o caos que, segundo os militares e seus aliados (a grande burguesia nacional e internacional), seria o destino a que o país seria conduzido, caso não houvesse uma intervenção militar. Outra promessa que alimentou a idéia do golpe foi a necessidade de concretizar o desenvolvimento econômico do país, a partir de uma modernização conservadora, apoiada no capital transnacional.⁷⁷

A militarização do governo procurava neutralizar as formas de resistência e desarticular as possibilidades de organização social, produzindo, assim, o medo e a apatia na sociedade civil. Repressão policial, estabelecimento de legislação autoritária, exílios políticos, supressão de direitos civis, uso da máquina estatal em favor da propaganda institucional e política, manipulação da opinião pública por meio de institutos de propaganda governamental, censura e tortura.... tudo foram ações implementadas no regime militar. No entanto:

[...] por mais que o regime militar tenha tentado dar uma aparência de estabilidade, utilizando todo o aparato repressivo para dismantelar as forças políticas contrárias a sua dominação, fazendo uma depuração nas lideranças de esquerda, caçando o mandato de deputados, intervindo em sindicatos, cerceando o movimento estudantil — enfim, perseguindo, prendendo, torturando, assassinando, exilando, quem por ventura se colocasse em seu caminho. Mesmo assim, ele não conseguiu impedir o desenvolvimento de núcleos de resistência.⁷⁸

Aos poucos, segmentos da sociedade civil começaram a levar suas inquietudes às ruas no fim dos anos de 1960, sobretudo em 1968 — ano de greve em Osasco (SP), em Contagem (MG) e no ABC (SP), no final da década de 1970. Tais manifestações estavam no cerne da crise econômica gerada desde o início dessa década, quando se viam os altos índices de crescimento econômico caírem, o aumento contundente de uma inflação e, por consequência, a precarização das condições de vida e trabalho. O modelo econômico na ditadura militar dependia de capital internacional e, pela ação Estatal, de favores da iniciativa privada. Mas, embora o então ministro da Fazenda Expressão Delfim Neto dissesse que o governo faria o bolo crescer e depois o dividiria, nesse período não houve distribuição de renda nem aumento no ganho dos trabalhadores — em vez disso, houve arrocho salarial.

⁷⁷ ANDRADE, Edinara T. de. Democracia Participativa no município de Lages – SC e a cultura política da esquerda brasileira nos anos 70. *Katalysis*, p. 74–84, 1996. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewpdfinterstitial/5412/4768>>. Acesso em: 30 jul. 2009, p. 74.

⁷⁸ ANDRADE, 1996, p. 75.

No ano de 1974 o salário mínimo chegou a seu nível mais baixo, representando em termos reais pouco mais da metade do valor estabelecido em 1940 [...] A segregação espacial decorrente da compressão salarial envolvera as grandes cidades com loteamentos periféricos irregulares, fazendo surgir inúmeras favelas e ampliando as já existentes. Em todos esses locais um ponto comum: a carência. Condução escassa e cara, ausência de saneamento básico, iluminação irregular, escolas inexistentes. Aí se inauguram alternativas de participação popular, expressando formas de articulação que se revelaram extremamente combativas.⁷⁹

A crise econômica que assolava a economia mundial, mais a incapacidade do governo brasileiro de manter o nível de investimentos, atingira o modelo econômico do país que sustentava o regime ditatorial; estava em crise o que parecia ser o grande feito dos governos militares: o milagre brasileiro. Assim, espaços de resistência se configuraram ao longo do regime militar, e os movimentos sociais urbanos foram um dos mais destacados nos embates contra os canais de repressão, ao lado das guerrilhas urbanas e rurais. Esses movimentos ganharam legitimidade graças ao descaso do Estado com demandas das classes populares, que encontraram apoio na Igreja, via Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e se reuniam em pequenos grupos como os clubes de mães e as associações de moradores:

Temos assim, nessa nova configuração das classes populares, formas diferenciadas de expressão, que se remetem a diferentes histórias e experiências. Nos clubes de mães suas práticas expressaram a valorização das relações primárias e da própria afirmação das conquistas da fraternidade. Já nas comissões de saúde vimos a valorização das conquistas obtidas nos espaços dos serviços públicos. Na oposição sindical, a valorização da organização e da luta na fábrica. No sindicalismo de São Bernardo, a valorização da recuperação do sindicato como espaço público operário, e as greves e assembléias de massa como formas de afirmação política.⁸⁰

Embora tais movimentos sociais propagassem uma nova concepção de organização — autonomia relativa ao Estado —, podemos afirmar que, direta ou indiretamente, a maioria se vinculava à arena político-partidária. Em 1974, apoiada pelos movimentos sociais organizados, a sociedade civil brasileira mostrou sua tendência oposicionista quando, nas eleições proporcionais desse ano, o partido de oposição, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), obteve maioria dos votos. Ainda assim, em 1976, mesmo predisposto a estabelecer abertura política, o governo federal usou mecanismos jurídicos da ditadura. Para as eleições municipais,

⁷⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964–1980**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 67–70.

⁸⁰ SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970–80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 313.

censurou a propaganda eleitoral no rádio e na televisão, por meio da Lei Falcão,⁸¹ que proibia pronunciamentos no horário eleitoral. Essa medida estimulou os partidos políticos a estabelecerem práticas diferenciadas em suas campanhas para arrebanhar eleitores. No fim de 1979, extinguiram-se os partidos e ampliaram-se as possibilidades de representação. Também se proibiu a fundação de partidos comunistas — se fossem criados, seria na ilegalidade. Os partidos criados foram legalizados apenas em 1980: Partido Democrático Social (PDS), herdeiro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e base de sustentação do governo; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que abrigava organizações de esquerda semiclandestinas como Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Popular (PP), de breve duração; e Partido dos Trabalhadores (PT), cuja base era o novo sindicalismo do ABC Paulista e de setores da intelectualidade. Tais medidas objetivaram, acima de tudo, desmobilizar a frente de oposição e retirar do partido governista o peso negativo que a sigla ARENA representava.

Contudo, a ditadura militar não ficou isenta de críticas. Mais que isso, estimulou a criação de espaços de luta. Um espaço importante de crítica e defesa da liberdade democrática foi a chamada imprensa alternativa, compostas por periódicos como *Pasquim*, *Opinião e Movimento*,⁸² bastante procurados por quem discordava do governo e da ausência de liberdade política. Como esses jornais eram vistos como *subversivos*, quem os vendia foi vítima de ameaças e atos de violência. Os espaços de luta pelo fim do regime militar se multiplicaram na década de 1980. Em 1981, houve a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, ponto de partida para a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), dirigida de início pelo sindicalista de São Bernardo do Campo Jair Meneguelli, ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1983, criou-se a Frente Municipalista, que reivindicava condições melhores para administração dos municípios, inclusive reforma tributária.

Das discussões sobre a proposta de reforma tributária, participou Zaire Rezende, que se elegeu prefeito de Uberlândia em 1983, pelo PMDB, apoiado por Tancredo Neves, então governador de Minas pelo mesmo partido. Segundo ele, em reportagem sobre a reforma,⁸³

⁸¹ Assim denominada porque foi elaborada pelo então Ministro da Justiça Armando Falcão. Seguindo a referida lei, durante a propaganda eleitoral, um locutor lia os currículos dos candidatos enquanto as fotografias deles apareciam na tevê. Ver: GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil** (1964–1985). São Paulo: Cortez, 2000.

⁸² O jornal de esquerda *Movimento* publicou, em 1976, um número especial sobre a mulher — vetado pela censura — que incluía uma longa reportagem sobre creche. Ver: ROSEMBERG; CAMPOS; PINTO, 1985, p. 17.

⁸³ Segundo essa reportagem, em 1963 os municípios ficavam com 11% a 12% do total de impostos arrecadados no país; em 1975, essa participação caiu para 9%; em 1983, reduziu-se a 3%.

A crise dos municípios é geral e não têm preferências partidárias, todos estão em situação crítica, numa dependência crônica da ajuda dos governos estaduais e federal [...] sem a reforma tributária, daqui a pouco vai ser absolutamente inviável administrar as prefeituras.⁸⁴

Essas questões foram discutidas após uma marcha a Brasília, de que participaram mais de três mil prefeitos e vereadores.⁸⁵ No bojo das manifestações populares, ainda em 1983, o deputado do PMDB Dante de Oliveira apresentou uma emenda constitucional propondo eleições diretas para presidente. A emenda foi o estopim para uma mobilização popular massiva — a primeira de muitas — na cidade de São Paulo, em 27 de novembro de 1983. Desde então, a população manifestou um interesse efetivo em eleger diretamente o presidente da República.

A proposta de *Diretas Já!* representava um rompimento radical com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, com uma constituinte, a uma abertura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país.⁸⁶

O movimento Diretas Já mostrou que a sociedade civil se organizava e lutava contra o autoritarismo político. Mesmo assim, ela foi derrotada graças à articulação de forças conservadoras do PDS: a escolha do presidente fora indireta de novo. Mas teve dois candidatos civis: Tancredo Neves⁸⁷ e Paulo Maluf.⁸⁸ Em 1985, Neves foi eleito presidente, porém morreu antes da posse. Em seu lugar, assumiu o vice, José Sarney. Mesmo indireta, a eleição de Tancredo foi significativa historicamente: ele seria o primeiro presidente civil após a tomada do poder pelos militares, em 1964. “A ditadura iniciada [...] com um golpe contra a República Constitucional, chega ao fim. O último general presidente não passaria a faixa presidencial ao seu sucessor, retirando-se do Palácio do Planalto pela porta dos fundos. Começa a Nova República.”⁸⁹

⁸⁴ A LUTA dos prefeitos. **Minas em Revista** — órgão dos municípios mineiros, Belo Horizonte, ano IV, n. 48, dez. 1983, p. 8.

⁸⁵ REZENDE, Antônio Paulo; DIDIER Maria Thereza. **Rumos da história: nossos tempos**. O Brasil e o mundo contemporâneo. São Paulo: Atual, 1996, p. 361, v. 3.

⁸⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil — 1974–1985**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 273, v. 4.

⁸⁷ Tancredo Neves representava, à época, as forças políticas do PMDB e da Frente Liberal, esta recém-criada por dissidentes do PDS (Marco Maciel, José Sarney, Antônio Carlos Magalhães e outros). Tancredo era o político que então congregava segmentos políticos em torno da transição não “traumática”, ou seja, sem rupturas bruscas com os militares, pois era um nome aceito por eles — cf.: SILVA, 2003.

⁸⁸ Candidato do PDS, escolhido pela expressão política que ganhara como governador de São Paulo. Flavio Marcílio fora indicado, em convenção do PDS, candidato à vice-presidência — cf.: RODRIGUES, Marly. **A década de 80: quando a multidão voltou às praças**. São Paulo: Ática, 1992.

⁸⁹ REZENDE, 1996, p. 279.

Depois da posse de Sarney, o otimismo deu espaço à desconfiança; era difícil articular politicamente forças pró-governo, pois o próprio presidente da República era uma expressão política da ditadura militar e cuja gestão registrou crises ministeriais constantes. Em 1986, com o Plano Cruzado, a população deu certa credibilidade ao governo de Sarney. Elaborado pela equipe de Dílson Funaro, então ministro da Fazenda, tal plano prometia livrar o país da inflação. A base de sustentação que atraía a simpatia popular era o congelamento de preços, que suscitou grande mobilização de apoio ao plano em razão de seu êxito inicial. No entanto,

[...] depois de quatro meses, as mercadorias começaram a desaparecer das prateleiras e o governo não conseguiu impedir o boicote ao plano. A inflação voltou a subir e a tentativa do Cruzado II resultou em fracasso. A situação econômica, daí por diante, tendeu a se agravar, com o aumento da dívida externa e um índice de inflação galopante. O plano econômico do novo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, em 1987, apenas mascarou as dificuldades existentes.⁹⁰

Essa realidade econômica afetou a receita dos municípios e, por consequência, a vida da população. Era difícil suprir satisfatoriamente demandas fundamentais, sobretudo sociais.

No início de 1987, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, presidida por Ulisses Guimarães e cercada de expectativas. Em 5 de outubro de 1988, após muitos debates, a nova Constituição foi promulgada. A nova carta constitucional buscou assegurar as bases da construção de uma cidadania democrática — conceito este que se relaciona diretamente com a temática aqui proposta ao analisarmos o significado das noções que o compõem: cidadania e democracia. Segundo Oliveira:

[...] a cidadania deve ser compreendida como produto de histórias sociais protagonizadas pelos grupos sociais, sendo nesse processo, constituída por diferentes tipos de direitos e instituições. A discussão sobre esta questão tem sido diretamente relacionada com o debate acerca do significado e do conteúdo da democracia como perspectivas e possibilidades de construção de uma sociedade democrática. E a democracia pode ser entendida em um sentido restrito como um regime político. [...] Em sentido mais amplo, a democracia é uma forma de sociabilidade que penetra todos os espaços sociais. Nessa concepção, a noção de cidadania ganha novas dimensões pela conquista de direitos sociais como o trabalho, a previdência social, a saúde, a educação e a moradia.⁹¹

Tendo em vista o sentido mais amplo do conceito de democracia, podemos então destacar que, dos direitos sociais prescritos pela Constituição de 1988, o direito à educação infantil (creches e pré-escolas) foi assegurado, em

⁹⁰ REZENDE, 1996, p. 363.

⁹¹ OLIVEIRA, Manoel Cipriano de. **O ensino para o exercício da cidadania na Educação Básica brasileira (1960–2000)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 17.

reconhecimento da luta comunitária pela sua garantia, iniciada na segunda metade da década de 1970.

2.3 Democracia participativa em Uberlândia

Na transição da ditadura para a abertura política, consolidada em 1985, destacamos as políticas participativas. Em 1982, seguindo o exemplo de experiências ocorridas em Lages (SC), Piracicaba (SP) e Boa Esperança (ES), alguns governos estaduais e municipais procuraram desenvolver possibilidades de participação do povo na tomada de decisões. Embasadas no conceito de democracia participativa, essas experiências partiram de uma política que se desenvolveu nacionalmente, abarcando, sobretudo, a insatisfação com governos militares autoritários. Essa experiência foi posta em prática pelo governo de Uberlândia entre 1983 e 1988 e trouxe mudanças no atendimento à infância local por meio de creches e pré-escolas. Os ideais da chamada democracia participativa sustentaram a campanha e o governo do PMDB, vitorioso nas eleições municipais de 1982, com Zaire Rezende.

Oposicionista, essa campanha se baseava na crítica à imagem historicamente sacralizada de cidade voltada ao *progresso* e desenvolvimento econômico. Discursos e práticas de poder das elites locais procuravam construir um modelo de cidade que desde a fundação deveria se orientar pelos trilhos da ordem, do progresso e do desenvolvimento — modelo propalado pelos meios de comunicação, memorialistas e políticos locais. Nessa ótica do *progresso*, o crescimento econômico e urbano de Uberlândia foi acelerado, pois sua posição geográfica favorecia a interligação com o Centro-Oeste e São Paulo; a cidade se destacou na modernização econômica da região do Triângulo Mineiro e se configurou como determinante do estabelecimento de fluxos migratórios.

Pesquisas acadêmicas recentes⁹² investigaram outras dimensões da história de Uberlândia, realçando novos atores sociais, novos movimentos e novas experiências de vida na construção do espaço urbano. Exemplo disso é a urbanização da cidade, motivada pela migração, em especial a partir dos anos de 1950, acompanhando o desenvolvimento brasileiro influenciado pelos planos do governo federal, sob o comando de Juscelino Kubitschek. Ainda nos anos de 1950, “[...] é tecida uma malha rodoviária que liga Uberlândia a quase todo País, facilitando sobremaneira a expansão de suas atividades comerciais, de estocagem e armazenamento da produção agropecuária de toda a região sob sua influência”.⁹³ A população do município cresceu influenciada, sobretudo, pela diversificação da economia local, fruto de sua inserção progressiva na dinâmica capitalista nacional. A propagação da imagem de cidade contemporânea e progressista,⁹⁴ detentora de uma economia ascendente, onde se anunciava que os sujeitos encontrariam melhores condições de vida, também estimulou o crescimento populacional veloz, a urbanização acelerada e o consequente êxodo rural — como mostra a Tabela 1.

TABELA 1
População do município de Uberlândia (1940–80)

ANOS	URBANA	%	RURAL	%	TOTAL
1940	22.123	52,5 %	20.056	47,5 %	42.179
1950	35.799	65,1 %	19.185	39,9 %	54.984
1960	71.717	81,2 %	16.565	18,8 %	88.282
1970	111.466	89,4 %	13.240	10,6 %	124.706
1980	231.598	96,1 %	9.363	3,9 %	240.961

Fonte: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997; UBERLÂNDIA, 2006.

⁹² ALVARENGA, Nízia Maria. **As associações de moradores em Uberlândia**: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo; MACHADO, Maria Clara Tomás. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês**: assistência social institucionalizada (Uberlândia, 1965–1980). 1990. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo; ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. **História e Perspectiva**, Uberlândia: EDUFU, n. 4, p. 79–102, jan./jun. 1991; DANTAS, Sandra Mara. **Uberlândia** — terra fértil para novas sementes: a experiência da Democracia Participativa (1983–1988). 1996. Monografia (Graduação em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia; LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Caminhos e trilhas**: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950–1980). 2002. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia; MOURA, Gerusa Gonçalves. **Imagens e representações da periferia de Uberlândia** [MG]: um estudo de caso do setor oeste. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia; CARVALHO, Carlos Henrique de. **Os submundos das cidades**: as crianças no espaço urbano brasileiro. Campinas, São Paulo: Alínea, 2008; dentre outras pesquisas.

⁹³ ALVARENGA, 1988, p. 50–1.

⁹⁴ LOPES (2002) propõe em sua dissertação de mestrado um entendimento do período histórico 1930–80 de Uberlândia para compreender como fora criado, sobretudo entre as décadas de 1950 a 1980, um discurso que caracterizava o município como progressista e moderno.

A explosão demográfica e a concentração da população na cidade (TAB. 1) provocaram numerosos problemas sociais e econômicos ao município, agravados pela omissão e pelo descompromisso de políticas públicas de planejamento urbano e de infraestrutura nos governos municipais sucessivos com a área social.

[...] o município duplicou sua população a cada dez anos nas [...] últimas décadas e a proporção entre a população urbana e rural se inverteu em favor da primeira. No início da década de 80 os 10.000 habitantes da zona rural representavam 3,9% da população total. De uma cidade pequena, concentrada em torno de um centro comercial, passou a uma cidade de porte médio com uma periferia espacial, social e política em plena expansão.⁹⁵

O êxodo rural e a absorção de imigrantes, a maioria de regiões do Triângulo Mineiro e de Goiás, impuseram dificuldades, sobretudo socioeconômicas, a essa parcela da população. Muitos se deparavam com alta constante de aluguéis, tornando latente o problema da moradia. O governo federal, por meio do Banco Nacional da Habitação (BNH), começou a financiar a construção de conjuntos habitacionais,⁹⁶ em especial no fim dos anos de 1970, início dos anos de 1980, e os gestores do poder público municipal à época aplicaram a estratégia de construí-los em áreas afastadas da região central da cidade, confirmando a intenção de se apresentar como cidade progressista, harmoniosa e favorecer a especulação imobiliária. Logo, “[...] ocorreram várias mudanças no espaço urbano de Uberlândia, como o alargamento do sítio urbano, por meio da expansão das periferias, principalmente, com a implantação dos conjuntos habitacionais, associado ao processo de verticalização da área central”.⁹⁷ Segundo Dantas, havia

[...] loteamentos ociosos e poupados à reserva de valor. Essas áreas gozam de total infra-estrutura e serviços em contraposição a implantação dos conjuntos habitacionais na periferia. Nestes conjuntos habitacionais é latente a precariedade dos serviços urbanos, da infra-estrutura, do transporte coletivo e pela longa distância do centro comercial. Isto se deve ao projeto de desfavelamento da cidade que pressiona a população carente a transferir-se para pontos periféricos, deixando o centro da cidade reservado à circulação e com isto imprime à cidade uma imagem de civilidade e de progresso.⁹⁸

Do ponto de vista das elites, na modernidade os problemas sociais são erradicados aos poucos. Mas,

⁹⁵ ALVARENGA, Nízia Maria. Movimento popular, democracia participativa e poder político. **História e Perspectiva**, Uberlândia: EDUFU, n. 4, p. 103–29, jan./jun. 1991, p. 104.

⁹⁶ Nesse período, o poder público e as empresas imobiliárias construíram os conjuntos habitacionais Luizote de Freitas, Liberdade, Alvorada, Segismundo Pereira, Santa Luzia, Satélite, Pacaembu, Cruzeiro do Sul e outros.

⁹⁷ MOURA, 2003, p. 19.

⁹⁸ DANTAS, 1996, p. 18.

É imprescindível levarmos em consideração que a intensificação do processo de urbanização da sociedade brasileira [...] explícito no discurso da modernidade, não significa que o fenômeno de pobreza e exclusão social desapareceu. Muito pelo contrário, este fenômeno de pauperização crescente de parcelas desta sociedade não se constitui em privilégio das áreas metropolitanas, encontrando-se, isto sim, por todo o sistema urbano [...] Essa é uma assertiva que contraria o discurso da classe dominante uberlandense, para a qual a pobreza urbana inexistia ou se mantinha invisível, constituindo-se, por isso, em uma cidade modelo para a região e, por que não, para o país.⁹⁹

Nesse contexto, em meados de 1978 os movimentos sociais organizados despontaram timidamente em alguns bairros periféricos da “cidade modelo”:

[...] essa população periférica começa a se organizar em associação de moradores, por estímulos externos aos bairros: em alguns conjuntos habitacionais surgiram por exigência do órgão financiador, outras foram por desdobramentos das organizações de base da Igreja e finalmente, por incentivos dos partidos políticos interessados em organizar suas bases eleitorais. No caso dos partidos políticos, tanto o PT como PDS e o PDT atuaram na organização de algumas associações de moradores, porém só o PMDB agiu organizadamente em torno de uma estratégia eleitoral. Em 1981, articulado ao movimento nacional de redemocratização do país, o PMDB local desencadeou um processo de organização dos bairros periféricos com vistas às eleições de 1982.¹⁰⁰

Na eleição de 15 de novembro de 1982, o PMDB¹⁰¹ conquistou o pleito municipal em Uberlândia¹⁰² e em importantes cidades brasileiras com base na abertura política e inserção das massas nos movimentos sociais urbanos para obter apoio popular. “[...] naquele momento, de retomada do processo democrático no país, o PMDB carrega a bandeira da democracia que significa descentralização administrativa e da participação que é a organização da população em associações comunitárias como alternativa à política clientelista.”¹⁰³ Em defesa da proposta de democracia participativa, Zaire Rezende se projeta como líder do grupo político que se contrapunha à administração de Virgílio Galassi,¹⁰⁴ prefeito municipal antes da administração

⁹⁹ MACHADO, 1990, p. 27.

¹⁰⁰ ALVARENGA, 1991, p. 104.

¹⁰¹ O PMDB é a agremiação central do ex-Movimento Democrático Brasileiro (MDB), grupo político que se opôs aos interesses representados pelo regime militar quando vigeu o bipartidarismo no Brasil dos anos de 1965 a 1979, quando foi extinto e deu lugar à livre concorrência partidária. Nesse momento, também o MDB teve sua ação política caçada, dando lugar a vários outros partidos — o próprio PMDB foi majoritariamente vencedor nas eleições entre 1982 e 1986: conquistou governos executivos e a maioria parlamentar na maior parte dos municípios, dos estados e da União — cf.: MENDONÇA; FONTES, 1991.

¹⁰² Na eleição de 1982, o voto era vinculado, ou seja, eleitor devia votar em candidatos a governador, senador, deputado federal e estadual, prefeito e vereador de um partido só; três candidatos do PMDB concorreram ao pleito municipal: Renato de Freitas (ex-prefeito de Uberlândia por dois mandatos nos anos de 1970), Aldorando Dias (então empresário da cidade) e Zaire Rezende (ex-vereador por dois mandatos em São Sebastião/SP, pela ARENA), situação comum aos demais partidos.

¹⁰³ ALVARENGA, 1991, p. 105.

¹⁰⁴ Nascido em 7/8/1923, na cidade de São Paulo, aos 6 meses de idade, veio para Uberlândia, onde foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Uberlândia em 1962 e 1963. De 1970 a 2000, foi prefeito do município quatro vezes: 1971–2, 1977–82, 1989–92, 1997–2000 — cf.: NASCIMENTO, Dorivaldo Alves do. **História de**

iniciada em 1983. O partido e seu grupo político formulariam durante a campanha uma proposta de governo guiada pelas reivindicações da comunidade.

Nunca tinha sido apresentada uma proposta de um candidato à prefeitura [...] essa proposta foi discutida com a população. A eleição foi em 1982 [...] e nós começamos em 1981 a fazermos visitas na cidade, fizemos reuniões [...] ficamos o ano de 1981 até julho, mais ou menos de 1982, fazendo reuniões nos bairros, fizemos reuniões na cidade toda, foram 512 reuniões, nós fazíamos reuniões, sexta, sábado e domingo, toda semana, nós nos reuníamos nas casas das pessoas, casas das famílias, ou então em escolas, ou igrejas.¹⁰⁵

A proposta explicitava que o princípio mais importante seria a participação da comunidade. Mobilizada, ela encontraria respaldo na administração municipal: “O reconhecimento de o povo ser construtor de seu próprio destino, é que nos remete à defesa da democracia, através da mobilização popular, como necessária para exigir e encaminhar as reformas sociais e econômicas que se impõem”.¹⁰⁶ A proposta política de Zaire Rezende na campanha eleitoral e após assumir a gestão municipal se inseriu no debate sobre duas vertentes conceituais de democracia: a representativa e, mais detidamente, a participativa. Segundo Bobbio et al.,¹⁰⁷ democracia é a participação na definição das orientações políticas do governo enquanto reivindicam, pela palavra, liberdade social plena de reuniões, associações e imprensa relativamente ao Estado. Na democracia representativa, as deliberações coletivas são tomadas não diretamente pelos membros de dada coletividade, mas por pessoas eleitas para tal, e a participação se efetiva pelo voto, instrumento pelo qual o povo manifesta aprovação a uma política governamental e a consente.¹⁰⁸

Segundo Santos e Cardoso,¹⁰⁹

A Democracia Participativa é uma política estimuladora do associativismo, pautada na descentralização das decisões da gestão pública do Estado, e promotora de uma consciência de responsabilidade comunitária, facilitadora de conquistas de direitos sociais.

Entendemos que a democracia participativa se materializa quando ações governamentais são compartilhadas com a sociedade, isto é, quando ela não se sobrepõe às

Uberlândia. 2. ed. Uberlândia: Grafy. 2000. Galassi pertencia ao PDS, sucessor da ARENA, partido político de direita fundado em 1980, após o fim do sistema bipartidário, que viveu no regime militar de 1964. Morreu em 2008.

¹⁰⁵ Depoimento de Zaire Rezende, prefeito municipal de Uberlândia (1983–8).

¹⁰⁶ PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO/PMDB. **Proposta para ação do governo municipal.** Uberlândia, 1982.

¹⁰⁷ BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política.** Universidade de Brasília: Linha, 1991.

¹⁰⁸ BOBBIO, 1986, p. 44.

¹⁰⁹ SANTOS, Carlos Meneses Sousa; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Democracia participativa em Uberlândia — significados das experiências dos moradores do bairro Nossa Senhora das Graças. **Horizonte científico**, p. 1–30, 2007. Disponível em: <http://www.horizontecientifico.propp.ufu.br>. Acesso em 30 de jul. 2009, p. 3.

atribuições da democracia representativa. Segundo Bobbio,¹¹⁰ a democracia direta, ou participativa, não supõe literalmente a participação de todos os cidadãos em todas as decisões a eles pertinentes. Segundo ele, seria impossível apenas a democracia direta ser materializada, pois nesta a totalidade dos cidadãos decide em assembleias populares, como os gregos no antigo Estado ateniense (cabe lembrar, nem todos na Atenas antiga eram tidos como cidadãos). Essa prática se reduz atualmente a uma simples reminiscência histórica, em virtude da evolução social e da crescente complexidade dos problemas governamentais.

À luz das reflexões de Bobbio,¹¹¹ Peruzzo afirma que:

A incrementação da democracia, na sociedade contemporânea, não ocorre apenas graças à integração entre a democracia representativa e a democracia direta. Ela se dá, principalmente, pela extensão das formas de poder, de baixo para cima, a corpos diferentes daqueles propriamente políticos, ao campo da sociedade civil em suas várias articulações. Em síntese, se hoje se pode falar de um desenvolvimento da democracia, ele consiste não tanto — como, erroneamente, às vezes se diz — na substituição da representativa pela direta, mas na passagem da democracia no campo político, onde o homem é considerado como cidadão, para a democracia na esfera social [...] Portanto, uma coisa é a democratização da direção política, outra é a democratização da sociedade [...] a democratização da sociedade, além da democracia política, implica a democracia econômica, social e cultural.¹¹²

Com base na experiência política proposta no município de Uberlândia pelo PMDB, questionamos: a efetivação da democracia participativa compreendeu totalmente as demandas econômica, social e cultural? Afinal, a política nacional adota o regime liberal democrático e uma democracia formal priorizando procedimentos universais que conduzem à tomada de decisões políticas; sua proposta limita-se à igualdade de todos os homens unicamente nos direitos vistos como fundamentais: as formas variadas de liberdade pessoal, civil e política. O discurso da democracia brasileira supervaloriza liberdades individuais utilizando-se de estratégias para impor alguns projetos e silenciar outros. Os liberais defendem o direito que todos os homens têm de ser iguais só em suas liberdades, mas são estas que geram desigualdades sociais graves, pois entre elas está a de “[...] possuir e de acumular, sem limites, e a títulos privados, bens econômicos”.¹¹³ Segundo Bobbio,¹¹⁴ liberdade e igualdade compõem princípios fundamentais da democracia, mas o pensamento liberal valoriza a individualidade e a liberdade.

¹¹⁰ BOBBIO, 1986, p. 42.

¹¹¹ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

¹¹² PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 64.

¹¹³ BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997, p. 40.

¹¹⁴ BOBBIO, 1997, p.08.

Assim, incoerências desafiavam esse ideário, a exemplo das diferenças sociais, sobretudo, econômicas e de classes, que limitam o poder de escolha e o exercício da individualidade.

Dito isso, algumas questões ajudaram a fragilizar a gestão do PMDB em Uberlândia em meados da década de 1980.

[...] apesar de difundir a preferência pelas classes populares, a administração não podia desprezar a classe dominante que, por sua vez, não era harmônica. Havia frações dissidentes em função da derrota eleitoral no ano de 1982 em favor de outra fração representada no PMDB. A administração precisava conviver com ambos os setores: burguesia e a classe popular, ora atendendo uma, ora outra.¹¹⁵

Além disso, havia uma divisão entre 11 vereadores do partido eleitos: quatro declaravam ser do grupo de Renato de Freitas, também candidato a prefeito; os demais, do grupo de Zaire. Dito de outro modo, “[...] O partido enfrentava oposição interna. [...] A própria bancada do partido na Câmara não se reconhecia como governo e tecia severas críticas à administração”.¹¹⁶ A essa oposição, soma-se a do PDS e dos demais partidos. Essa realidade às vezes dificultava a atuação e as propostas da gestão de Zaire, por consequência a gestão Democracia Participativa começou a se desgastar aos poucos com um processo de *descrença*, a exemplo do descrédito da população em algumas associações representativas, porta-vozes privilegiados da comunidade no poder público entre 1983 e 1988, o que foi um determinante para o declínio dessa proposta política¹¹⁷. Em casos recorrentes, a reivindicação da população às vezes não era atendida tal qual se reivindicava — por exemplo, a tarifa de transporte coletivo, a taxa de água e o Imposto Predial Territorial Urbano/IPTU (recadastramento dos lotes urbanos). Percebe-se ainda que a administração:

[...] não dominava os “aparelhos privados de hegemonia” que colocavam os interesses burgueses como interesses gerais, angariando aliados (Rotary Club, ACIUB, imprensa, etc.). A fração da classe hegemônica que entrara em crise nas eleições de 1982 revigorava-se e tentava retomar sua posição. O conflito entre as frações de classe pelo domínio do poder político local tornou-se, portanto, inevitável.¹¹⁸

O jornal *O triângulo* mostrou em suas páginas as disputas entre grupos políticos da cidade ao promover o descrédito na democracia participativa:

¹¹⁵ DANTAS, 1996, p. 35.

¹¹⁶ DANTAS, 1996, p.36.

¹¹⁷ A partir da análise de diferentes fontes (entrevistas, imprensa periódica, relatórios, etc.), podemos afirmar que o descrédito das pessoas com relação às associações se justificava pela natureza pouco representativa de algumas. Veremos ao longo do texto que, principalmente, no tocante, às associações, não se efetivou uma participação “orgânica”, mas, sim, instrumental.

¹¹⁸ DANTAS, 1996, p. 35.

Sempre acreditamos que uma Democracia Participativa era coisa que jamais funcionaria. O povo elege um prefeito, um vice e dezenove vereadores, dando-lhes plena liberdade para agir em seu nome. Quando Zaire Rezende assumiu, criou o “participativa” e a proposta, absurda, era de que “nada fosse feito na cidade sem a prévia consulta popular”, ainda que estas consultas fossem bastante manipuladas. Surgia a “Democracia Participativa”. Os fatos já consumados eram apresentados para o veredicto do povo. Isso após uma bem elaborada “lavagem cerebral” que induzia as pessoas a concordarem com o inevitável.¹¹⁹

A esses fatores se somou a disputa interna para se definir o candidato concorrente ao pleito municipal e que continuaria a gestão do PMDB e de seus aliados no Executivo. Luiz Alberto Rodrigues, deputado estadual até então, lançou-se candidato com apoio de Zaire. Também Niza Luz, nome cotado antes no PMDB e em partidos afins, desligou-se da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SMTAS) — por causa de divergências internas — e se candidatou à prefeitura. Em 15 de novembro de 1988, Virgílio Galassi foi eleito prefeito. Em entrevista difundida por periódico nacional, o então secretário Municipal de Educação Nelson Armando de Paula Bonilha afirmou que a derrota do candidato representante do governo municipal, Luiz Alberto Rodrigues, ocorrera porque o PMDB de Uberlândia enfrentou as consequências do descontentamento do povo com os governos de José Sarney — presidente da República entre 1985 e 1990 — e Newton Cardoso — governador de Minas de 1987 a 1991.¹²⁰ Com efeito, mas é preciso considerar, também, fatores internos importantes como determinantes da derrota, tais como conflitos em algumas associações representativas e o declínio delas como porta-vozes das comunidades.

2.4 Papel das associações de moradores e da igreja católica na implantação das creches comunitárias: experiências e conflitos

A centralização política e financeira de ações sociais no governo federal nos anos de 1980 e o controle tributário de estados e municípios dificultaram a estes a resolução de problemas sociais via prestação de serviços e obras. Alguns municípios, inclusive Uberlândia, inspirados em experiências políticas da década de 1970, decidiram tratar dos problemas sociais pela mobilização e participação popular nas decisões de planejamento e distribuição de recursos. Isso se confirma ao considerarmos o movimento de creches comunitárias dentre outros

¹¹⁹ PREFEITO tira das gavetas projetos contrários ao nosso desenvolvimento. **O triângulo**, Uberlândia, p. 1, 14 maio 1986.

¹²⁰ RAMOS, Luiz Carlos. Uberlândia investe e acredita no futuro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p. 22, 18 nov. 1988.

movimentos de cunho social ocorridos em Uberlândia. A realidade uberlandense¹²¹ permite afirmar que a gestão municipal entre 1983 e 1988 se amparou nos movimentos sociais organizados e lhes atribuiu papel de porta-vozes competentes e reconhecidos para levar, ao poder público, pleitos e questões de interesse de seus bairros, sobretudo aqueles desprovidos de equipamentos sociais. Zaire Rezende, confirmando tal realidade, afirmou que:

[...] para um país ser bem governado, um estado, uma cidade, é necessário que haja democracia, e para haver democracia é necessário que o povo possa participar, é necessário que o povo possa dizer aquilo que quer, que ele possa criticar, dizer o que está bom, o que não está bom, que ele possa exigir... E nós começamos a estimular a população a se organizar, através não somente de associações de moradores, mas isso foi o foco principal. [...] nós estimulamos o povo a se organizar de todas as formas, associação de barbeiros, açougueiros, cabeleireiros, seja lá o que fosse. Pro povo poder se organizar, e poder participar, reivindicar...¹²²

Estimuladas pelo governo municipal via SMTAS e formadas, em geral, por membros de comunidades que desejavam melhorar o espaço onde habitavam, as associações representativas foram originadas, na maioria, por motivação política. Na Uberlândia da gestão Democracia Participativa, quando o bairro não tinha associação de moradores, a prefeitura se encarregava de *induzir* à criação de uma. Segundo o então presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Monica (AMBASAM), “[...] a própria prefeitura vinha pra ajudar a montar a associação, fazer com que pessoas da Secretaria de Ação Social viessem pra ajudar a colaborar. Era o Talmeide, era o padre, o José Maria... Fizeram parte dessa época. Então, essa turma dava muito apoio”.¹²³ Assim, a gestão de Zaire priorizou reivindicações coletivas elaboradas pela

¹²¹ A realidade de Uberlândia se replicou noutros municípios e estados por causa das medidas de descentralização; “[...] em São Paulo, 68,2% das associações foram criadas entre 1970 e 1980”. Cf. SANTOS, M. R. S. dos. **Caminhos municipais da cidadania: mudança institucional e democratização no Brasil**. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Uberlândia, Belo Horizonte, p. 83. A Belo Horizonte da década de 1980 teve um crescimento numérico significativo de associações de moradores, apresentando uma média de 34,6% das organizações criadas por ano. Cf. SOMARRIBA, Maria das Mercês G. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte: balanço de uma década. **Textos sociologia e antropologia**, n. 43, jun./set. 1993.

¹²² REZENDE, Zaire. Uberlândia (MG), 25 de fevereiro de 2009. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira. Médico, nasceu em 25/12/1931, em Uberlândia (MG). Em 1968, foi eleito vereador em São Sebastião, litoral norte de São Paulo, cargo que ocupou por dois mandatos seguidos. Voltou para Uberlândia em 1976. Em 1982, foi eleito prefeito, pelo PMDB — cargo que ocupara até 1988. De 1990 a 2000, foi eleito deputado federal por três mandatos. Em 2000, foi reeleito prefeito de Uberlândia — assumiu a gestão municipal 2001–4. Em 2008, assumiu a vice-presidência do PMDB de Minas Gerais e, depois, a presidência até dezembro de 2009.

¹²³ RIZZOTTO, Lutero. Uberlândia (MG), 16 de abril de 2009. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira. Rizzotto nasceu em 21/10/1951, em Uberlândia. Técnico em Contabilidade por formação, foi assistente de custos industriais em São Paulo (1973) e assistente comercial (Táxi Aéreo Brasil Central), antes de entrar para as Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), onde foi assistente administrativo e técnico de distribuição de energia, assistente administrativo (1977–85), fiscal de obras de redes de energia (1985–92) e projetista de redes de energia (1992–7); entre 1998 e 2007, foi assistente financeiro da Hortiflora. Foi presidente duas vezes, vice-presidente e tesoureiro, alternadamente, da Associação de Moradores do Bairro Santa

comunidade do bairro e estimulou a formação de associações de moradores, sobretudo em bairros mais afastados e carentes de melhorias sociais. O então prefeito afirma que “[...] [no início de sua administração] tinham umas três ou quatro associações, nós deixamos quase 50, já não me lembro o número exatamente, uma quantidade muito grande”.¹²⁴

Para mediar as relações entre associações de moradores, demais organizações populares e poder público municipal, foi criado o Conselho Municipal de Entidades Comunitárias (CMEC), que já “Constava no programa de governo de Zaire Rezende [...] [como] Conselhos Setoriais que centralizassem todas as questões referentes a cada área. Na prática, o desenvolvimento dessa idéia tomou outros rumos”.¹²⁵ Segundo Nízia Alvarenga, conflitos internos resultaram no esvaziamento temporário desse conselho. Verificamos que os membros de associações de moradores tinham certa dificuldade em se posicionar, por isso a participação deles, às vezes, restringia-se à reivindicação de serviços de consumo coletivo, que em tese já tinham de estar previstos. Consideremos o que houve em 1985, quando foi:

[...] desencadeado pelo Executivo, o processo de discussão do Orçamento Municipal de 1986, através do CMEC e com a participação de uma equipe de técnicos da Secretaria de Planejamento Municipal (SEPLAN), para esclarecimentos necessários. O processo se revelou uma farsa, começando pelas lideranças, [...] mais experientes que os demais moradores da periferia, que pouco ou nada conseguiram entender do que estava sendo pedido pela administração. [...] Reuniram os moradores através de suas associações, perguntaram o que queriam reivindicar e enviaram extensas listas de prioridades à SEPLAN. Se limitaram, como sempre, a reivindicar alguns serviços urbanos de consumo coletivo, deixando escorregar entre os dedos a oportunidade, aberta pela administração, de efetivamente participarem no processo decisório da política urbana municipal. Evidentemente que a administração municipal, com o conhecimento que tinha das classes populares, seu nível de organização, sua capacidade de luta e suas aspirações, contava com uma avaliação precisa dos riscos reais que corria de uma efetiva participação. Sabia de antemão que as classes populares se limitariam a reivindicar, dentro dos limites e canais já estabelecidos, e podia, portanto, respaldar seu discurso democrático-participante com ações dessa natureza. O que ocorreria se as classes populares surpreendessem a administração tornando efetiva esta oportunidade de participação?¹²⁶

Está claro, então, que a participação se destinava à reivindicação de necessidades imediatas de cada bairro; assim como está claro um conhecimento político limitado: “Todo

Mônica (1984–2003); secretário e conselheiro fiscal por dois mandatos do Sindicato dos Eletricitários; membro do Conselho de Curadores da Fundação Furlaminas de Seguridade Social, do diretório do Partido Democrático Trabalhista (PDT), além de candidato a vereador em 1988, e do diretório do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e candidato a vereador em 1992 e 1996. Aposentou-se e cursa a faculdade de Filosofia.

¹²⁴ REZENDE, 2009.

¹²⁵ ALVARENGA, 1991, p. 111.

¹²⁶ ALVARENGA, 1991, p. 117.

mundo vinha em função do que precisava, que era a estrutura básica do bairro... À medida que todos vão conseguindo, eles também não vão participando mais, afastam”.¹²⁷ A presidente da Associação de Moradores do Bairro Presidente Roosevelt corrobora essa constatação ao dizer por que a comunidade participava da associação representativa: “Naquela época, 86, 87, o bairro ainda estava bem precário. Ainda precisava de muita coisa. Não tinha asfalto em todas as ruas [...] tinha ruas sem esgoto [...] por isso a população procurou a associação para reunir e discutir”.¹²⁸

Contudo, a fala dos presidentes de associações de moradores sobre a concretização das reivindicações apontadas pela comunidade revela opiniões distintas: “A maioria das reivindicações eram atendidas pela prefeitura. Sempre a gente teve resposta: ou sim, ou não, entendeu? Se podiam ou não fazer aquele pedido acontecer, eles davam uma resposta pra gente”.¹²⁹ O então representante da AMBASAM afirma, porém, que:

[...] o fazer era muito demorado, eu não posso precisar e avaliar e julgar se eles fizeram devagar, depressa, como que foi, porque o conhecimento político de nós todos da associação era pequeno. O conhecimento teórico e prático da política partidária, de como se fazer política... Muitas vezes pessoas saíam da associação porque se viam usadas no processo, entendeu? E não foram raras as vezes que a gente percebia essas coisas, mas isso faz parte, depois eu também pensei: “Faz parte do jogo”.¹³⁰

A não concretização da totalidade de reivindicações feita pela comunidade por intermédio das associações de moradores gerava insatisfação e contestação das práticas da gestão Democracia Participativa.

Para extravasar o sentimento dos moradores do bairro Santa Mônica, estive aqui na redação um diretor da AMBASAM [...] fez um rosário de reclamações contra a atual administração, afirmando que as diversas reivindicações, feitas pela sua entidade, não foram até aqui atendidas, que o tempo está passando e que nada de concreto está acontecendo. Reivindicaram asfalto, praças e outros benefícios e quando fazem reclamações o tratamento é bom, mas as justificativas não convencem.¹³¹

¹²⁷ RIZZOTTO, 2009.

¹²⁸ OLIVEIRA, Marileide Camargo de. Uberlândia (MG), 10 de março de 2009b. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira. Nascida em 14/9/1947, em Centralina (MG), tem ensino médio completo. É instrutora de artes e membro e participante da igreja católica. Na década de 1980, ministrou cursos profissionalizantes promovidos pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) em parceria com a igreja católica e participou de trabalhos sociais da Igreja Católica São Judas Tadeu, no bairro Presidente Roosevelt, através do Clube de Mães. Foi presidente da Associação de Moradores do Bairro Presidente Roosevelt (1986–7). Aposentou-se na prefeitura de Uberlândia (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho).

¹²⁹ OLIVEIRA, 2009b.

¹³⁰ RIZZOTTO, 2009.

¹³¹ AMBASAM não está satisfeita com a Democracia Participativa. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 2, 20 abr. 1985.

O então secretário da Educação Nelson Bonilha tem um ponto de vista diferente:

Era um relacionamento participativo e se fazia reuniões periódicas planejadas e Zaire exigia que todas as secretarias estivessem presentes e articuladas, ainda que a reunião fosse para tratar do assunto de uma determinada secretaria. Além das reuniões periódicas, também havia reunião quando a associação de bairro solicitava para tratar de assuntos de emergência. As reuniões sempre eram muito boas e *davam resultados*, satisfazendo assim às necessidades do bairro.¹³²

Como se vê, a atuação da gestão municipal se mostrava receptiva às reivindicações dos moradores, acima de tudo de bairros periféricos. Mas se nota insatisfação com administração do PMDB, cuja consequência é um processo cíclico em que as frustrações são substituídas por novas expectativas sustentadas pelo discurso de participação da comunidade e propagadas pelas associações representativas. Verificamos a influência, ainda que em medidas distintas, das associações de moradores no movimento pró-creches comunitárias no município. Considerando a realidade do bairro Santa Mônica, percebemos que o início de sua creche comunitária partiu de discussões no interior da associação de moradores e que esta foi a principal mediadora entre a entidade e a PMU, até sua municipalização, quatro anos após a gestão democracia participativa.

É importante frisar que em meados de 1986 o PMDB e seu grupo político estavam em seu quarto ano de gestão no município, quando ocorreram a descentralização administrativa das decisões do governo e o incentivo à mobilização da comunidade nas associações de bairro por meio da prefeitura, na seção de apoio comunitário da divisão de trabalho e organização popular da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social (SMTAS).¹³³

A creche comunitária do bairro Santa Mônica iniciou suas atividades contando, também, com a parceria da igreja católica, que, em alguns bairros, tinha grande inserção nas associações. A então coordenadora e membro da AMBASAM relata o início da creche: “A associação pediu pro padre, conversamos com ele, porque ele tinha um cômodo lá do lado da

¹³² BONILHA, Nelson Armando de Paula; grifo nosso. Uberlândia (MG), 12 de março de 2008. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira. Nascido em 26/5/1925, em Rio Claro (SP), é filiado ao PMDB desde 1982. Foi docente na rede estadual de ensino em Araguari e no ensino superior em Uberlândia; diretor da Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa (Polivalente Uberlândia) de 1980 a 1982; secretário Municipal da Educação e Cultura de Uberlândia (1983–8); docente na rede estadual de Ensino (1988–90) e pastor e missionário da Igreja Presbiteriana de Uberlândia. Aposentou-se em 1990.

¹³³ Segundo o decreto 3.849, de 3 de Março de 1988, considerando o inciso XII, que versa sobre as atribuições da SMTAS e o parágrafo que contempla as atribuições da seção de apoio comunitário inserida na divisão de trabalho e organização popular da referida secretaria, detectamos que compete a esta: buscar, nos limites que competem ao município, soluções que beneficiem os trabalhadores, contribuindo para os *movimentos de moradores*, sindicais e minorias sociais oferecendo infraestrutura e apoio jurídico (grifo nosso).

Igreja que o pessoal fazia algumas reuniões. A gente naquela necessidade negociou com ele, ele falou que iria deixar abrir a creche e ficarmos lá durante seis meses”.¹³⁴

No bairro Presidente Roosevelt, a igreja católica, por meio do Clube de Mães, também influenciou a abertura da primeira creche comunitária, que iniciou suas atividades em meados de 1982.

[...] começou através de grupos da minha comunidade, grupos de oração no Clube de Mães da Igreja Católica da Comunidade São Judas Tadeu. As campanhas da Fraternidade de 81 e 82 traziam a visão de um mundo de direito, de melhores condições de vida. E mediante essa situação, a comunidade que nós trabalhávamos ali [...] nós fazíamos muitas campanhas para ajudar as pessoas, através da palavra de Deus, e também da alimentação, com o intuito de fazer a pessoa entender e buscar os direitos delas. E nessas visitas... A gente chegava em muitas casas e encontrávamos as crianças sozinhas, e as mães trabalhando. Aí surgiu a idéia de montarmos uma creche.¹³⁵

Em 1983, ano inicial da administração de Zaire Rezende, outra creche foi aberta, com apoio da igreja católica. Em 1984, as creches comunitárias do bairro Presidente Roosevelt estabeleceram vínculo com a associação de moradores, sendo essa repassadora da subvenção advinda da PMU/SMTAS. Não só nas creches comunitárias, a igreja católica desempenhou papel importante, também, no contexto da gestão democracia participativa, havendo grande inserção dela nas discussões sobre os problemas enfrentados pela comunidade. As discussões se realizavam por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), difundindo os ensinamentos da Teologia da Libertação,¹³⁶ que, em especial nos anos de 1980, organizou um movimento pela aproximação das camadas populares e dos grupos empenhados em promover mudanças sociais. As CEBs são:

São comunidades, porque reúnem pessoas que têm a mesma fé, pertencem à mesma igreja e moram na mesma região. Motivadas pela fé, essas pessoas vivem uma comum-união em torno de seus problemas de sobrevivência, de moradia, de lutas por melhores condições de vida e de anseios e esperanças libertadoras. São eclesiais, porque congregadas na igreja, como núcleos básicos de comunidade de fé. São de base, porque integradas por pessoas que trabalham com as próprias mãos (classes populares): donas de casa, operários, subempregados, aposentados, jovens e empregados dos setores de serviços, na periferia urbana; na zona rural, assalariados agrícolas, posseiros, pequenos proprietários, arrendatários, peões e seus familiares.¹³⁷

¹³⁴ REIS, Valmira Pereira Reis. Uberlândia (MG), 16 de abril de 2009. 1 fita cassete (50 minutos). Entrevista concedida à Vanessa de Souza Ferreira. Nascida em 27/9/1946, em Prata (MG), não completou o ensino fundamental. Foi conselheira fiscal da Associação de Moradores do Bairro Santa Mônica; ao mesmo tempo, assumiu coordenação da primeira creche comunitária desse bairro, até meados dos anos de 1990.

¹³⁵ FERREIRA, 2009.

¹³⁶ O termo teologia da libertação foi cunhado com base na realidade cultural, social, econômica e política degradante em que se encontrava a América Latina a partir da década de 1960. Tal realidade é o fundamento gerador do conceito de libertação e base para a postura firme da Igreja de enfrentamento contra a ditadura militar. Ver: BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1980.

¹³⁷ BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 17.

Eis o contexto em que ganharam legitimidade:

Nesses anos de regime militar no Brasil, os membros das comunidades de base têm participado ativamente da oposição popular. [...] Todavia, esse empenho de luta não nasceu espontaneamente nas comunidades nem resultou do alto nível de consciência política de seus membros. A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as comunidades eclesiais de base. Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo busca-se um espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos. Os militares não tinham como decretar a destituição de D. Evaristo Arns, como arcebispo de São Paulo, nem podiam nomear um general da reserva para presidir a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nas demais instituições brasileiras, não havia nenhum empecilho para que isso fosse feito.¹³⁸

Assim, das CEBs nasceram grupos que assumiram as lutas por moradia, transporte, saneamento básico, iluminação pública, educação, *creche* e saúde pública; os ensinamentos contidos na Teologia da Libertação se tornaram o grande instrumento de conscientização e mobilização do povo marginalizado — as classes populares.

A partir da reflexão sobre os problemas do bairro, da família e do trabalho, elas ajudaram a criar ou recriar os movimentos populares autônomos (clubes de mães, movimento custo de vida, loteamentos clandestinos, grupos de teatro, defesa dos posseiros e seringueiros, luta pela causa indígena, etc.). Da base popular, emergiu esse tecido de pequenas organizações nas quais o povo faz sua experiência de união, mobilização, pequenas vitórias em suas lutas locais e regionais.¹³⁹

Dos grupos congregados às CEBs destacam-se o Clube de Mães, em que as mulheres encontravam abertura e incentivo para refletir sobre questões de seu cotidiano. Da reflexão à prática: as mães se mobilizaram pela fundação de espaços para guarda dos filhos no período de trabalho, pois isso era uma necessidade familiar premente. Em muitos momentos, há fusão desses movimentos sociais — igreja católica e associações de moradores — quanto às creches comunitárias. Assim, se nalguns bairros quem dependia do serviço da creche se envolveu mais em sua consolidação — a ponto de muitas mães se revezarem no trabalho de manter a creche funcionando; noutros bairros, a associação de moradores liderou o movimento pela constituição delas, além de ser a principal recebedora de subsídios municipais entre 1983 — quando começa o movimento pró-creches comunitárias em Uberlândia — e meados de 1986. E mesmo que depois disso as associações tenham se enfraquecido, foram a base da participação popular na gestão do PMDB de Uberlândia, como dissemos.

¹³⁸ BETTO, 1986, p. 22

¹³⁹ BETTO, 1986, p. 22

A estrutura básica da participação popular era a seguinte: onde não havia associação de moradores de bairro, a prefeitura potencializava a criação das mesmas, sem nenhum tipo de ingerência. [...] Além disso, havia também o apoio para a criação de creches comunitárias, com estatuto próprio e atribuições definidas pela comunidade envolvida.¹⁴⁰

Comparamos os dados indicados nos mapas a seguir (FIGS. 2 e 3) para saber se nos bairros que contavam com associações de moradores havia creches comunitárias e em que medida as associações representativas influenciaram sua criação.

¹⁴⁰ FERRARI, Marcílio Marquesini. **O orçamento participativo como contraponto aos modelos tradicionais de orçamento público**. 2005. Monografia (Graduação em Economia) — Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 55.

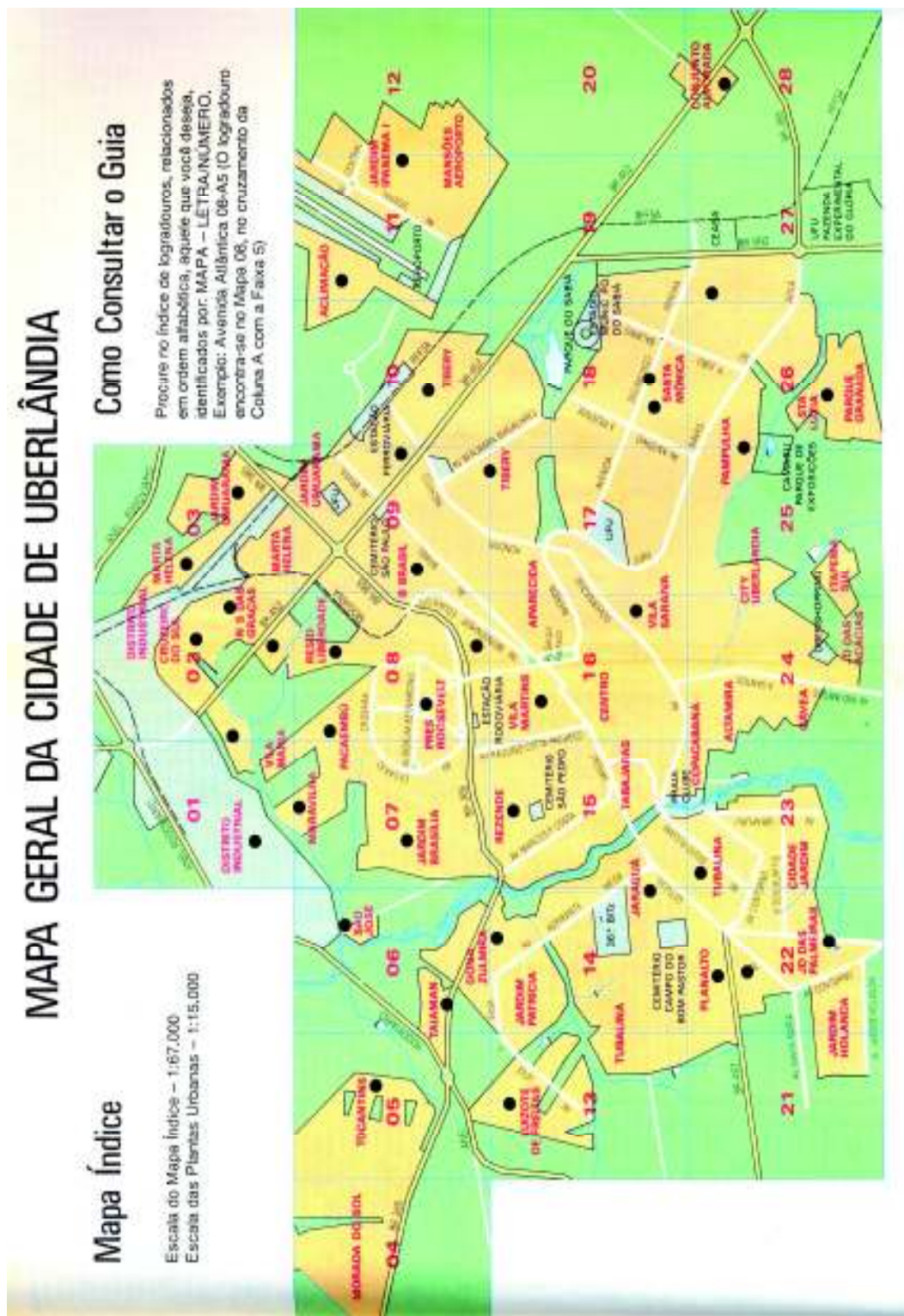


FIGURA 2 – Localização das associações de moradores no mapa de Uberlândia de 1988
Fonte: adaptado de COMPANHIA DE TELEFONES DO BRASIL CENTRAL/CTBC, 1988; UBERLÂNDIA, 1987c; 1988a; 1989

Uma comparação dos mapas nas Figuras 2 e 3 mostrará que, na gestão Democracia Participativa, a maioria das creches se vinculou às associações de moradores, pois grande parte dos bairros onde as localizamos tinha uma creche comunitária ou mais de uma. As 54 associações localizadas nos documentos pesquisados¹⁴¹ se distribuíam em 48 bairros e um distrito;¹⁴² desse total, verificamos 30 bairros que tinham associações e creches comunitárias; nos 19 restantes havia associações, mas até 1988 não tinham atendimento em creches comunitárias. Por fim, não identificamos bairros com creches comunitárias, mas sem associações comunitárias.

Posto isso, um questionamento se impõe: em que medida se configurou o relacionamento entre creches comunitárias e associações de moradores? Com base nas entrevistas e nos relatórios da SMTAS, verificamos posturas diferenciadas das associações relativamente às creches comunitárias: algumas eram meras repassadoras de recursos, sem atuação na creche; outras, além de repassarem os recursos, atuaram no interior das creches, como no bairro Santa Mônica, onde a associação de moradores coordenou a creche até meados de 1992. Com o passar do tempo, a relação entre algumas instituições se desgastou, pois uma parcela de associações se constituiu como pólos de poder, nos quais houve desvio de verbas e bens; com isso, a força aglutinadora desse movimento social se esfacelou. Relatórios de profissionais da SMTAS sobre o trabalho desenvolvido nas creches comunitárias evidenciam algumas situações que desencadearam o desgaste na relação de algumas creches com associações: “[...] a associação de moradores só paga as auxiliares em atraso, entre o dia 7 e 10 de cada mês, o que causa tensionamento entre as auxiliares e diretores da associação”.¹⁴³

A partir da segunda metade do decênio de 1980, creches que se viam prejudicadas pelo repasse desuniforme de subsídios da prefeitura recebidos pela associação de moradores se organizaram internamente para formar associações/comissões próprias de caráter jurídico. Com isso, excluía a relação de dependência das associações de moradores. A passagem a seguir, de um relatório sobre o trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Santa Rosa, deixa entrever a importância dessa nova organização nas creches comunitárias:

¹⁴¹ A Figura 2 mostra 38 associações de moradores em bairros distintos. Como encontramos registros, nos documentos produzidos pela SMTAS, de 54 associações de moradores até 1988, apontaremos os bairros onde as demais se localizavam, subdividindo-as por áreas: 1) Santa Rosa, Satélite, Minas Brasil e Higino Guerra; 2) Conjunto Nosso Lar, Patrimônio e Morada Nova; 3) Cazeca, Finotti/Progresso, Santa Maria, Lagoinha, São Jorge e Vila Marielza. Ainda há registro de uma associação de moradores no distrito de Tapuirama. UBERLÂNDIA, 1988a.

¹⁴² Em alguns bairros havia duas associações de moradores, a exemplo de Jardim Brasília, Tibery, Santa Mônica, Santa Rosa e Marta Helena.

¹⁴³ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Lagoinha**. Uberlândia, 1986d, p. 5.

[...] a associação de moradores do bairro Santa Rosa tem assumido as responsabilidades jurídicas no que diz respeito ao recebimento de subvenções, agindo como mera repassadora. A creche conseguiu seu registro em 23/3/88 através do encaminhamento desta secretaria em 20/2/88, providenciado toda a documentação para registro de seus funcionários a partir de 1º/8/88. [...] A creche é administrada por uma comissão composta por seis membros. A força desta comissão perante as mães é grande, visto seu papel fundamental na construção, manutenção inicial e equipamentos da creche.¹⁴⁴

Cabe aqui o relato de uma mãe que deixa entrever o relacionamento das creches comunitárias com a Associação de Moradores do Bairro Presidente Roosevelt, o papel desta e a criação de uma associação constituída na creche para administrar a subvenção enviada pela SMTAS:

A gente prestava contas para a associação, e a associação prestava contas para essa diretoria, e além da associação essa diretoria tinha que prestar contas para a prefeitura, porque essa subvenção vinha para a associação, demorava passar, demorava até semana para repassar pra creche. A diretoria tinha que ir atrás da associação e a associação passava, mas tudo que gastava dentro da creche com esse dinheiro a diretoria tinha que prestar contas, tanto para a associação quanto para a prefeitura também. Como tinha que prestar contas e a associação não ia lá saber o que estava acontecendo na creche, para que a associação? Simplesmente para pegar o dinheiro, e isso a diretoria que estava na creche poderia fazer. A creche rompeu com a associação e passou a receber direto da secretaria de Ação Social, pois ela se constituiu juridicamente para receber o recurso. E a gente prestava contas, pegava a subvenção, pagava todas as despesas de dentro da creche, porque além da subvenção de alimentação, de arroz, feijão, ela ainda mandava uma pequena subvenção para pagar luz, água e completar com alguma coisa assim, que precisasse. A diretoria comprava no lugar mais barato que tinha, fazia uma cotação de preços e comprava, prestava contas para a prefeitura direitinho, porque senão eles não liberavam a subvenção.¹⁴⁵

Esse relato permite afirmar que as associações de moradores perderam o papel de interlocutoras privilegiadas da comunidade. Ora, no começo do movimento pró-creches comunitárias — 1983 —, quase todas se formavam e eram gerenciadas pelas associações; após alguns anos, a relação entre uma e outra se desgastou; e, ao fim da gestão Democracia Participativa, dentre 44 creches comunitárias, 25 permaneciam vinculadas às associações. Tal realidade mostra que o posicionamento do então prefeito municipal não

¹⁴⁴ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Santa Rosa**. Uberlândia, 1988i, p. 6.

¹⁴⁵ JESUS, Vera Lúcia de. Uberlândia (MG), 13 de abril de 2009. 1 fita cassete (45 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira. Nascida em 10/11/1958, em Itumbiara (GO), não concluiu o ensino fundamental. Participou do movimento pró-creches comunitárias no bairro Presidente Roosevelt, onde atuou no cotidiano da creche comunitária como mãe, depois como membro da diretoria da instituição até meados de 1990.

se concretizou, conforme registrado em relatório da SMTAS¹⁴⁶ sobre reuniões dessa secretaria para se tratar do atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade. O relatório explicita que, quanto às creches comunitárias, Zaire não iria municipalizá-las em sua gestão; ele reconhecia as associações como representantes legítimas dos moradores e gostaria que assumissem as creches comunitárias dos bairros, o que aconteceu, a princípio, no registro profissional (na Carteira Profissional e na Previdência Social) das profissionais dessas instituições pelos representantes das associações, e não pelo poder público municipal. Essa posição era contestada com veemência pela equipe da SMTAS, que defendia a municipalização — que ocorreu de fato em meados de 1992, quatro anos após o fim dessa gestão de Zaire e a promulgação da Constituição Federal de 1988.

2.5 Financiamento das creches comunitárias

Em 1983, primeiro ano da gestão Democracia Participativa — quando a prefeitura começou a incentivar de fato a criação de creches comunitárias —, não havia verba específica para sua manutenção. Responsável pela supervisão delas a partir do ano de 1983, a SMTAS era integrada à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e não tinha orçamento específico para creches. Nesse sentido, convém verificarmos algumas questões sobre o financiamento destas entre 1983 e 1988: quanto era destinado à SMTAS (pois esta era responsável pela supervisão das creches comunitárias nesse período)? Os recursos destinados a ela eram significativos se comparada com as demais secretarias? Qual era a parcela da receita da SMTAS reservada à divisão de desenvolvimento e orientação do menor (em que se inseria o programa de apoio à criança de 0 a 6 anos de idade e, por consequência, as creches)? Quantas associações representativas receberam recursos a serem repassados às creches comunitárias? Buscamos respostas primordialmente em fontes como imprensa escrita e orçamentos do município — estes traduzidos em gráficos, a seguir.

¹⁴⁶ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. **Relato das discussões efetuadas entre a equipe do programa de atendimento à criança de 0 a 6 anos e a assessoria da Secretária do Trabalho e Ação Social.** Uberlândia, 1987d, p. 5.

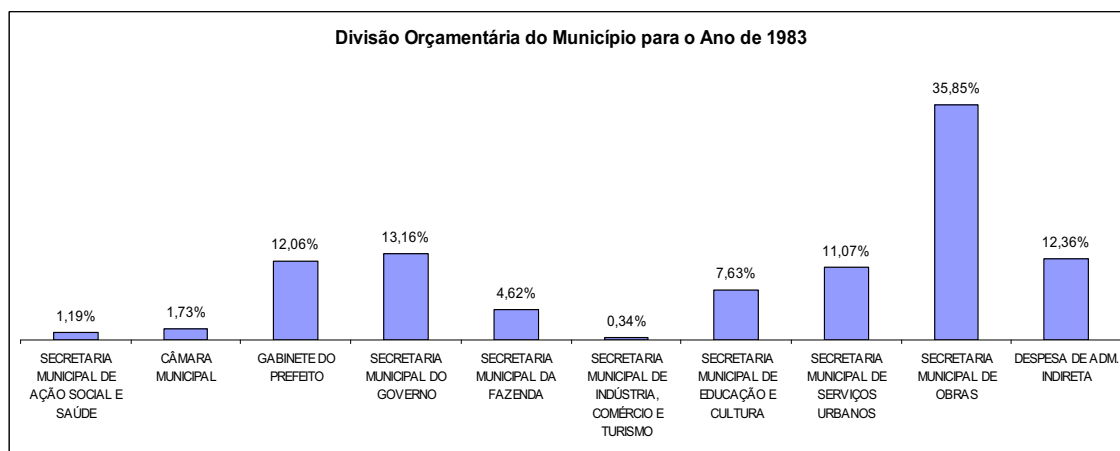


GRÁFICO 2 – Divisão orçamentária para o município de Uberlândia — 1983

Fonte: UBERLÂNDIA, 1982.¹⁴⁷

O Gráfico 2 mostra que o orçamento previsto à Secretaria Municipal de Ação Social e Saúde (SMAS) correspondia a 1,19% do orçamento total do município para 1983 — discutido e elaborado pela gestão precedente, cuja prioridade, como mostra o gráfico, era a secretaria de Obras. Assim, o orçamento destinado à SMAS, responsável pelo apoio às creches comunitárias, era insuficiente para suprir as demandas dessas instituições, outras demandas da ação social e demandas da saúde.¹⁴⁸

O relato a seguir revela um pouco da realidade das creches comunitárias em 1983 quanto ao seu financiamento:

[...] falavam dos projetos que tinham pra poder ter verba, mas, até então, não tinha entrado verba, a vontade era muita, mas por causa de leis, projetos, orçamento... [...] então ficou preso ao orçamento [...] o orçamento não comportava o que estava acontecendo. E nós fomos da nossa comunidade pra ver a importância da comunidade se unir pra buscar os seus direitos. Nós fomos ao Lagoinha discutir com a comunidade do bairro Lagoinha, nós fomos pro Segismundo, fomos pro Tubalina, pra falar pras pessoas batalharem pelo seu direito.¹⁴⁹

Como se lê, embora a gestão municipal *apoiasse* a constituição de creches, o orçamento era insuficiente para suprir a demanda dessas instituições. Até então, a fim de cobrir parte das despesas, as instituições de atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade, sobretudo as creches comunitárias, faziam convênios com órgãos externos. Destes, o principal conveniado citado pelos entrevistados era a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que supria parte da alimentação

¹⁴⁷ Prefeito: Virgílio Galassi (1977–82); orçamento presumido em cruzeiros: Cr\$ 6.677,520,034.

¹⁴⁸ Nesse período, atendimentos relativos à saúde eram feitos primordialmente pelo Hospital de Clínicas da UFU, financiado pelo governo federal.

¹⁴⁹ FERREIRA, 2009.

nas instituições conveniadas. A formalização do convênio supunha que a creche comunitária interessada funcionasse e fosse pessoa jurídica; do contrário, tinha de fazer parceria com as que pudessem receber recursos e prestar contas. De início, a alimentação enviada pela LBA era recebida via Diocese de Uberlândia. A líder comunitária e fundadora das creches do Presidente Roosevelt confirma isso: “Até então, nós não existíamos juridicamente, nós tivemos o apoio da Igreja, da Diocese. A LBA mandava a alimentação direto pra creche, via Diocese, com a documentação, através da Diocese”.¹⁵⁰

Ainda em 1983 e em anos posteriores, para se manter em funcionamento, uma quantidade considerável de creches comunitárias buscava alternativas para financiar suas despesas; aí se incluíam doações de comerciantes dos bairros e de creches filantrópicas, contribuição de pais e promoção de bazares e rifas, dentre outras. Para assegurar uma parcela de recursos às creches comunitárias, o Executivo municipal apresentou o projeto de lei 051/83, que previa repasse de verba para aquisição de equipamentos e manutenção de algumas creches comunitárias e institucionais.

Mas o projeto estipulava que a instituição-alvo do repasse fosse formalizada juridicamente. Tal exigência foi um entrave às creches comunitárias, porque, em 1983, muitas não tinham status de pessoa jurídica, e ainda estava no início o incentivo à organização popular via associações (de moradores/bairro e outras), cuja quase-totalidade assumiu o recebimento e repasse de recursos advindos do poder público às creches comunitárias. Entidades constituídas juridicamente — a exemplo das associações: de Apoio Comunitário do Conjunto Luizote de Freitas, de Desenvolvimento do Conjunto Segismundo Pereira e Metodista de Assistência Social, além da Obras da Diocese de Uberlândia e da própria Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social¹⁵¹ — receberiam parte desse recurso, assim como duas creches do bairro Jardim Brasília, uma do bairro Presidente Roosevelt e outras duas em formação nos bairros Lagoinha e Santa Luzia via Diocese — embora até então não fossem pessoa jurídica nem suas respectivas associações de moradores/bairro. O Legislativo municipal rejeitou e arquivou o projeto de lei.

Em resposta, a população interessada em sua aprovação fez uma manifestação com faixas e cartazes retratando o descontentamento dos manifestantes em frente à Câmara Municipal.

¹⁵⁰ FERREIRA, 2009.

¹⁵¹ CORREIO DE UBERLÂNDIA, p. 3, 20 set. 1983.



FIGURA 4 – Manifestação em frente à Câmara Municipal de Uberlândia
 Fonte: CRECHES:... . *Primeira hora*, 1983, p. 3.

Somente o jornal *Primeira hora* noticiou a manifestação (FIG. 4). Por isso, afirmamos que o periódico foi usado como instrumento político-partidário ao destacar o descontentamento da população e a oposição à bancada do PDS, que rejeitou o projeto. Em igual medida, os demais jornais também evidenciaram sua parcialidade por não noticiarem a manifestação.

Após o projeto ser arquivado, Zaire pediu seu desarquivamento; ante a negativa do Legislativo, o prefeito elaborou outro projeto, que resultou no repasse de subsídios às creches comunitárias no fim de 1983; a partir de 1984, o Poder Executivo destinou recursos específicos para implantação e manutenção das creches comunitárias, cujo repasse coube, acima de tudo, às associações de moradores. Nesse ano, a SMASS foi desmembrada em duas secretarias municipais: a de Saúde e a do Trabalho e Ação Social (SMTAS). Esta se responsabilizou efetivamente pelas creches comunitárias.

O Gráfico 3, a seguir, permite afirmar que, embora insuficiente, houve aumento na parcela do orçamento destinada à SMTAS.

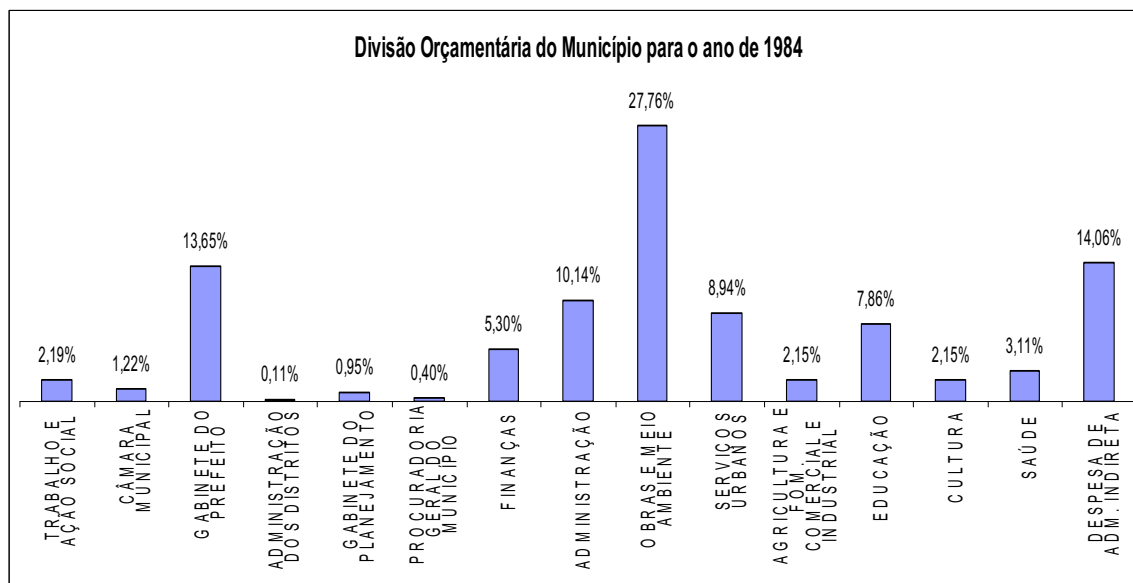


GRÁFICO 3 – Divisão orçamentária para o município de Uberlândia — 1984
Fonte: UBERLÂNDIA, 1983a.¹⁵²

O repasse de mais recursos às creches a partir de 1984 se traduziu em mais incentivo para comunidade conduzi-las. Por exemplo, os subsídios destinados às creches — como se nota no orçamento da SMTAS previsto para 1984 (GRÁFICO 4) — previam outra categoria: a “assistência comunitária”. Mas, embora esta recebesse a segunda maior parcela destinada à SMTAS, o recurso não supria satisfatoriamente às necessidades das instituições que eram então criadas.

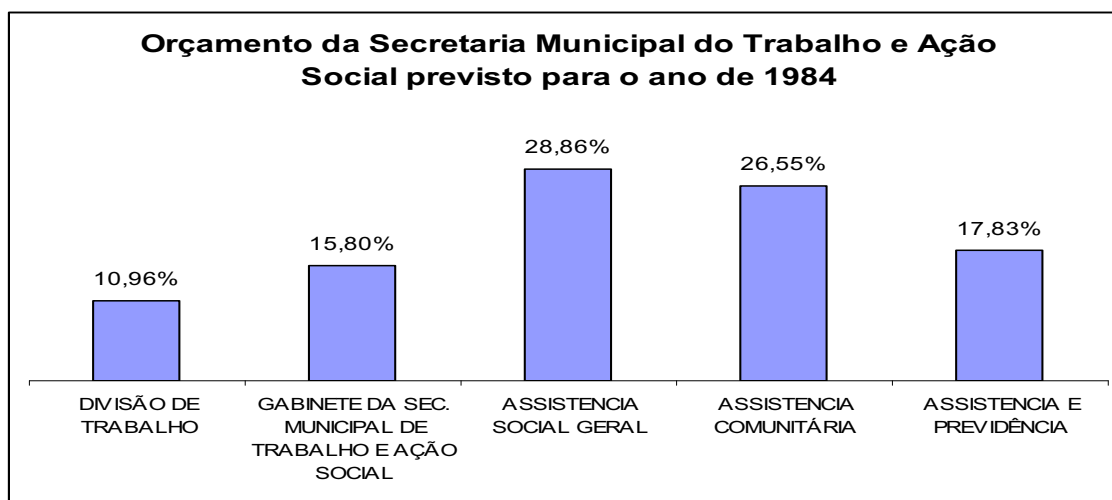


GRÁFICO 4 – Orçamento da SMTAS para 1984
Fonte: UBERLÂNDIA, 1983a.¹⁵³

¹⁵² Prefeito: Zaire Rezende (1983–8); orçamento presumido em cruzeiros: Cr\$ 23.050,810,000,00.

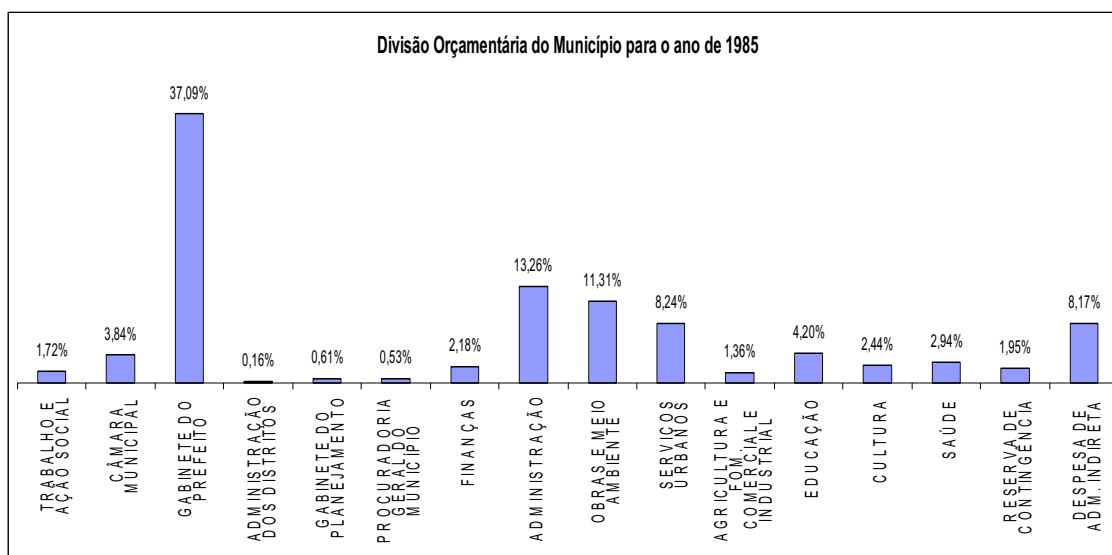


GRÁFICO 5 – Divisão orçamentária para o município de Uberlândia — 1985

Fonte: UBERLÂNDIA 1984a.¹⁵⁴

O Gráfico 5 mostra que em 1985 houve decréscimo no montante destinado à SMTAS comparando-se com o do ano anterior definido para as demais secretarias. Mas, do valor reservado à SMTAS, a parcela destinada à assistência comunitária (que abarcava recursos para creches comunitárias) aumentou se comparada com a de 1984 (GRÁFICO 6).

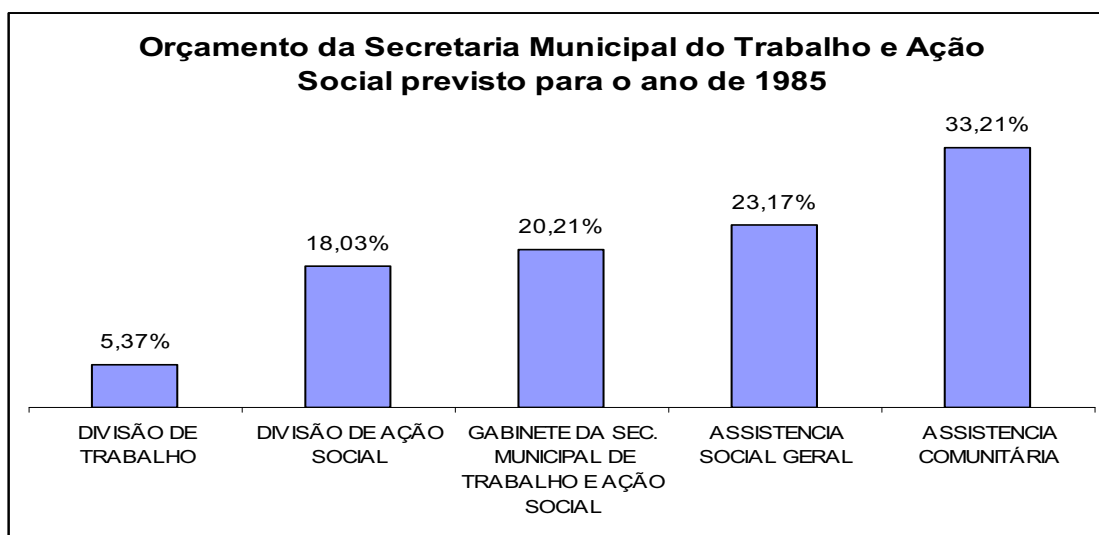


GRÁFICO 6 – Orçamento da SMTAS para 1985

Fonte: UBERLÂNDIA, 1984a.¹⁵⁵

¹⁵³ Orçamento presumido em cruzeiros: Cr\$ 504.860.000,00.

¹⁵⁴ Orçamento presumido em cruzeiros: Cr\$ 88.650,000,00.

¹⁵⁵ Orçamento presumido em cruzeiros: Cr\$ 2.247,700,000,00.

O orçamento para 1985 apresentou a lei municipal 4.109, de 12 de dezembro de 1984, que previa repasse de subvenções a instituições de cunho social, inclusive 15 creches comunitárias, das quais 12 receberam recursos via associação de moradores/bairro. Como as fontes que pesquisamos mostram a existência de 21 creches comunitárias no fim de 1984, então as seis já existentes em 1984 foram desconsideradas. Há outra questão delicada: as nove creches criadas ao longo de 1985 não foram incluídas pela lei para receberem subvenção em 1985, embora ela previsse subsídios às entidades para 1985. Essa situação revela a precariedade na manutenção e no funcionamento de algumas creches comunitárias. Uma notícia sobre reivindicações feitas ao poder público pelas creches comunitárias publicada no *Primeira hora* ilustra essa afirmação:

Mais de 50 tomadeiras de conta das creches comunitárias de Uberlândia estiveram ontem no gabinete do prefeito Zaire Rezende para fazer-lhe várias reivindicações, consideradas por elas como urgentes, a fim de que as creches possam de maneira mais tranqüila, ter condições de zelar das centenas de crianças que elas assistem.¹⁵⁶

Como se vê no Gráfico 7, no orçamento para 1986, a parcela destinada à SMTAS quase triplicou relativamente à de 1985, embora ainda não suprisse a demanda de todas as creches comunitárias.

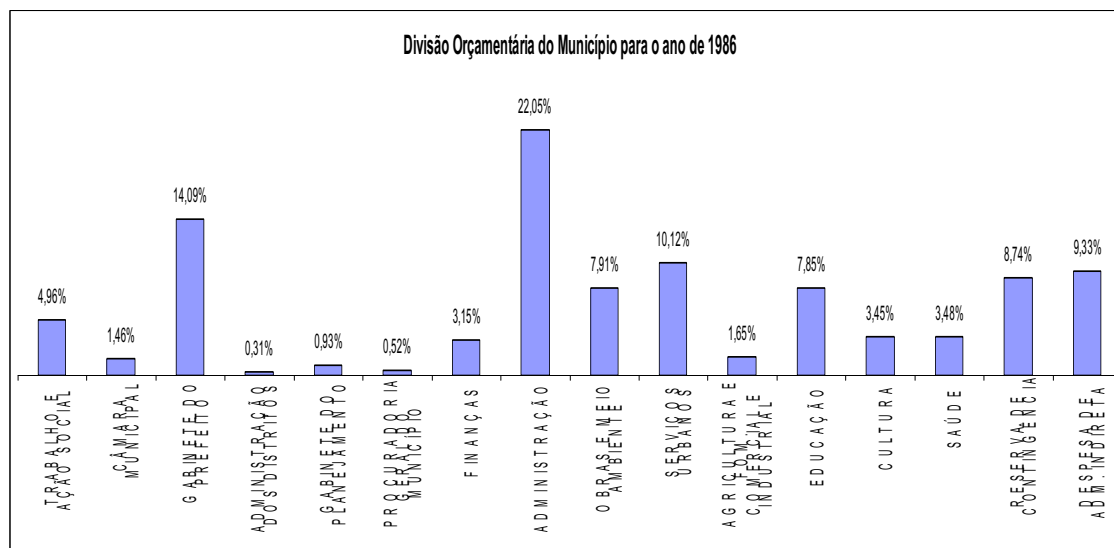


GRÁFICO 7 – Divisão orçamentária para o município de Uberlândia — 1986

Fonte: UBERLÂNDIA, 1985a.¹⁵⁷

¹⁵⁶ CRECHES vão ao prefeito pedir mais. *Primeira hora*, Uberlândia, p. 5, 15 maio 1985.

¹⁵⁷ Orçamento presumido em cruzeiros: Cr\$ 343.078,300,000,00

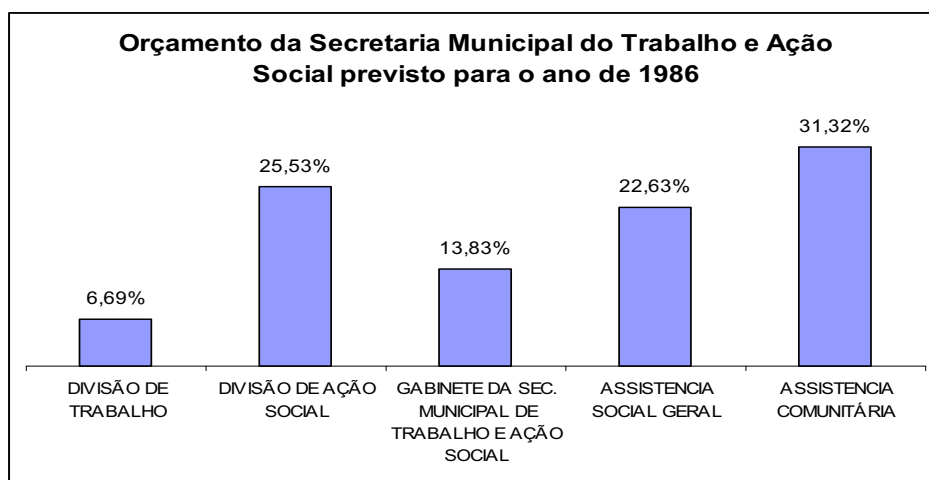


GRÁFICO 8 – Orçamento da SMTAS para 1986

Fonte: UBERLÂNDIA, 1985a.¹⁵⁸

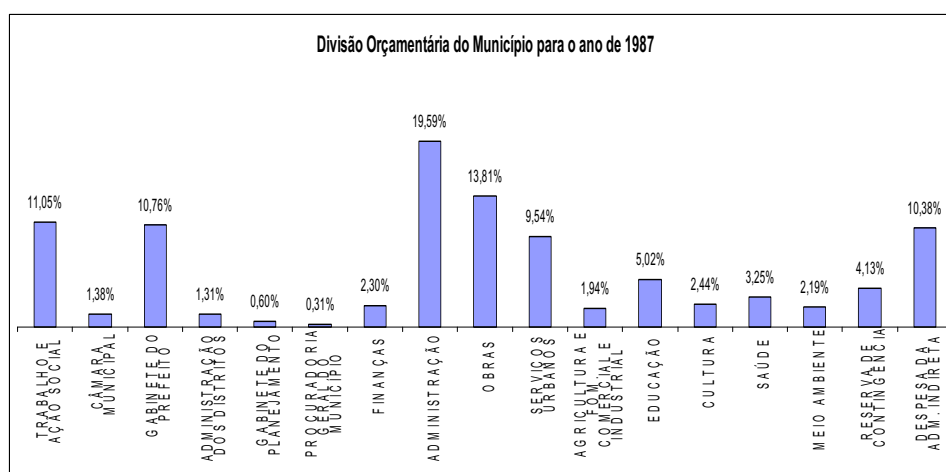


GRÁFICO 9 – Divisão orçamentária para o município de Uberlândia — 1987

Fonte: UBERLÂNDIA, 1986a.¹⁵⁹

O Gráfico 8 revela que, no montante destinado à SMTAS em 1986, houve redução na parcela da assistência comunitária, embora esta recebesse a maior quantia quando comparada com as demais divisões/seções. O orçamento para 1986 trouxe a lei 4.257, de 29 de novembro de 1985, que também previu repasse de subvenções a instituições sociais, incluindo 22 creches comunitárias, das quais 19 receberam via associação de moradores. Mas, assim como em 1985, houve discrepâncias no repasse: no fim de 1985, havia 30 creches comunitárias, logo 8 delas não receberam os subsídios, assim como outras sete creches criadas em 1986.

Pelo Gráfico 9, a quantia do orçamento para 1987 destinada à SMTAS aumentou se comparada à de 1986.

¹⁵⁸ Orçamento presumido em cruzeiros: Cr\$ 17.016,000,00.

¹⁵⁹ Orçamento presumido em cruzados: Cz\$ 726.229,307,00.

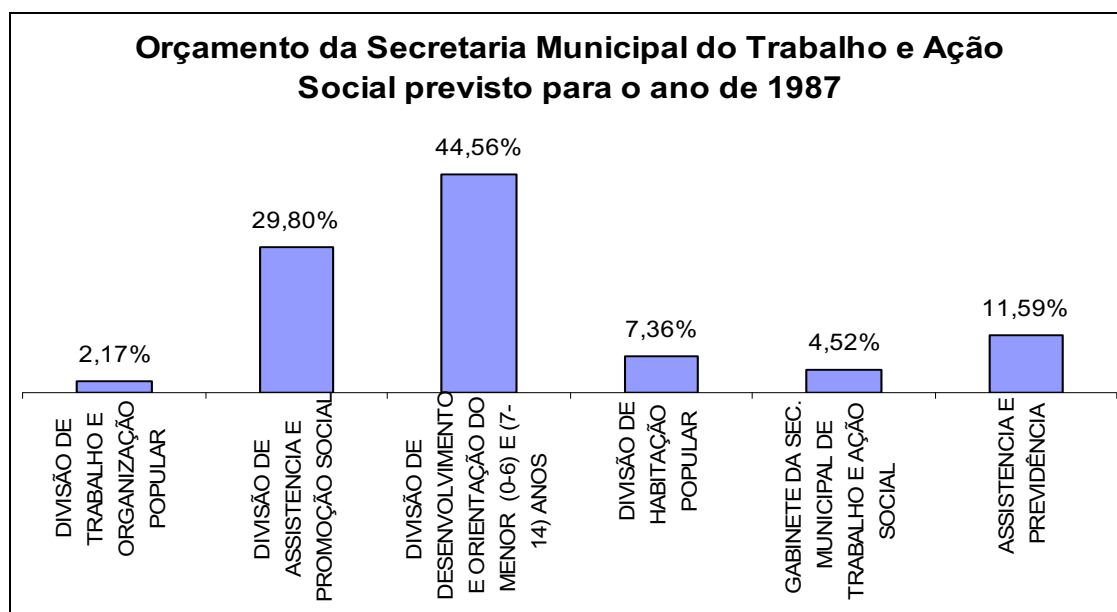


GRÁFICO 10 – Orçamento da SMTAS para 1987

Fonte: UBERLÂNDIA, 1986a.¹⁶⁰

Dessa quantia, destaca-se o repasse de quase metade (GRÁFICO 10) à divisão de desenvolvimento e orientação do menor, responsável por gerenciar e subsidiar os centros de formação (atendimento a crianças e pré-adolescentes na faixa etária 7–14 anos) e as creches institucionais e comunitárias.

Também o orçamento de 1987 apresentou uma lei (n. 087, de 29 de setembro de 1986), prevendo repasse de subvenções a instituições sociais. Ela incluía 30 creches comunitárias; destas, 24 receberam subvenções, via associação de moradores/bairro. Como a lei foi promulgada na segunda metade de 1986 e há registros da existência de 37 creches comunitárias nesse ano, então sete delas existentes em 1986 ficaram sem o subsídio, assim como outras quatro constituídas em 1987.

No orçamento para 1988 (GRÁFICO 11), a parcela para a SMTAS diminuiu. O valor previsto revela redução e aumento (GRÁFICO 12). Redução do repasse à divisão de desenvolvimento e orientação ao menor (logo, às creches), caso se considerem os 44,56% de 1987, e aumento da parcela destinada à divisão de trabalho e organização popular: de 2,17% para 25,81%. Acreditamos que houve esse aumento, sobretudo, porque 1988 era o último ano da gestão Democracia Participativa — ou seja, era ano eleitoral —, e a essa divisão cabia apoiar associações representativas, um dos sustentáculos centrais dessa gestão.

¹⁶⁰ Orçamento presumido em cruzados: Cz\$ 80.222,700,00.

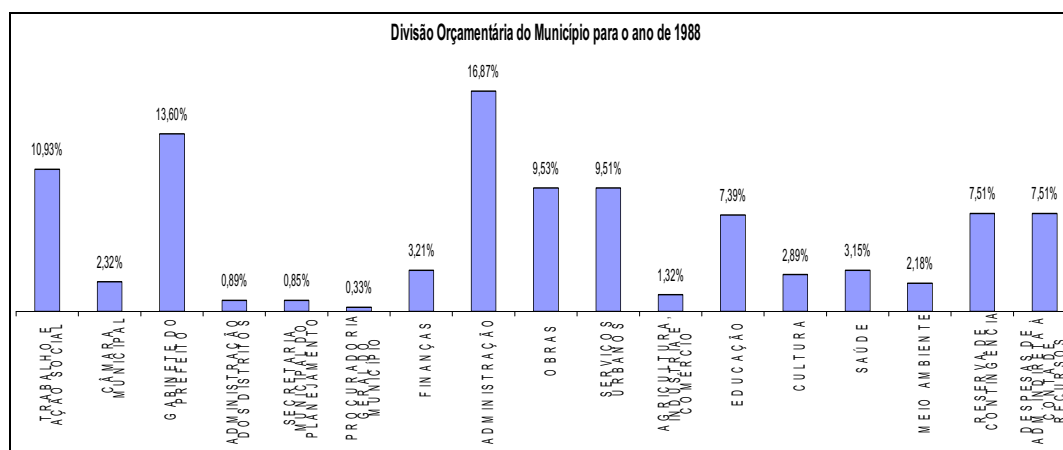


GRÁFICO 11 – Divisão orçamentária para o município de Uberlândia — 1988

Fonte: UBERLÂNDIA, 1987a.¹⁶¹

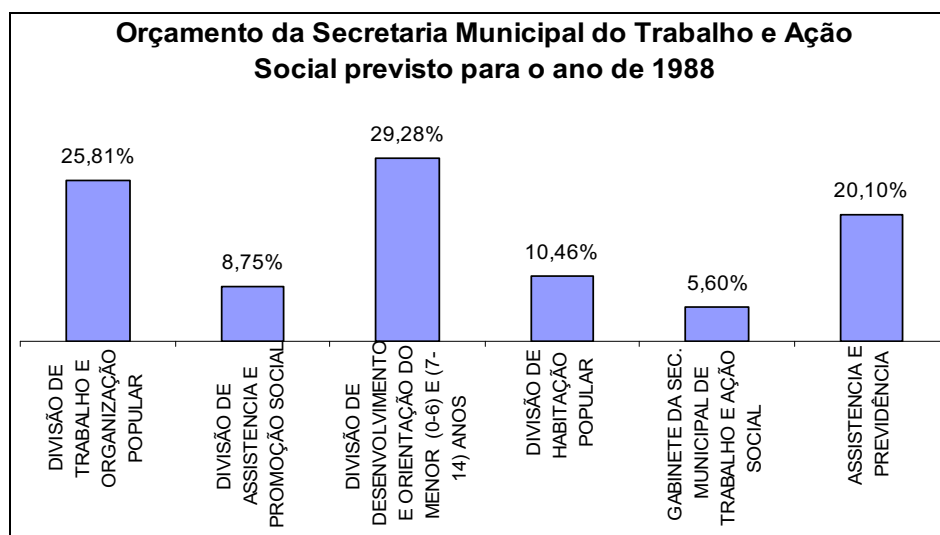


GRÁFICO 12 – Orçamento da SMTAS para 1988

Fonte: UBERLÂNDIA, 1987a.¹⁶²

Como nos orçamentos anteriores, o de 1988 apresentou outra lei (n. 4.591, de 1º de dezembro de 1987). A lei previa subvenções para instituições sociais, das quais 39 creches comunitárias, mas não especificava as que receberiam via associação de moradores/bairro. A lei foi promulgada no fim de 1987, quando havia 41 creches comunitárias. Logo, duas existentes ainda em 1987 não receberam a subvenção nem outras três constituídas em 1988.

Ainda com base nessa lei, listamos no Quadro 3 as creches comunitárias e institucionais contempladas, a quantia que cada uma recebeu, a conversão dos valores em reais e a quantidade de crianças de algumas creches. Assim, pudemos descobrir a quantia per capita/mês destinada às creches analisadas.

¹⁶¹ Orçamento presumido em cruzados: Cz\$ 2.663.002,496,00.

¹⁶² Orçamento presumido em cruzados: Cz\$ 291.090.193,00.

QUADRO 3
 Creches contempladas com subvenções pela lei 4.591, de 1º de dezembro de 1987¹⁶³ —
 exercício de 1988

ENTIDADE	MONTANTE EM CRUZADOS — RECURSO ANUAL	CONVERSÃO PARA REAIS (2008)	QUANTIDADE. DE CRIANÇAS ¹⁶⁴	PER CAPITA AO MÊS ¹⁶⁵
Creche comunitária do bairro Aclimação	Cz\$ 610.069,00	R\$ 6069,80476	Não informada	—
Creche comunitária do alto Tibery	Cz\$ 1.523.241,00	R\$ 15155,2947	35	R\$ 36,08
Creche comunitária do conj. Alvorada	Cz\$ 836.721,00	R\$ 8324,85032	Não informada	—
Creche comunitária do conj. Cruzeiro do Sul	Cz\$ 709.521,00	R\$ 7059,28993	Não informada	—
Creche comunitária do bairro Brasil	Cz\$ 1.194.985,00	R\$ 11889,35292	Não informada	—
Creche comunitária do bairro Dona Zulmira	Cz\$ 867.921,00	R\$ 8635,270798	70	R\$ 10,28
Creche comunitária do bairro Esperança	Cz\$ 830.731,00	R\$ 8265,253572	Não informada	—
Creche comunitária do bairro Ipanema	Cz\$ 639.109,00	R\$ 6358,734591	Não informada	—
Associação Comunitária de Apoio ao Menor do Bairro Pres. Roosevelt (creche)	Cz\$ 1.523.241,00	R\$ 15155,29469	Não informada	—
Associação de Apoio ao Menor do Bairro Pampulha	Cz\$ 830.731,00	R\$ 8265,253572	32	R\$ 21,52
Creche comunitária Luizote de Freitas III	Cz\$ 717.921,00	R\$ 7142,864669	Não informada	—
Creche comunitária do conj. Santa Rosa	Cz\$ 588.469,00	R\$ 5854,898281	25	R\$ 19,51
Creche do bairro Santo Inácio	Cz\$ 588.469,00	R\$ 5854,898281	Não informada	—
Creche comunitária conj. Satélite e bairro Oliveira	Cz\$ 709.521,00	R\$ 7059,289926	Não informada	—
Creche comunitária do conj. Segismundo Pereira	Cz\$ 709.521,00	R\$ 7059,289926	40	R\$ 14,70
Creche Comunitária Promorar	Cz\$ 709.521,00	R\$ 7059,289926	Não informada	—
Creche comunitária do bairro Tibery	Cz\$ 858.321,00	R\$ 8539,756806	Não informada	—
Creche comunitária do bairro Tocantins	Cz\$ 830.731,00	R\$ 8265,253572	55	R\$ 12,52
Creche comunitária do bairro Nossa Senhora das Graças	Cz\$ 596.869,00	R\$ 5938,473025	Não informada	—
Creche comunitária do bairro Patrimônio	Cz\$ 1.523.241,00	R\$ 15155,29469	Não informada	—
Creche comunitária do bairro Residencial Gramado	Cz\$ 588.469,00	R\$ 5854,898281	Não informada	—
Creche comunitária conj. Residencial Nosso Lar	Cz\$ 588.469,00	R\$ 5854,898281	Não informada	—
Creche comunitária conj. Habitacional Santa Luzia	Cz\$ 709.521,00	R\$ 7059,289926	45	R\$ 13,07
Creche comunitária do bairro Santa Mônica I	Cz\$ 709.521,00	R\$ 7059,289926	Não informada	—

¹⁶³ Essa lei concedeu subvenções a diversas entidades sociais, distribuindo entre elas, em cruzados, Cz\$ 75.047,000,00.

¹⁶⁴ Encontramos dados referentes à quantidade de crianças de algumas creches elencadas nos relatórios da SMTAS de 1988.

¹⁶⁵ Para calcular a parcela de subvenção em questão destinada a cada criança (per capita), dividimos o valor convertido (cruzados para reais) pela quantidade de crianças atendidas pela instituição, depois dividimos o valor encontrado por 12 (número de meses do ano).

Continuação do Quadro 3

ENTIDADE	MONTANTE EM CRUZADOS — RECURSO ANUAL	CONVERSÃO PARA REAIS (2008)	QUANTIDADE, DE CRIANÇAS	PER CAPITA AO MÊS
Creche comunitária do bairro Santa Mônica II	Cz\$ 588.469,00	R\$ 5854,898281	Não informada	—
Creche comunitária do bairro Jardim Brasília III	Cz\$ 596. 869,00	R\$ 5938,473025	35	R\$ 14,13
Creche comunitária do bairro Jardim Brasília I	Cz\$ 596. 869,00	R\$ 5938,473025	35	R\$ 14,13
Creche comunitária do bairro Jardim das Palmeiras	Cz\$ 830.731,00	R\$ 8265,253572	35	R\$ 19,67
Creche comunitária do bairro Lagoinha e Leão XIII	Cz\$ 596. 869,00	R\$ 5938,473025	Não informada	—
Creche comunitária Luizote de Freitas I	Cz\$ 709.521,00	R\$ 7059,289926	Não informada	—
Creche comunitária Luizote de Freitas II	Cz\$ 709.521,00	R\$ 7059,289926	Não informada	—
Creche comunitária do bairro Maravilha	Cz\$ 588.469,00	R\$ 5854,898281	30	R\$ 16,26
Creche comunitária do bairro Morada Nova	Cz\$ 588.469,00	R\$ 5854,898281	Não informada	—
Creches comunitárias associadas de Udia Jaraguá	Cz\$ 596. 869,00	R\$ 5938,473025	Não informada	—
Creches comunitárias associadas de Udia Martins	Cz\$ 989.131,00	R\$ 9841,234444	Não informada	—
Creches comunitárias associadas de Udia Osvaldo	Cz\$ 830.731,00	R\$ 8265,253572	60	R\$ 11,47
Creche comunitária São Cosme e São Damião — Marta Helena	Cz\$ 1.523.241,00	R\$ 15155,29469	40	R\$ 31,57
Creche comunitária Maria da Conceição Barbosa (Tia Lia)	Cz\$ 830.731,00	R\$ 8265,253572	Não informada	—
Creche comunitária São Francisco de Assis (Tubalina I)	Cz\$ 1.523.241,00	R\$ 15155,29469	Não informada	—
Creche comunitária Santa Rita (Tubalina II)	Cz\$ 709.521,00	R\$ 7059,289926	55	R\$ 10,69
Creche comunitária Dona Aurora Fadesom (creche)	Cz\$ 2.078.599,00 Cz\$ 709.521,00	R\$ 20680,75925 R\$ 7059,289926	Não informada Não informada	— —
Obras Sociais da Diocese de Udia — Creche da E. E. José Inácio ¹⁶⁶	Cz\$ 709.521,00	R\$ 7059,289926	Não informada	—
Obras Sociais da Diocese de Udia — Creche ¹⁶⁷	Cz\$ 588.469,00	R\$ 5854,898281	Não informada	—
Obras Sociais da Diocese de Udia — Creche da E. E. de Uberlândia	Cz\$ 709.521,00	R\$ 7059,289926	Não informada	—
Creche Marieta de Castro Santos	Cz\$ 45.000,00	R\$ 447,7218386	Não informada	—
Creche Menino Jesus	Cz\$ 45.000,00	R\$ 447,7218386	Não informada	—
Creche Nosso Larzinho	Cz\$ 45.000,00	R\$ 447,7218386	Não informada	—
Creche Sérgio Henrique Martinelli	Cz\$ 45.000,00	R\$ 447,7218386	Não informada	—
Creche da Igreja Presbiteriana Unida	Cz\$ 45.000,00	R\$ 447,7218386	Não informada	—

Fonte: UBERLÂNDIA, 1987b.

¹⁶⁶ Essa creche, as Obras Sociais da Diocese de Uberlândia — Creche da E. E. de Uberlândia, a Creche Marieta de Castro Santos, a Creche Menino Jesus, a Creche Nosso Larzinho, a Creche Sérgio Henrique Martinelli e a Creche da Igreja Presbiteriana Unida não se adequam à categoria creche comunitária; são tidas como institucionais.

¹⁶⁷ Não encontramos registro de localização e nomenclatura dessa creche.

Não obtivemos informações que apontassem o destino da subvenção em cada creche. Mas podemos afirmar que houve discrepâncias quanto a sua divisão nas instituições destacadas no Quadro 3. Na tentativa de entender os critérios empregados para a divisão de subsídios em cada creche listada, fizemos algumas suposições.

Primeira: creches com mais tempo de funcionamento receberam subvenção maior; isso não se confirmou, pois a creche que recebeu a maior subvenção — Dona Aurora — foi fundada em meados de 1987. Segunda: as associações de moradores ou diretorias a que as creches se vinculavam tinham mais influência nas decisões do orçamento previsto para a subvenção de cada creche; não encontramos registro de como se configuravam as discussões sobre a divisão das subvenções para as creches comunitárias. Enfim: creches comunitárias que recebiam quantias maiores atendiam mais crianças; desconsideramos essa suposição porque a creche do bairro Dona Zulmira atendia à maior quantidade de crianças (70) e não recebia subvenções maiores (aliás, tinha o menor recebimento per capita/mês: R\$ 10,28, em valores atuais), ao contrário da creche comunitária do bairro Santa Rosa, que atendia a menor quantidade de crianças (25) e tinha recebimento per capita mensal superior: equivalente a R\$ 19,51. Contudo, a creche comunitária do alto Tibery, com atendimento declarado de 35 crianças em 1988, tinha o maior recebimento per capita/mês: equivalente a R\$ 36,08.

Posto isso, não conseguimos entender os critérios da divisão de subvenções para as creches listadas no Quadro 3. Uma análise mais cautelosa, porém, aponta privilégios a algumas creches em detrimento de outras, justificado, talvez, por questões político-partidárias ou porque as que recebiam quantias menores contavam com outras fontes de recursos.

2.6 À guisa de síntese

Esses registros e impressões mostram elementos diversos responsáveis pelas limitações, fragilidades e contradições da experiência de democracia participativa em Uberlândia, sobretudo os embates entre movimentos sociais organizados ou não — defensores do direito à creche — e a configuração do poder político municipal no período. Entre as décadas de 1970 e 1980, o movimento por creches surgia ante o impacto de uma política de arrocho salarial, concentração de renda e repressão política a quem cobrava do Estado seus compromissos com a sociedade e a garantia do direito das classes populares à assistência e educação infantis. No bojo dos movimentos sociais organizados, a maioria das creches surge da iniciativa comunitária — mediada por seus representantes imediatos: associação de moradores, centros comunitários,

CEBs (via clubes de mães) e outros — como possibilidade de liberar a mulher para o mercado de trabalho, direito não assumido pelo poder público.

Na Uberlândia do início dos anos de 1980, ao assumir o pleito municipal com a proposta de democracia participativa, o PMDB apoiou a abertura de creches comunitárias, incentivando e delegando sua condução aos movimentos sociais organizados. No início de sua gestão, porém, os recursos para manutenção dessas creches eram insuficientes, por consequência a população interessada teve de buscar outros meios de receita — convênios, eventos, promoções nos bairros e outras ações de efeito paliativo. A análise, sobretudo, dos orçamentos do município mostrou que, de fato, os gastos públicos com creches aumentaram; porém, com base nas reivindicações veiculadas pela imprensa e no relato de pessoas que compunham o cotidiano das creches comunitárias para crianças de 0 a 6 anos de idade, concluímos que os recursos eram escassos para suprir às necessidades reais de uma quantidade significativa delas.

Vimos ainda que a parceria entre creches comunitárias e associações de moradores se desgastou por causa de conflitos resultantes, em especial, da forma de repasse da subvenção às creches, do uso dessa atribuição como instrumento de poder e político por algumas associações e, enfim, do descontentamento com a materialização da proposta política praticada pela gestão de Zaire Rezende, que levou ao enfraquecimento e à desarticulação de grande parte das associações representativas. O resultado imediato disso foi a derrota do candidato a prefeito que continuaria essa gestão do PMDB.

A seguir abordamos as creches comunitárias de forma mais pormenorizada, a fim de verificar a configuração desse movimento reivindicativo, os fatores que determinaram sua efetivação, as condições físicas, materiais e humanas nas creches, as práticas aí empreendidas no atendimento a crianças de bairros periféricos com idade menor que 6 anos e a visão de sujeitos inseridos no cotidiano das creches comunitárias quanto às ações da gestão municipal entre 1983 e 1983 no tocante a essas instituições.

Capítulo 3

CRECHES COMUNITÁRIAS E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: SUJEITOS, PRÁTICAS, COTIDIANO E PERSPECTIVAS

3.1 Considerações iniciais

Como vimos, o contexto político no Brasil entre 1964 e 1988 — que foi da instauração da ditadura militar à redemocratização do país, marcada, sobretudo, pela abertura política e promulgação da Constituição Federal — influenciou as gestões municipais progressistas e estimulou o reconhecimento de movimentos sociais organizados. Em Uberlândia (MG), essa influência se fez notar na gestão do então prefeito Zaire Rezende (1983–8), cuja proposta de democracia participativa incentivou e reforçou os movimentos sociais via associação de moradores/bairro e ações da igreja católica, que promoveram a mobilização em prol de espaços destinados ao atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade em bairros periféricos da cidade. A leitura dos orçamentos municipais desse período mostrou que a gestão de Zaire, de fato, financiou creches comunitárias, com evolução ascendente nos subsídios. Mas concluímos que esses recursos ainda eram escassos para suprir as demandas dessas instituições, o que influenciou diretamente o cotidiano delas e fragilizou as relações entre associações de moradores, creches comunitárias e poder público municipal.

Dadas essas constatações sobre os agentes externos que gravitavam em torno das creches comunitárias no período aqui estudado, agora convém direcionar um olhar pormenorizado a elas, considerando seus sujeitos inerentes e seu espaço físico e temporal. Esse olhar mais acurado é necessário para verificarmos se os planos do poder público de suprir a demanda por creches foram concretizados e se a missão educativa se sobrepôs à ação assistencialista com base na prática cotidiana no interior das creches comunitárias. Ao considerarmos o cotidiano à luz do olhar de pessoas envolvidas diretamente nele, buscamos aferir a influência da gestão Democracia Participativa nas ações, nos embates e nas conquistas do movimento pró-creche em Uberlândia.

O contexto de defesa da criação de creches comunitárias nos levou a compreender a estrutura social e política vigente a fim de sabermos por que uma parcela da população se mobilizou para organizar espaços de acolhimento a crianças de 0 a 6 anos de idade em Uberlândia.

A análise de fontes referentes à organização de creches comunitárias mostrou que a emancipação das mulheres, na maioria dos casos, não foi parte de uma escolha; antes, era a necessidade de se inserirem no mercado de trabalho para auxiliar — ou até prover — o sustento

da família. Contudo, a vida familiar de mulheres inseridas no contexto de lutas por creches em Uberlândia se difere do padrão cultural construído segundo a concepção capitalista/burguesa e romântica de família nuclear.¹⁶⁸ Ora, a luta pró-creches ocorreu, sobretudo, nas camadas sociais desfavorecidas economicamente, cuja comunidade se organizou em associações de bairro, clubes de mães etc. para reivindicar amparo e assistência aos filhos. Com isso, estruturaram as primeiras creches comunitárias de Uberlândia nos anos iniciais da década de 1980. E mais: essa transformação no modelo patriarcal e nuclear de família mudou o papel da mulher.

Assim, a sociedade uberlandense viu seus valores sendo emoldurados quando, mediante lutas numerosas, a mulher se emancipou: ampliou sua atuação, antes voltada o domínio doméstico, para conquistar espaço no mercado de trabalho.

3.2 Creche, família, mulher e trabalho: possibilidades de relação

Segundo Haddad,¹⁶⁹ a origem da creche coincidiu com a organização da família em torno da criança: como a creche tinha de atender a crianças pequenas — missão que se definia como responsabilidade exclusiva da família —, ela nasceu com pouca legitimidade para atuar no cuidado e na educação infantil. Segundo essa autora,

[...] o atendimento de crianças em creches não se distinguia do atendimento em asilos e internatos. Destinava-se basicamente a filhos de mães solteiras que não tinham condições de ficar com eles e criá-los. Isso gerava naquelas mulheres sentimento de pecado ou de culpa, e o atendimento institucional a seus filhos era considerado um favor, uma caridade.¹⁷⁰

Em especial por causa da imagem da mulher no interior da família patriarcal nos idos do século XIX, em que “[...] as mulheres estariam totalmente relegadas à esfera privada, ao doméstico, tornando-se símbolo da fragilidade que precisava ser protegida e guardada. As crianças por sua vez, eram colocadas definitivamente como centro da vida da mulher e da família,¹⁷¹ a creche historicamente é vista como “mal necessário”.¹⁷² Mas, com a industrialização crescente e a absorção da mão de obra feminina nas fábricas, espaços de acolhimento a crianças no período de trabalho da família, sobretudo da mãe, tornaram-se exigências sociais cada vez maiores. Mais que isso, “[...] o trabalho feminino, seja por necessidade, seja por opção, traz

¹⁶⁸ A vida familiar e os papéis atribuídos a cada membro da família no contexto familiar e social são discutidos em: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada**. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras: 1991, v. 4.

¹⁶⁹ HADDAD, 1993.

¹⁷⁰ OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Creches, faz de conta e cia**. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 18.

¹⁷¹ ARCE, Alessandra. **A pedagogia na “era das revoluções”**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 84.

¹⁷² Ver: VIEIRA, 1986.

como consequência a necessidade de tornar coletivo o cuidado e a educação da criança pequena. Surge, portanto, a infância como categoria social e não mais como categoria familiar”.¹⁷³ Logo, foram criadas as primeiras creches e instituições de cunho filantrópico/assistencial, onde as crianças permaneciam no período de trabalho de seus pais.

Essa realidade foi vivenciada em Uberlândia na metade da década de 1980, com a reivindicação, organização e materialização de creches comunitárias. Estas configuravam um espaço destinado à mulher trabalhadora, e não uma opção; noutros termos, perpetuavam a noção de que o ideal seria ela permanecer no lar cuidando de seus filhos. É o que revela o relato de uma mãe e membro da diretoria de uma creche:

E a função da creche era essa: tomar conta da criança para a mãe trabalhar, tanto é que a gente vigiava isso muito; quando ficávamos sabendo que a mãe não estava trabalhando, às vezes a gente ia até a casa da mãe perguntar por que não está trabalhando e, se não está trabalhando, por que está deixando a criança na creche, pois a gente queria que essas mães ficassem junto com as crianças e até hoje eu acho que é isso.¹⁷⁴

Com base nesse relato e no ponto de vista de uma auxiliar de creche, frisamos que a creche era vista então não como direito fundamental da criança, mas como suporte só para mães que tinham de trabalhar fora: “Exigia [-se] que ela tivesse trabalhando, porque só ficava se a mãe trabalhava, e se realmente precisava da creche. Muitas vezes a mãe vinha fazer inscrição e, depois, a gente ia ver se aquela família precisava mesmo da creche”.¹⁷⁵ Da mesma forma, o regimento interno da creche comunitária do bairro Santa Luzia vinculava o direito à vaga só a mães que trabalhassem fora: “Quando a mãe perder o emprego, terá o prazo de uma semana para arrumar outro emprego. Caso neste período de uma semana a mãe não arrumar emprego, esta ficará com a criança tendo o prazo de 15 dias com a vaga garantida”.¹⁷⁶ A imprensa escrita de Uberlândia, também, evidenciava a função dessas instituições em meados da década de 1980.¹⁷⁷

Outro fator importante era condicionar o direito à vaga, na maioria das creches, também à análise do cartão de vacina, além das condições sociais da família:

¹⁷³ ARROYO, M. G. O significado da infância. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1., 1994. Brasília, 1994, p. 19.

¹⁷⁴ JESUS, 2009.

¹⁷⁵ OLIVEIRA, 2009b.

¹⁷⁶ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Regimento interno da creche comunitária do bairro Santa Luzia**. Uberlândia, 1988b, p. 3.

¹⁷⁷ CRECHE é a solução para as mães que trabalham. **Primeira hora**, Uberlândia, p. 5, 8 maio 1983; CRECHES — Mal necessário ou direito da mãe que trabalha? **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, p. 1, 15 jul. 1983.

[...] nós tivemos a orientação dos médicos, que o importante era apresentar o cartão de vacina e ter o registro da criança, então esse era o critério com relação à criança. E com relação à família, *a família mais carente, mais necessitada*, e que a mãe estava trabalhando e deixando a criança sozinha.¹⁷⁸

O relato de uma mãe e membro da diretoria da creche comunitária do bairro Presidente Roosevelt deixa claro que a precariedade financeira dessas famílias determinava a procura pelas creches comunitárias:

As pessoas que não punham os filhos na creche é porque tinham um poder aquisitivo maior, e tinha outras mães mais necessitadas. [...] Então, mães que trabalhavam, por exemplo, na Souza Cruz, na Martins, Peixoto, tinham condições de pagar uma creche melhor que não fosse comunitária, que fosse particular, porque tinham as creches particulares. Achavam melhor colocar lá, porque, quando elas chegavam na nossa creche, a imagem não era agradável. A gente punha porque precisava muito mesmo.¹⁷⁹

Esse relato deixa entrever a precariedade dessas instituições naquele período. Segundo a entrevistada, funcionários de empresas atacadistas como Martins e Peixoto cujos filhos tinham idade entre 0 e 6 anos à época gozavam do direito ao auxílio-creche, conquista do sindicato representante de pais e mães trabalhadores; por isso, não recorriam ao serviço das creches comunitárias. Verificamos que a maioria das pessoas que as procuravam tinha profissões que exigiam baixa qualificação, com destaque à função de doméstica (QUADRO 4).

Com base na renda da família de crianças que frequentavam creches comunitárias no período em estudo (QUADRO 4), apreendemos que, à parte quem não tinha emprego formal, a maioria dessas famílias recebia salário mínimo — insuficiente, portanto, para suprir suas necessidades básicas.

¹⁷⁸ FERREIRA, 2009, grifo nosso.

¹⁷⁹ JESUS, 2009.

QUADRO 4
Profissão dos responsáveis pela criança (mãe, pai e outros)¹⁸⁰

PROFISSÃO	QUANTIDADE
Doméstica	24
Pedreiro	13
Serviços Gerais	11
Faxineira	6
Passadeira	4
Motorista	3
Lavadeira	2
Telefonista	2
Auxiliar de Creche	2
Sapateiro	2
Camareira	1
Auxiliar de Saúde	1
Manicure	1
Garçonete	1
Mecânico	1
Total	74

Fontes: UBERLÂNDIA, 1988d; 1988i.

QUADRO 5
Renda da família de crianças que frequentavam creches comunitárias

	REND A FAMILIAR	QUANTIDADE
1	Até um salário mínimo	410
2	Até dois salários mínimos	98
3	Até três salários mínimos	12
	Total	520

Fontes: UBERLÂNDIA, 1988a.

Na maioria dos casos, a creche se configurava como espaço onde se complementavam a alimentação e outras demandas da criança. Em notícia de jornal local, uma *tomadeira de conta*¹⁸¹ relatou as dificuldades de famílias que recorriam aos serviços da creche comunitária: “[...] algumas [crianças] são filhas de pais desempregados que vivem em situação difícil [...] só se alimentam quando passam o dia inteiro aqui na creche”.¹⁸²

Como a creche se tornava, então, um espaço necessário à família de quem a frequentava, uma necessidade, convém destacar a noção que a comunidade usuária tinha dessas instituições:

¹⁸⁰ Profissões dos responsáveis pelas crianças das creches dos bairros Santa Rosa e Jardim Brasília III. Ver: UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Santa Rosa**. Uberlândia, 1988 e UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária Jardim Brasília III**. Uberlândia, 1988d.

¹⁸¹ Pessoas, em geral mulheres, cuja atribuição era *cuidar* das crianças nas creches.

¹⁸² Relato da tomadeira de conta Eulámpia de Freitas sobre as dificuldades da creche comunitária do bairro Segismundo Pereira. CRECHE pode fechar. Falta dinheiro para manutenção. **Primeira hora**, Uberlândia, p. 5, 9 nov. 1983.

Muitas pessoas achavam que nas creches “judiava” das crianças. Graças a Deus, na nossa creche não aconteceu isso! Nesse sentido, quando eu também fui entrar, quando eu entrei para o movimento, porque eu tinha necessidade de creche para as minhas crianças, o meu medo era esse, porque as pessoas passaram isso para mim: “Lá na creche bate”, “lá na creche judia”, “os meninos saem de lá cheios de piolhos”, “os meninos saem de lá revoltados”, e na verdade não era nada disso.¹⁸³

Esse relato evidencia a imagem negativa da instituição, que vem de seus primórdios. Em Uberlândia e noutros contextos, as condições em que as creches foram criadas contribuíram para marginalizá-la como lugar de compensação: ela não se justificava pela presença de um direito da criança, mas pela ausência da mãe. Noutras palavras,

A proposta de creche, portanto, até época bastante recente, não conseguiu romper com a representação idílica da socialização da criança pequena pela maternagem compulsória, não sendo tida como uma instituição destinada à educação de todas as crianças, mas apenas como um equipamento substituindo certas mães: aquelas que trabalham fora [...] O fato de a reivindicação/concessão por creches ter se justificado principalmente pela necessidade/vontade de a mãe trabalhar fora de casa acabou por emprestar à creche o caráter de instituição provisória, de emergência ou de substituição [...] Nesse sentido, amplos setores da sociedade não se vêem tocados por movimentos de mobilização em torno da expansão das redes de creches e de sua melhoria, na medida em que a instituição nem sempre é percebida como legítima. Ao contrário: muitas vezes a creche é percebida como usurpadora ou competindo com imagens arcaicas (míticas ou não) de mãe provedora.¹⁸⁴

A mudança no conceito de creche como *mal necessário* foi lenta, porque se alinhou à transformação do papel da mulher na sociedade, à não exclusividade da família nuclear e a transformações no mundo do trabalho, dentre outras mudanças.

Na verdade, quando essas creches foram abertas, eram para mães que realmente precisavam. [...] então começou também o movimento do direito da criança, e creche entrou como direito da criança, independente da mãe ser pobre ou rica ou milionária; era um direito dela trabalhar ou não.¹⁸⁵

A Constituição de 1988 objetivou universalizar a creche: ela tinha de abranger todas as crianças, sem discriminação, sem seleção — como no caso de a vaga se vincular à condição de trabalhador externo, sobretudo da mãe. A Constituição prevê que esse direito só será exercido e usufruído mediante aprovação da família, isto é, a educação oferecida nas creches não é obrigatória.

¹⁸³ JESUS, 2009.

¹⁸⁴ ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche — 1984. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.) **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 90.

¹⁸⁵ JESUS, 2009.

3.3 Profissionais, rotina e espaço físico das creches comunitárias

Na concretização desse direito constitucional em Uberlândia, um ponto-chave foi a ação dos profissionais atuantes nas creches comunitárias, que se tornaram agentes ativos no contexto de luta pela efetivação desses equipamentos com base em suas funções, práticas e conquistas relativamente a questões trabalhistas e cotidianas. Também importante foi a organização do tempo e das condições do espaço físico, pois supomos que tais características determinaram o atendimento oferecido pelas creches comunitárias.

Entrevistas concedidas à imprensa escrita e relatórios da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SMTAS) revelam que o termo usado para designar as funcionárias responsáveis pelo cuidado direto com as crianças era *tomadeira de conta*.¹⁸⁶ Essa nomenclatura foi alterada em meados de 1986, quando a função recebera o nome de auxiliar de creche. Segundo a líder comunitária e uma das fundadoras das creches do bairro Presidente Roosevelt, o surgimento do nome *tomadeira de conta* se vincula a questões trabalhistas, pois, “[...] inicialmente, para tomar conta, não precisaria ter uma formação específica, tampouco ter um piso salarial”.¹⁸⁷ Além das questões trabalhistas, nota-se que essa denominação se referia à prática cotidiana delas na creche: a princípio, *tomar conta* de crianças nessas instituições era um mecanismo de trocas mútuas para garantia de cuidados básicos como banho, alimentação e outros. O registro das funções desempenhadas por essas profissionais confirma isso:

As funções desempenhadas pelas *tomadeiras de conta* são lavar, cozinhar, passar, e cuidar das crianças, além de acompanhar o desenvolvimento das atividades. Participam também das reuniões de mães, realizadas mensalmente para discutir assuntos relacionados com a creche e as crianças.¹⁸⁸

A essas profissionais cabia outra responsabilidade: solicitar recursos à prefeitura (via SMTAS) ou à própria comunidade (doações, festas, rifas, bazares e outras ações). Mas isso, em muitos casos, eram insuficientes: “Nós fazíamos bazares [...] também pegávamos as verduras de todos os nossos vizinhos, mães da creche, saquinhos de jiló, cebolinha e nós íamos de manhã pra porta da igreja, para vender na hora que a missa terminasse, e era muito aceito”.¹⁸⁹ Esse relato deixa entrever que as profissionais atuavam no período de trabalho no interior da creche e assumiam — algo inevitável de início — responsabilidades que iam além de atribuições, mas

¹⁸⁶ Verificamos que, em Belo Horizonte, de início, a profissional era chamada de crecheira, pajem, monitora ou babá — ver: SILVA, Isabel de Oliveira e. **Educação infantil no coração da cidade**. São Paulo: Cortez, 2008; mas suas funções e práticas se assemelhavam as de uma *tomadeira de conta*.

¹⁸⁷ FERREIRA, 2009.

¹⁸⁸ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Maravilha**. Uberlândia, 1986e, p. 2.

¹⁸⁹ FERREIRA, 2009.

eram necessárias ao funcionamento da instituição. Essa realidade se configurou em outros contextos:

O projeto de gerir uma creche comunitária tem significado, para as crecheiras, lutar diariamente pela sua sobrevivência. Essa luta envolve trabalho interno (preparo de alimentos, cuidado das crianças, limpeza das instalações, administração reunião com os pais) e externo (compras, participação em reuniões do bairro, treinamentos e ações para angariar recursos junto aos órgãos públicos, junto às entidades filantrópicas e particulares [...]) Segundo as crecheiras, o trabalho da creche é como o “de casa” [...] *No contexto da creche comunitária, a crecheira [...] exerce a função de guarda: aquela que toma conta*, que vigia e que oferece alguns cuidados básicos na ausência da mãe. Ela substitui a mãe, quando esta falta, naquelas tarefas “naturais” de qualquer mulher que é mãe.¹⁹⁰

Além das funções destacadas há pouco, a terminologia *tomadeira de conta* se vinculava à não formação delas e, em consequência, à remuneração baixa ou inexistente. A formação das profissionais é citada em vários relatórios de técnicos e monitores da SMTAS: “A dificuldade encontrada é com relação à qualidade da mão de obra, que não é especializada, ou seja, [é] despreparada para o trabalho que desempenha. Essa dificuldade é agravada pela forma de admissão das mesmas”.¹⁹¹ Convém explicar essa forma de admissão: “Era só o acreditar, e colocar a pessoa lá e falar: ‘Passa o dia aqui’. Também era quem a gente tinha mais ou menos um convívio, era importante ser moradora do bairro e gostar de criança”.¹⁹² Embora a SMTAS recomendasse admissão de profissionais com escolaridade mínima (quarta série do ensino fundamental) dentre outros critérios, havia pessoas que estavam nas creches desde sua criação e que não eram escolarizadas. Isso reforçava a não legitimidade de tal exigência do poder público: “A necessidade maior da creche comunitária do centro de bairro Lagoinha está em um melhor preparo profissional do pessoal, para que esta creche possa atender com um bom nível às crianças deste bairro”.¹⁹³

Cremos que o preparo profissional requer, dentre outros fatores, remuneração mínima para as tomadeiras de conta, pois elas compunham a comunidade, ou seja, enfrentavam em igual medida as dificuldades de famílias que recorriam ao serviço da creche comunitária onde trabalhavam. As fontes que usamos (orais, jornalísticas e documentais) informam que, quanto à remuneração, de início predominava o trabalho voluntário; depois, as tomadeiras de conta dividiam entre si um salário mínimo; por fim, essa realidade se modificou:

¹⁹⁰ VIEIRA; MELO, 1989, p. 179; grifo nosso.

¹⁹¹ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Dona Zulmira**. Uberlândia, 1988c, p. 3.

¹⁹² FERREIRA, 2009.

¹⁹³ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Lagoinha**. Uberlândia, 1988e, p. 2.

O salário era igual, não tinha diferença, e nessa época aqui [1986] eu acho que era um salário mínimo que pagava para cada uma, era a subvenção e, dentro da subvenção, já vinha o salário delas [...] No início, vinha um salário para dividir, fora o recurso para pagar o aluguel, água, luz e gás e um salário que dividia entre elas, que na época eram três pessoas: a Antônia, a Roseli e a Aparecida. Com muita reivindicação, melhorou o salário delas, porque não achava gente para tomar conta dessa quantidade de menino para dividirem um salário.¹⁹⁴

Como aponta esse relato, aos poucos as profissionais das creches conquistaram o direito a receber um salário mínimo cada uma. Após numerosas reivindicações, o orçamento municipal para 1986 destinou verbas para custear encargos trabalhistas, e parte das carteiras de trabalho das tomadeiras de conta foi assinada com o cargo de auxiliar de creche. Mas nem todas tiveram direitos trabalhistas assegurados. A Tabela 2 evidencia que, no fim da gestão Democracia Participativa, a CTPS de mais de 30% delas não estava assinada, pois as creches a que se vinculavam não tinham apoio de associação constituída juridicamente, o que inviabilizava o registro e a garantia de direitos trabalhistas.

Na mudança de nomenclatura (de tomadeira de conta para auxiliar de creche) ocorrida, em especial, para que a CTPS das profissionais fosse assinada, a comissão de creches teve papel central, ao promover debates sobre a questão. Com o auxílio dessa comissão, as profissionais das creches, que recebiam um salário mínimo cada, conseguiram aumento de 10% sobre esse ordenado, férias, 13º salário e outros direitos trabalhistas.

TABELA 2
Situação trabalhista das auxiliares de creche

	AUXILIAR DE CRECHE	QUANTIDADE	%
1	Tem CTPS assinada	157	67,67%
2	Não tem CTPS assinada	75	32,33%
Total		232	100%

Fonte: UBERLÂNDIA 1988a.

Essa comissão surgiu por iniciativa da então secretária de Ação Social. Incluía a vereadora Nilza Alves de Oliveira (do Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB, depois ela se filiaria ao Partido Comunista Brasileiro/PCB), o então secretário de Educação Nelson Bonilha e poucos representantes das creches. Percebe-se que fora um projeto de gabinete, isto é, sem grande influência sobre as profissionais das creches. A comissão discutia a proposta de atendimento ao menor/criança, considerando a proposta de governo do então candidato Zaire Rezende na campanha eleitoral. Os encontros diminuíram aos poucos, e a comissão se desarticulou, dando lugar à Associação de Apoio ao Menor de Uberlândia, criada pela comunidade que participava do cotidiano das creches comunitárias — e que, por isso,

¹⁹⁴ JESUS, 2009.

tinha mais força aglutinadora. Após a municipalização de grande parte das creches, em meados de 1993, também essa associação se desarticulou e foi extinta.

Dito isso, podemos afirmar que, de início, a denominação das profissionais atuantes no interior das creches comunitárias promovia a desqualificação e despolitização da profissão, bem como a desregulamentação de direitos trabalhistas. Se a realidade profissional delas se modificava aos poucos, não se pode dizer que fora erradicada. Ora, além de questões trabalhistas, a prática das profissionais se relacionava com a organização do tempo e as condições do espaço físico delas. Por isso, é importante compreendermos a influência dessa organização em seu cotidiano. A princípio, apresentamos a rotina dessas instituições, registrada em documento produzido pela SMTAS. O Quadro 6 mostra que, na rotina das creches comunitárias, priorizavam-se a alimentação das crianças, o descanso, o banho e a recreação — esta registrada como atividade.

QUADRO 6
Rotina das creches comunitárias

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO
7h às 8h	Entrada das crianças
8h às 8h30	Café da manhã
8h30 às 10h30	Atividades
10h30 às 11h	Hábitos de higiene
11h às 12h	Almoço
12h às 14h	Descanso das crianças
14h às 14h30	Lanche
14h30 às 15h30	Atividades
15h30 às 16h30	Hábitos de higiene
16h30 às 17h	Jantar
17h às 17h30	Organização da creche e término das atividades

Fonte: UBERLÂNDIA, 1988a.

Com base no relato dos entrevistados que se envolviam diretamente no cotidiano das creches, percebemos que, de início, as atividades propostas se assemelhavam àquelas desenvolvidas por creches comunitárias noutros contextos:

Esquemáticamente, a rotina da creche se divide nos horários de refeição, descanso, banho e recreação [...] As atividades propostas pelas crecheiras consistem em passeios pela pracinha, desenho [...] dança. Essas atividades são assistemáticas, realizadas sem prévio planejamento, estando na dependência do interesse e da disposição da crecheira e do estado de saúde das crianças.¹⁹⁵

¹⁹⁵ VIEIRA; MELO, 1989, p. 146.

À parte as atividades, destacam-se os dois momentos destinados a *hábitos de higiene*. Após analisarmos os relatórios produzidos pelas creches, percebemos que, além de tomar banho, lavar as mãos, escovar os dentes etc. — práticas de higiene habituais —, outros hábitos eram cobrados e registrados em momentos distintos do cotidiano das creches

Em relação à higiene e conservação da creche, notou-se que este aspecto teria que ser insistentemente trabalhado, devido às condições sócio-econômicas do bairro, o que afeta tanto auxiliares quanto as mães e as crianças que freqüentam a creche em termos de expectativa e exigências (baixas) em relação à higiene. O trabalho técnico girou mais no sentido de tentar fazer com que as auxiliares vissem a importância de desenvolver nas crianças a formação de hábitos: *hábitos sociais: de cortesia, cooperação, disciplina; hábitos de higiene: lavar as mãos antes de sair do banheiro, antes das refeições, escovar os dentes, colocar a mão na boca ao tossir, etc.*¹⁹⁶

Merece reflexão a opinião propagada pelos profissionais da SMTAS quanto à falta de higiene e demais hábitos, que vinculavam às condições socioeconômicas do bairro. Tal opinião se associa ao ideário, difundido através da história da sociedade brasileira, de que era preciso construir uma nação sadia e civilizada. Assim, sob orientação da medicina higienista, os menos favorecidos se tornaram alvo de políticas pró-assepsia dos espaços urbanos e das condutas humanas.¹⁹⁷ Os higienistas deram atenção especial às crianças ao aspirarem à criação de uma *infância higiênica*, pois isso ajudaria a civilizar ainda mais o país.¹⁹⁸ Para tal, foram criadas instituições de atendimento à infância no Brasil, que deveriam produzir sujeitos *normais*, disciplinados, assépticos, saudáveis, autogovernados.¹⁹⁹ Se essa mentalidade remonta às grandes cidades do Brasil do século XIX, na Uberlândia interiorana da década de 1980 ela se expressava no interior das creches comunitárias.

Ainda quanto à rotina das creches (QUADRO 6), em algumas creches, a rotina ia de 6h30 as 18h, em outras iniciava às 6h30 e encerrava às 17h30. E mais: se algumas atendiam à comunidade de segunda à sexta-feira, outras estendiam o atendimento até a manhã de sábado. Segundo as entrevistadas, o atendimento aos sábados se justificava porque muitas mães eram empregadas domésticas e trabalhavam até ao meio-dia do sábado

¹⁹⁶ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Nossa Senhora das Graças**. Uberlândia, 1988g, p. 4; grifo nosso.

¹⁹⁷ COSTA, Jurandir. F. da. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

¹⁹⁸ GONDRA, J. G. **A sementeira do porvir**: higiene e infância no século XIX. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 99–117, jan./jun. 2000.

¹⁹⁹ Ver: GONDRA, 2000; KUHLMANN JÚNIOR, 1998.

A creche funcionava de segunda a sábado inicialmente. O horário era das 7 às 5 horas da tarde, e se não pegasse, também ia ficando, porque era muito difícil pras mães, tudo mãe carente, então muita gente passava muito de hora, aí, a gente ficava lá. [...] a maioria das mães era doméstica, aí ficava no emprego até tarde, perdia o ônibus, virava aquela bola de neve.²⁰⁰

Somando-se às dificuldades de alguns responsáveis em cumprirem o horário proposto pelas creches, a abertura de grande parte delas aos sábados suscitou discussões:

A maioria das mães eram domésticas e os patrões não abriam mão delas no sábado. Então, pra poder batalhar e conquistar fechar aos sábados, fomos procurar os direitos delas. Falávamos: “E você? Você tem o direito de ficar com o seu filho, porque no domingo você vai lavar, passar”... Isso era tema para discutir em reuniões de pais, pra poder tirar os sábados.²⁰¹

Após muitas reuniões, as creches que funcionavam aos sábados conquistaram o direito de prestar o serviço de segunda à sexta-feira. Mas isso não se traduziu em redução da jornada de trabalho dessas profissionais; como dissemos, muitas participavam de reuniões em horários extras e promoviam campanhas para arrecadação de recursos aos sábados.

A essas questões sobre o espaço temporal e a jornada de trabalho das profissionais das creches comunitárias, junta-se a do espaço físico. A fim de verificar como era esse espaço, recorremos a fotografias e aos relatórios da SMTAS e da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Como a fotografia é fruto de certas intenções, de certo contexto, ela contém lacunas, silêncios e evidências; é uma forma de *representação* do real, e não a verdade absoluta. Por isso, consideramos as fotografias a seguir cientes de que seu conteúdo não retrata a totalidade das creches comunitárias, mas de um número relevante delas quando analisamos os relatórios produzidos pela SMTAS e pela SMS.

²⁰⁰ MORAIS, 2009.

²⁰¹ FERREIRA, 2009.



FIGURA 5 – Exterior de creche comunitária de Uberlândia
Fonte: UBERLÂNDIA, s. d.



FIGURA 6 – Exterior de creche comunitária de Uberlândia
Fonte: UBERLÂNDIA, s. d.

Essas fotografias parecem enfatizar a precariedade do espaço físico externo dessas creches. No espaço retratado pela Figura 5, não detectamos brinquedos e outros materiais lúdico-pedagógicos (na Figura 6, há uma boneca sem cabeça); a área onde estão não é arborizada e o chão é de terra batida. A Figura 6 mostra crianças ao fundo e uma criança em primeiro plano, interagindo com um cesto próximo a uma poça d'água, que poderia conter organismos nocivos à saúde delas, tanto quanto a parede aparentemente mofada e a umidade. Assim, questionamos: quais seriam as intenções de quem produziu essas imagens? Fazer reivindicações ao poder público? Essa possibilidade se coaduna com o fato de que essas fotografias estão nos arquivos da SMTAS, isto é, foram enviadas à representante imediata da prefeitura.

Os relatórios da SMTAS e SMS (QUADRO 7) permitem afirmar que o espaço físico em algumas creches não tinha condições mínimas de atendimento a crianças.

QUADRO 7
Infraestrutura física de algumas creches comunitárias por bairro

IPANEMA (CRIADA EM 1984)	ACLIÇÃO (CRIADA EM 1985)	CUSTÓDIO PEREIRA ²⁰²
“A construção é de alvenaria, mas não possui reboco;” “O telhado é defeituoso, molhando o interior da casa quando chove;” “O restante de água é utilizado na limpeza do local, sendo que esta é escoada para um buraco que está exalando um mau cheiro insuportável.”	“Berçário juntamente com a despensa;” “A água usada na pia escorre para o quintal, onde forma-se uma poça de barro, exalando odores desagradáveis;” “O lixo acumulado é jogado em lotes vagos, pois, não existe outro local para jogá-lo.”	“Piso muito áspero;” “A rede de esgoto da pia está entupida;” “Quando chove ocorre infiltração no teto.”
MARTA HELENA ²⁰³	SANTA ROSA (CRIADA EM 1986)	BRASIL (CRIADA EM 1985)
“O aspecto físico deixa muito a desejar, a casa não se encontra em situação adequada para ser creche, uma vez que tem rachaduras nas paredes, teto e chão.”	“A creche conta [sic] com apenas 01 banheiro, com um vaso sanitário para adulto; não possui lavatório, dificultando a higiene das crianças.”	“As instalações são inadequadas e os cômodos são muito pequenos.”
JARDIM BRÁSILIA I (CRIADA EM 1982)	CRUZEIRO DO SUL (CRIADA EM 1984)	JARDIM DAS PALMEIRAS (CRIADA EM 1985)
“A estrutura física dificulta uma higiene melhor, visto que há constante falta de água, [...] o bebedouro e o lavatório das crianças estão entupidos.”	“Espaço físico não adequado, instalações mal conservadas.”	“As condições da casa são precárias, dificultando o trabalho desenvolvido com as crianças.”

Fonte: UBERLÂNDIA, 1986c;. 1988i.

²⁰² Não encontramos registros da data de constituição.

²⁰³ Não encontramos registros da data de constituição.

Esse quadro denuncia condições inconcebíveis quando se pensam nos espaços onde crianças de 0 a 6 anos de idade permaneciam o dia todo. Falta de infraestrutura na construção, ventilação escassa, infiltrações e rachaduras, piso inadequado, local impróprio para destinação do lixo, falta constante de água e outros problemas foram apontadas por profissionais do poder público ao vistoriarem as nove creches comunitárias elencadas. Como seis das nove creches foram analisadas em meados de 1988, isso mostra que, mesmo ciente da realidade vivenciada por essas e outras creches comunitárias, o poder público foi lento quanto a empreender ações que mudassem tal realidade, pois seis creches foram constituídas entre 1982 e 1986. Essas instituições tiveram de lidar com infraestrutura precária por muito tempo.

Duas fotografias, a seguir, que retratam o interior de duas creches, ilustram a apreciação acerca da infraestrutura das comunitárias. A primeira (FIG. 7) é de uma creche comunitária não identificada; a segunda (FIG. 8), de creche destinada a filhos e filhas de funcionários da prefeitura. A Figura 7 mostra camas e berços desiguais e algumas crianças dormindo em colchões no chão. Diferentemente, a creche para filhos de funcionários da prefeitura tinha berços (FIG. 8) em melhores condições para atendimento às crianças que ali frequentavam — mantida pelo poder público municipal, essa creche foi criada para atender à reivindicação de um grupo de funcionárias e era capaz de abrigar 70 crianças na faixa etária de 0 a 6 anos e 11 meses. A creche comunitária não era totalmente subvencionada pela prefeitura, e seu mobiliário procedia de doações da comunidade. Eis por que a escassez e precariedade material no interior da maioria das creches comunitárias.

De fato as creches comunitárias traduziram a possibilidade de os moradores viverem melhor. Por um lado, liberavam as mães para o trabalho fora de casa, o que significava ampliação da renda familiar; por outro, supriam necessidades básicas das crianças, tais como guarda e alimentação. E mais: tornaram-se possibilidade de trabalho assalariado formal para algumas mulheres que, a princípio, eram voluntárias. Contudo, esses fragmentos das fontes que consultamos não deixam dúvida: as creches comunitárias surgiram marcadas pela precariedade física e material. Logo, por mais que a comunidade de cada bairro objetivasse oferecer atendimento satisfatório, os espaços físicos inadequados e as condições materiais precárias — aliados ao voluntariado, à remuneração insuficiente, a práticas amparadas em experiências domésticas e a outros fatores — dificultaram o cumprimento desse objetivo e ajudaram a configurar um cenário de atendimento inadequado. Tais condições eram insatisfatórias para o desenvolvimento da criança e de uma proposta de trabalho adequada à faixa etária atendida.



FIGURA 7 – Interior de uma creche comunitária de Uberlândia
Fonte: UBERLÂNDIA, s/d.

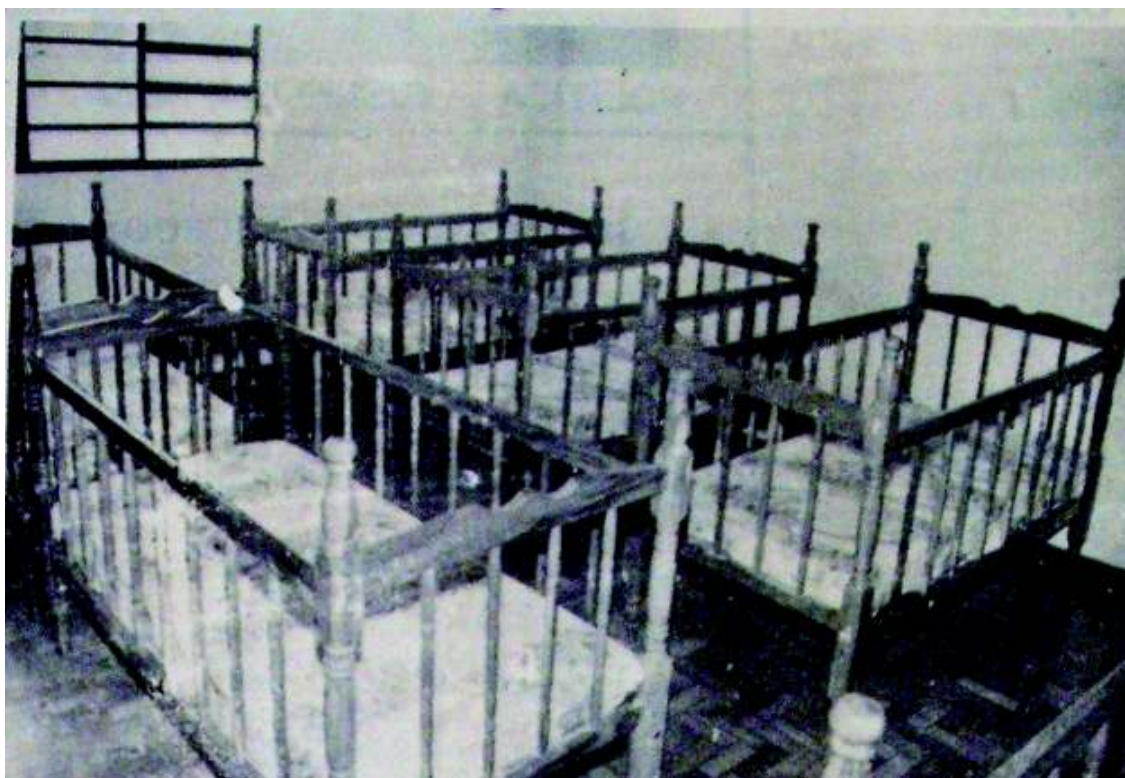


FIGURA 8 – Interior da creche dos funcionários da prefeitura de Uberlândia
Fonte: PREFEITURA.... **Primeira hora**, 1986, p. 5

3.4 Papel da creche comunitária: *missão educativa versus ação educacional assistencializada*

A proposta de ação do PMDB para a eleição de Zaire Rezende ao governo municipal destaca a necessidade de creches em Uberlândia e indica o ambiente destinado a elas:

Na área urbana, urge a criação de creches e pré-escolas com vistas à ocupação da mão-de-obra adulta das famílias, cuja subsistência tem-se tornado cada dia mais difícil [...] a par disso, a criança estará sendo criada em *ambiente educativo* e tendo sua alimentação suplementada.²⁰⁴

Até aqui, esta pesquisa buscou evidenciar que as creches comunitárias em Uberlândia em seus primórdios — início da década de 1980 — não foram constituídas com propósitos nitidamente educativos nem tiveram orientação didático-pedagógica. Quanto ao estímulo à organização de comunidades desprovidas do atendimento em creches em seus respectivos bairros, verificamos que, na prática, a proposta de campanha do PMDB não se materializou. Isso significa que a realidade uberlandense reitera estudos sobre a origem de instituições destinadas ao atendimento a crianças oriundas de classes trabalhadoras, em especial às creches, que não correspondiam a uma necessidade social *propriamente educativa*. Como apontamos no capítulo 1, esses estudos salientam a ênfase assistencial e médico-higienista como impulso às iniciativas e aos primeiros períodos de existência das creches, sobretudo no Brasil.

Tendo em vista que as lutas pró-creche ganharam visibilidade no fim da década de 1970/início da de 1980, podemos afirmar que as creches comunitárias surgiam então como espaço que permitia à força de trabalho feminina permanecer no mercado e como algo concebido pela política educacional para — diria Germano — substituir “[...] tarefas afetas a outras atividades sociais, cujas funções foram prejudicadas pelo desenvolvimento capitalista”.²⁰⁵ Segundo esse autor, elas se expandiram na esteira das políticas sociais do regime militar, guiadas pelo baixo custo e por modelo de atendimento que não previa professores com formação especializada — eis aí os primórdios de um grande contingente de professoras leigas. Com efeito, essa foi a realidade das creches comunitárias de Uberlândia, cujas profissionais eram mães que participaram da criação e organização delas e mulheres que *gostavam de criança*, não tinham emprego formal e residiam no bairro onde estava a creche. Assim, de início, a perspectiva de cuidado vigorou no discurso e na prática dos sujeitos envolvidos diretamente no trabalho da creche, abarcando o aspecto físico e o zelo pela integridade física e moral da criança.

A intervenção, em meados dos anos de 1985, de técnicos e monitores da SMTAS (psicólogos, pedagogos e outros profissionais), responsáveis pela orientação e capacitação das

²⁰⁴ PMDB, 1982, p. 4.

²⁰⁵ GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil** (1964–1985). São Paulo: Cortez, 2000, p.101.

profissionais das creches em encontros semanais (em geral um por semana), oferece um ponto de reflexão sobre as práticas no interior das creches comunitárias. De início, esses profissionais encontraram a resistência de pessoas envolvidas nessas instituições, pois não compunham a comunidade atendida e eram vistos como agentes fiscalizadores. Após cada encontro, redigiam relatórios onde expunham o trabalho feito, com sua análise da realidade observada.

As atuais auxiliares não têm muito “jeito” para lidarem com as crianças e praticamente não desenvolvem atividades com as mesmas. Em função disto, e também devido ao estado de desnutrição da maioria das crianças, estas são apáticas e “obedientes”. Os únicos momentos de atividades das crianças são aqueles em que estas brincam no parquinho, livremente e sozinhas, ou quando o técnico desenvolve alguma atividade ou passeia com as mesmas. A maior parte do tempo ficam vendo televisão juntamente com uma auxiliar (período da manhã), dormindo, ou sentadas. Tem que se levar em consideração também que o espaço físico da creche é inadequado, mas não justifica a total falta de atividades.²⁰⁶

No discurso do poder público municipal, a deficiência no funcionamento das creches é atribuída quase sempre à falta de habilidade, ou de “jeito” das profissionais. Não se considera a carência de recursos, a inadequação da infraestrutura, assim como a inconsistente capacitação das auxiliares como origem dos problemas. O relatório sobre o trabalho desenvolvido na creche do bairro Santa Rosa também é significativo:

Como verificamos ser a questão das atividades, uma das necessidades mais visíveis da creche, a monitora, juntamente com auxiliares, tentou encontrar alternativas, tendo sido providenciado: toquinhos de madeira que foram lixados e pintados, confecção de materiais de sucata tais como, quebra-cabeça, jogo dominó, alinhavos, confecção de fantoche, havendo orientações também para se trabalhar com revistas e jornais (dobraduras e outras atividades). Tem-se tentado, através das reuniões, orientações acerca da necessidade das atividades para as crianças, e de como é importante para a organização da creche o planejamento antecipado, mas, percebe-se que as auxiliares têm dificuldade em colocar isto em prática, o que apesar das dificuldades, tem-se tentado trabalhar.²⁰⁷

Esses trechos deixam entrever que em muitas creches não havia tempo reservado ao planejamento de atividades, daí o cotidiano repleto de imprevistos: “[...] eram feitas brincadeiras alternativas, era bola, colorir, brincadeiras que a gente produzia com as crianças [...] a gente planejava era na hora”.²⁰⁸ A fala de uma auxiliar da creche comunitária do bairro

²⁰⁶ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Maravilha**. Uberlândia, 1988f.

²⁰⁷ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Santa Rosa**. Uberlândia, 1988i.

²⁰⁸ BORGES, Andréa Bonifácio Camilo. Uberlândia (MG), 10 de setembro de 2009. 1 fita cassete (30 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira. Nascida em 20/2/1969, na cidade de São Paulo (SP), completou

Santa Mônica ratifica essa realidade: “[...] era mais o brincar mesmo, brincar de bola, música [...] o planejamento de estar pegando o caderno, planejando o que vai dar antes, não [...] eram brincadeiras livres, não planejadas”.²⁰⁹ Como se vê, prevaleciam práticas desenvolvidas espontaneamente, sem planejamento, reforçando a hipótese de que, para se atuar na creche, bastava *gostar de criança* e fazer atividades que se desenvolviam no ambiente familiar.

Nas creches comunitárias:

[...] a valorização das funções seguiu [...] uma racionalidade distinta daquela que vigorava em outras instituições. Ou seja, as funções manuais menos valorizadas do que aquelas que, em princípio seriam educativas, funções cujas habilidades eram fruto da experiência doméstica das próprias fundadoras das creches.²¹⁰

Parte do relato de uma líder comunitária e uma das fundadoras das creches comunitárias do bairro Presidente Roosevelt corrobora essa assertiva:

O planejamento no papel não existia, existia o brincar. [...] era levado pra elas as cantigas de roda, a contação de história, o faz-de-conta, o pique-pega, a brincadeira de estátua. Era uma coisa assim, meio solta, sem uma coisa didática, no papel, programação de atividades. [...] era uma coisa muito informal, *as meninas que trabalhavam com as crianças não sabiam nem o objetivo daquilo*.²¹¹

A justificativa para a inexistência de planejamento formal das atividades desenvolvidas, talvez, esteja na proposta de assistencialismo, origem do desenvolvimento das creches. Mas, em visitas esporádicas, as equipes da SMTAS buscavam orientar as profissionais quanto ao planejamento prévio das atividades a serem realizadas nas creches; “[...] só depois, com as técnicas, que aí, sim, elas sentavam com as tomadeiras para ver o que elas davam de atividades”.²¹² Mas se os relatórios da equipe da SMTAS salientavam a tensão gerada pelas

o ensino médio e, em 1986, com 17 anos de idade, foi selecionada para trabalhar na creche comunitária do bairro Presidente Roosevelt, como tomadeira de conta/auxiliar de creche, cargo que ocupou até 1989. Depois passou a atuar como mobilizadora política; de 2001 a 2004, foi assessora parlamentar; desde 2007, ocupa o cargo de atendente no Ministério do Trabalho.

²⁰⁹ CHAVES, Maria Rosa da Silva. Uberlândia (MG), 17 de setembro de 2009. 1 fita cassete (30 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira. Nascida em 30/5/1958, em Passos de Minas (MG), tem ensino médio completo e, em 1991, assumiu a função de auxiliar da creche comunitária no bairro Santa Mônica; aprovada em concurso público, assumiu a função de auxiliar de serviços gerais, que ocupa até hoje na mesma creche.

²¹⁰ SILVA, 2008, p. 194.

²¹¹ FERREIRA, 2009; grifo nosso.

²¹² MORAIS, Antônia Maria. Uberlândia (MG), 18 de julho de 2009. 1 fita cassete (40 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira. Nascida em 2/10/1948, em Carmo do Paranaíba (MG), estudou até o primeiro ano do ensino fundamental. Em 1981, via Clube de Mães da Igreja Católica São Judas Tadeu, passou a se envolver com creches, a ponto de ser uma das fundadoras da creche comunitária do bairro Presidente Roosevelt, onde deixava seus filhos e trabalhava, tomando conta de crianças e como cozinheira. Após a prefeitura assumir a administração da creche, ela foi contratada para o cargo de auxiliar de serviços gerais, depois efetivada por concurso

orientações dos técnicos da SMTAS entre as profissionais das creches, o relato de entrevistados que compunham o cotidiano destas sugere que, para as tomadeiras de conta, a intervenção dos profissionais da SMTAS era deficiente e improdutiva porque infrequente — em muitos casos, esporádica; isso dificultava a aplicação das orientações e o envolvimento delas em razão de outras demandas como as idas constantes à prefeitura, os pedidos de doações etc.

À ausência de planejamento soma-se a carência de material didático-pedagógico, enfocada por um relatório sobre o trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Osvaldo:

A creche não dispõe de material para realização de atividades, e o interesse das auxiliares não é satisfatório. Como forma de incentivá-las e modificar essa realidade da creche está sendo programado um mutirão com as mesmas, para confecção de brinquedos de sucata e madeira.²¹³

O relatório do trabalho desenvolvido pela creche do bairro Jardim Brasília, também, observa essa questão: “[...] dificulta a falta de material, pois apesar de se trabalhar com sucata, nem sempre se conta com materiais complementares necessários, tais como: cola, tinta, estilete, tesoura, etc”.²¹⁴ Essa realidade se confirma na fala de uma auxiliar de creche do bairro Presidente Roosevelt: “Papel, tinta, lápis de cor, era tudo doação da comunidade; a prefeitura não mandava nesse comecinho não”.²¹⁵

Em dezembro de 1986, a SMTAS elaborou o documento “Proposta de creche e esboço de uma metodologia — educação pela brincadeira”. Embora não tenhamos acessado informações que detalhassem essa proposta de trabalho, encontramos um relatório produzido pela SMTAS informando que ela consistia de “[...] organizar todas as situações de vida das crianças — refeições, banho, jogos, brincadeiras, histórias, etc. De maneira *agradável*, para que as crianças entendam e participem de sua realidade”.²¹⁶ Também localizamos registros de cursos e treinamentos destinados às profissionais das creches comunitárias:

- Curso de Psicomotricidade — realizado no centro de bairro Lagoinha, com duração de quatro dias, no período de 01 a 04/06/ 1988.
- Oficina da Mulher — realizado na SMTAS, com a duração de dois dias, no período de 27 a 28/06/1988.

público. Aposentou-se em 2008, nessa função e na mesma creche (atualmente denominada Unidade de Desenvolvimento Infantil/EMEI).

²¹³ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Osvaldo**. Uberlândia, 1988h.

²¹⁴ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária Jardim Brasília III**. Uberlândia, 1988d.

²¹⁵ BORGES, 2009.

²¹⁶ UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Estruturação administrativa**. Uberlândia, 1988a, p. 22

- Treinamento sobre Sexualidade — realizado na creche Luizote III, sendo participantes, Luizote I, Luizote II, Luizote III, Jardim das Palmeiras, Dona Zulmira, Tocantins, Tia Lia.²¹⁷

Os encontros eram promovidos por técnicos e monitores da SMTAS, mas convém frisar que não detectamos registros da capacitação das profissionais das creches comunitárias na primeira metade da década de 1980.

Outro fator relevante é a quantidade de profissionais da SMTAS designados para apoiar e orientar o trabalho desenvolvido nas creches (TAB. 3). Era insuficiente para acompanhar satisfatoriamente as creches. Quem orientava as atividades desenvolvidas no interior destas (psicólogos, assistentes sociais e pedagogos) e os monitores (cuja formação não é especificada) visitavam-nas esporadicamente; logo, como dissemos, não havia continuidade das orientações feitas nos encontros. Se considerarmos que no fim de 1988 havia 44 creches, então se deduz que 24 profissionais — à parte a coordenadora do programa de 0 a 6 anos de idade — dificilmente alcançariam o ideal de modificar a prática das auxiliares de creche apenas pela reflexão sobre a prática. Além disso, verificamos que, do total de profissionais, 52% eram psicólogos ou assistentes sociais e 12%, pedagogos. Essa diferença reitera a idéia de que as creches eram pensadas mais como instituições assistenciais, e menos como espaços educativos.

TABELA 3
Recursos humanos da SMTAS: seção de creches — 1988

	EQUIPE DE TRABALHO DA SMTAS — 1988	QUANTIDADE	%
1	Coordenadora do Programa 0-6 anos	1	4%
2	Psicólogos	8	32%
3	Assistentes Sociais	5	20%
4	Pedagogos	3	12%
5	Monitores	8	32%
	Total	25	100%

Fonte: UBERLÂNDIA, 1988a.

Não se pode afirmar categoricamente, porém, que as práticas nas creches eram em essência assistencialistas, pois a pesquisa histórica já mostrou ser falso o conflito entre as funções educativa e assistencialista nos equipamentos para crianças pequenas; o que determina a natureza do serviço oferecido é seu público-alvo.²¹⁸ E mais, as creches em Uberlândia foram idealizadas inicialmente com base, sobretudo, na necessidade de dar guarda a crianças de famílias de baixa renda, de oferecer suporte a mães trabalhadoras; logo, isso lhes determinou uma função assistencial, qual seja: suprir uma necessidade imediata. A isso se acrescenta o fato

²¹⁷ UBERLÂNDIA, 1988a, p. 30

²¹⁸ KUHLMANN JÚNIOR, 1998.

de essas instituições terem sido vinculadas inicialmente à SMTAS — que lhes destinava recursos insuficientes. No dizer de Kuhlmann Júnior,

O atendimento educacional da criança pequena passa a ser visto como um favor aos pobres, que se estabelece por meio do repasse das escassas verbas públicas às entidades assistenciais, legitimando-as como intermediárias na prestação do serviço à população. A baixa qualidade se transforma em algo aceito como corriqueiro e mesmo necessário.²¹⁹

Segundo esse autor, a história da educação infantil “[...] tem sido a história do predomínio da concepção educacional assistencialista, preconceituosa em relação à pobreza, descomprometida quanto à qualidade do atendimento”;²²⁰ nela, o assistencial e o educacional não se excluem nem deveriam se polarizar, pois, numa instituição de atendimento à infância, a guarda, a proteção e a educação têm de ser simultâneas.

Nesses termos, mesmo que a prática nas creches comunitárias em Uberlândia em seus primórdios tivesse características de guarda e assistencialismo — marcas da história da educação infantil —, elas tinham função educativa, porém assistencialista. E mais: podemos afirmar que a missão educacional anunciada pela proposta de governo do PMDB em 1982 se materializou como ação assistencialista, pois o poder público municipal adotou medidas assistenciais para sustentar o discurso pró-democracia participativa. Igualmente, os sujeitos atuantes nas creches comunitárias inicialmente orientaram suas práticas pelas ações que desenvolviam no ambiente doméstico; logo, não sabiam que sua prática era, também, educativa. Além de serem destinados à guarda das crianças enquanto suas mães trabalhavam, as creches tinham — e têm — a função social de cuidar e educar; e, em suas concepções e práticas, uma ação não se desvencilha da outras; antes, conjugam-se: na creche se educa cuidando e se cuida educando. No interior de uma creche sempre haverá educação. Enfim, para reiterar as afirmações de Kuhlmann Júnior, asseguramos que o ponto-chave não é opor educação à assistência, mas superar a história das instituições pré-escolares que designaram uma educação de baixa qualidade a crianças pobres.

Ainda segundo Kuhlmann Júnior, “A educação de uma criança pequena envolve o seu cuidado, por isso, destaca-se o papel de educar e cuidar atribuído às instituições de educação infantil”.²²¹ Esse papel foi abordado oficialmente em 1998, no Referencial Curricular Nacional

²¹⁹ KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 184.

²²⁰ KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 184.

²²¹ KUHLMANN JÚNIOR, 1998, p. 189.

para a Educação Infantil (RCNEI),²²² que prevê a relação entre cuidar e educar como indissociável na prática da educação infantil.

3.5 Creches comunitárias e democracia participativa: encontros e desencontros

Além da relação de limites tênues entre cuidar e educar na prática cotidiana das creches, estas expuseram uma rede complexa de relações entre os que com elas se envolviam e o poder público. As ações e conquistas no atendimento a crianças de 0 a 6 anos de idade desfavorecidas socialmente, reveladas em alguns relatos, permitem verificar como essa rede foi tecida. O relato a seguir deixa entrever fragmentos de embates e contradições sugestivos da insatisfação com o reconhecimento dos direitos desses sujeitos pelo poder público:

Eu não gostava. Eu sou contra *paternalismo*, eu acho que na época nós estávamos lutando por um direito, e todo o direito tem que ser cumprido, direito não tem que pedir, é um direito seu e pronto e acabou; está lá na lei. Então, eu não gostei porque, nessa gestão Democracia Participativa, deixava-se muito, o grosso, o difícil para as pessoas que participavam sem ganhar nada, nem um muito-obrigado. E o bom, quando ia aparecer, apareciam eles; [com] isso eu era revoltada, pois na hora de falar que era o “fulano” e a “sicrana” que fez, não falavam nada disso, eles não deram nenhum muito obrigado nessa participação. Então, os bambambãs é que lucravam. Mas quem ficava com o difícil, com reunião, correndo atrás das necessidades das coisas e ver o que estava mais barato, o que era melhor para as crianças lá dentro da creche, do dia a dia eram as mães que trabalhavam; e, além de trabalhar, tinham que fazer isso e, se não fizesse bem-feito, eram criticadas e, na hora que fazia bem-feito, não recebia nem um muito-obrigado. Então, saía como um João-ninguém, pois éramos o esteio daquilo ali e nunca fomos reconhecidas [...] *As mães passaram a ter direito porque pagavam por esse direito na época do Zaire. Queria ter o filho lá, mas tinha que cumprir um sacrifício. Ela tinha que deixar o filho lá para trabalhar, ajudar a manter e, ainda, ir à luta e ficar brigando.* E se era direito, por que que as mães tinham que fazer isso? Tinha mães que chegavam 5h da tarde do serviço e tinha que partir lá pra a prefeitura pra brigar; chegavam em casa cansadas e, às vezes, até judiavam da criança, sacrificava a criança.²²³

Essas palavras revelam pontos importantes a uma compreensão da fragilidade das relações estabelecidas entre os gestores das creches — as mães — e o poder público municipal. Recolhido mais de 20 anos após o envolvimento “in loco” da entrevistada na gestão de uma creche comunitária — década de 1980 —, esse relato expõe um contexto em que a creche ainda não era direito assegurado por lei (a Constituição que o prescreve foi promulgada em 1988). Portanto, o direito a ter direitos era visto por esses segmentos excluídos como necessidade concreta, e não como concessão a ser dada pelo poder público municipal. A referência ao

²²² Ver: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998, 3v.

²²³ JESUS, 2009; grifo nosso.

paternalismo oferece um ponto de reflexão sobre como a gestão municipal conduzia as creches comunitárias: os interesses políticos — questionados pelos usuários das creches — em que se buscava apoio popular vinculado à exigência de participação em reuniões. Mas, naquele momento, essa participação não era opção; era necessidade. Com essas ações, as comunidades dos bairros fortaleciam suas reivindicações, defendendo condições melhores para suas creches e amparando-se na justificativa de que estas já carregavam suas experiências de luta havia tempo: “Se nós já existíamos há mais tempo, nós queríamos conseguir uma coisa melhor”.²²⁴

Tal situação começou a mudar em meados de 1986, quando técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quiseram conhecer o trabalho desenvolvido pela prefeitura — via SMTAS — com crianças de 0 a 6 anos de idade. Após vários encontros, definiu-se que o BNDES liberaria verbas para construção de seis creches capazes de atender de 80 a 100 crianças, com equipamentos e material pedagógico e nova proposta de atendimento (profissionais capacitados, espaço físico adequado etc.). A discussão envolveu a população dos bairros, em reuniões com todas as creches para definir quais seriam as seis a serem construídas; depois as reuniões ocorreram nas comunidades dos bairros selecionados. Foram selecionadas creches dos bairros: Alto Tibery, Maravilha, Marta Helena, Patrimônio, Roosevelt e Tubalina. A parceria com o BNDES significou evolução na realidade de muitas creches comunitárias.

Entretanto, à parte as creches que consolidaram parcerias para construção e melhoria do atendimento e espaço físico delas, a realidade das demais ainda era delicada. Se considerarmos que no fim de 1986 havia 37 creches comunitárias, as seis financiadas pelo BNDES e as demais que estabeleceram outros convênios (não encontramos dados suficientes para apontá-las) eram pouco representativas. Ou seja, uma quantidade significativa de creches em 1986 e em anos subsequentes não tinha infraestrutura satisfatória:

A luta foi feia. Ficávamos com medo, pois de início seriam seis creches, e a gente queria estar no meio dessas seis creches. A nossa estava caindo. Fomos na reunião onde era pra ser escolhida essas creches, a gente falou com a Niza [Ribeiro Luz, então secretária municipal] e, graças a Deus, uma das creches que estava lá era a nossa. Graças a Deus fomos para um lugar melhor. Quando as crianças chegaram nessa creche, estranharam o conforto que tinha, pois não eram acostumados com aquilo. Tinha menino que comia porque tinha creche, a mãe não dava conta, ganhava pouco, era mãe que não tinha marido.²²⁵

Para muitos residentes na periferia, a creche era necessidade inadiável, e não escolha; contribuiu para a construção de um sentimento de ajuda mútua entre os que estavam inseridos naquela realidade: “Ajudou muito [...] ajudou muita mãe que precisava da creche [...] naquela

²²⁴ FERREIRA, 2009.

²²⁵ JESUS, 2009.

época a necessidade era bem maior [...] a gente ficava pensando: ‘se é difícil pra gente, imagina pra esses meninos?’”.²²⁶ Nesse sentido, mesmo com dificuldades e conflitos, relatados ao longo desta pesquisa, quem usava a creche comunitária a reconhecia — e reconhece — como importante e necessária:

Eu tenho uma gratidão por essas creches porque elas me ajudaram a formar minhas filhas. Hoje elas têm uma independência, porque na creche foi ensinado isso, e isso passou para vida delas. Até hoje eu agradeço muito as creches, apesar de ser um direito tanto meu quanto delas. Mas eu agradeço porque foi muito bom.²²⁷

Acreditamos que o envolvimento das pessoas com as creches comunitárias e o reconhecimento posterior delas como instituições legítimas, foram primordiais à inserção da creche e pré-escola como direito constitucional; assim como a atuação delas foi crucial para se consolidar uma nova etapa na história dessas instituições de educação infantil. Coincidentemente, a Constituição foi promulgada quando terminava a gestão do PMDB em Uberlândia, onde houve a propagação de abertura e apoio às creches comunitárias:

A ideia, a intenção foi muito boa, porém teve um despreparo muito grande [...] O povo estava querendo maior liberdade política nos anos 80, uma busca de direitos. A ideia foi boa, mas não tinha profissionais capacitados suficientes para atender àquela demanda que aconteceu na época [...] A democracia participativa, por mais dificuldades que teve nessa ênfase na situação da criança, da mulher [...] fez. E o povo estava engatinhando e aprendendo.²²⁸

Esse relato desvela discrepância entre o que a proposta de democracia participativa difundiu e o que se fez — de fato — para suscitar a participação do povo e suprir suas demandas. Alguns fatores ajudaram a fragilizar essa proposta política, a exemplo do orçamento limitado e da configuração da base de apoio do governo na Câmara Municipal e sua postura como instância central da democracia representativa. O ideal de participação amplo e irrestrito se esbarrava numa estrutura de poder conservadora e elitista, bem como no despreparo de órgãos e na fragilidade de certas propostas e certos projetos bem intencionados. O clímax dessa fragilização foi a derrota do candidato que continuaria as propostas lançadas pela gestão do PMDB com Zaire à frente da prefeitura (1983–8).

A partir de 1989, a postura quanto à educação infantil no município mudou relativamente à da gestão anterior. Em nome do discurso de que as creches seriam melhoradas e ampliadas, nenhuma outra foi constituída entre 1989 e 1990. Em 1991, as subvenções passaram a ser

²²⁶ CHAVES, 2009.

²²⁷ JESUS, 2009.

²²⁸ FERREIRA, 2009.

liberados pela Secretaria Municipal de Educação (SME) — conforme dispositivo da Lei Orgânica do Município; mas o controle e a execução dessas subvenções ficaram a cargo da SMTAS. Ainda em 1991, constituiu-se a primeira instituição vinculada só à SME: o Módulo de Educação Infantil do bairro Luizote de Freitas, que atendia em período integral e em meio período, crianças de 0 a 6 anos de idade.²²⁹ Em 1992, institucionalizou-se a Fundação para o Desenvolvimento Comunitário (FUNDECOM), que gerenciava uma parcela de creches; posteriormente, o decreto municipal 084, de julho de 1994, municipalizou uma quantidade considerável de creches, que foram denominadas Unidades de Desenvolvimento Infantil. Recebiam subvenções da prefeitura, e sua condução coube à SMTAS e SME.

O relato a seguir contém uma análise da gestão posterior à do PMDB:

E depois vieram com novas ideias, não negativas, mas ignorando a conquista que já tinha sido feita. [...] Começou a melhorar a qualidade, porque a gente já tinha conquistado. E aí? O que eles poderiam fazer? Era um direito de conquista [...] Então, foi um direito conquistado, da criança, da mulher [...] não tinha como eles voltarem atrás, eles tinham que continuar a caminhada.²³⁰

Nesse começo de década, algumas creches não eram totalmente gerenciadas pelo poder público. Isso ocorreria depois.

O relato a seguir — de alguém que geriu uma creche comunitária na gestão do PMDB — expressa uma opinião sobre a postura da nova gestão:

Então começou-se a fazer reuniões [...] começaram a chamar o pessoal da prefeitura, porque eles já queriam entregar a creche para a prefeitura direto [...] as coisas foram mudando, foi vindo mais pessoas através da prefeitura, [...] e o papel delas foi fazer uma transformação aqui dentro, de tudo, de subvenção, de idéias, de estarem fazendo a compra, e a gente passou a ser funcionárias somente. Nós não nos envolvíamos mais nessas questões financeiras, somente com o nosso trabalho.²³¹

Essas palavras deixam entrever certa concordância com a municipalização. Mas havia um sentimento de exclusão da nova realidade das creches: “Dava a impressão que a gente estava sendo excluída, então foi isso que a gente sentiu quando a gente passou a não viver mais aquilo”.²³²

²²⁹ Ver: PACHECO, Ana Beatriz Mugnatto. **Módulo de educação infantil**: repensando historicamente o atendimento infantil a partir de uma experiência local. Uberlândia (MG) 1991–1997. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

²³⁰ FERREIRA, 2009.

²³¹ CHAVES, 2009.

²³² OLIVEIRA, Cleonice Fernandes de. Uberlândia (MG), 17 de setembro de 2009a. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira. Nascida em 26/11/1970, em Uberlândia (MG), não completou o ensino fundamental. Em 1992, assumiu a função de auxiliar da creche comunitária do bairro Santa Mônica; após ser aprovada em concurso público, passou à função de auxiliar de serviços gerais, que ocupa até hoje, na mesma creche.

3.6 À guisa de síntese

A análise da trajetória do movimento social pró-creches comunitárias em Uberlândia pela ótica dos que o vivenciaram diretamente revelou que, embora esses sujeitos percebessem que tal movimento se constituiu precariamente e com fragilidades, houve uma nova configuração quanto ao atendimento à educação infantil nesse município.

[...] o projeto em si foi de fundamental importância. Começaram pequenas, com dificuldades, mas foi evoluindo. Acho que se, na época, o Zaire não tivesse dado o mínimo de sustentação, talvez não teria o que se tem hoje; porque aquilo lá foi o comecinho de tudo, uma sementinha que foi plantada. Agora está grande. Mas ainda não é o suficiente, ainda falta muito [...] as pessoas que estão trabalhando agora têm formação, o que é extremamente importante; agora a gente sabe que é direito da mãe e, principalmente, da criança.²³³

Assim, a transformação no cenário educacional uberlandense relativa à oferta de creches e pré-escolas foi sustentada pela conscientização e posterior pressão das comunidades interessadas na ampliação e qualidade do atendimento. O resultado inclui melhoria na infraestrutura e formação dos profissionais atuantes nas creches comunitárias. Vale ressaltar, porém, que tal realidade não se materializou em todas as creches: uma quantidade expressiva continuou precária, com profissionais leigos e mal remunerados, graças a uma oferta de vagas inferior à demanda. Noutras palavras, permaneceram alguns problemas vinculados à necessidade e materialização de espaços para atendimento a crianças desfavorecidas socialmente na faixa etária 0–6 anos. Se havia a expectativa de que as novas configurações de família, do papel da mulher e sua inserção no mercado do trabalho iriam além da criação — mesmo que precária — de espaços de atendimento de seus filhos, ela não foi superada por completo.

Ainda assim, a evolução foi significativa, como sugere o relato de sujeitos envolvidos diretamente no cotidiano das creches comunitárias em Uberlândia. Suas lutas e conquistas se traduziram na concretização de, pelo menos, parte de suas reivindicações, respaldadas pela gestão municipal do PMDB. Se a *missão* educativa propalada por esse partido na campanha eleitoral de 1982 não se concretizou como tal, não se pode dizer que a prática cotidiana nas creches — mesmo que assistencialista — não era educativa. De fato,

[...] as creches foram criadas a partir de condições precárias, em poucos recursos, [mas] apesar de não serem considerados adequados, tornaram possível construir uma resposta coletiva a uma situação emergente vivida por famílias e crianças nas periferias urbanas.²³⁴

²³³ BORGES, 2009.

²³⁴ SILVA, 2008, p. 194.

Contudo, esse saldo relativamente positivo não neutraliza a intenção — velada — da gestão municipal do PMDB de compartilhar com a comunidade, sob o discurso da participação, demandas de sua responsabilidade.

Os aspectos que mais atraem a atenção governamental são aqueles que resultam em um suposto barateamento de custos: utilização de espaços existentes, emprego de pessoal local, equipamentos e materiais improvisados. Este tipo de atendimento é justificado com argumentos apoiados na valorização da “participação” e da “descentralização”.²³⁵

Essa postura ajudou a fragilizar as relações entre os gestores das creches comunitárias e o poder público em âmbito local. Mas ela não anulou a luta pelo direito à creche empreendida, também, em outros contextos do país e que culminou no reconhecimento constitucional desse direito; por consequência, noutra configuração da educação infantil no município após a gestão do PMDB.

²³⁵ CAMPOS, 1989, p. 16–7.

Considerações finais

Chegamos ao fim do que projetamos fazer. Mas a sensação é de que ainda há muito a ser desvelado e analisado na complexa relação política e educacional em torno do movimento em prol da constituição de creches comunitárias no município de Uberlândia (MG). Cada documento analisado, cada entrevista feita, cada reportagem encontrada, cada relatório: tudo nos deixou com a percepção de que estávamos ante um caleidoscópio imenso projetando um turbilhão de luzes sobre Uberlândia nos momentos iniciais da redemocratização do país. No rastro desse processo, esculpiu-se a concepção de democracia participativa que mobilizou setores da sociedade uberlandense até então afastados das decisões do poder político local. Em fins de 1982, nascia não só um conceito de participação política, mas também — e sobretudo — a esperança da população de ter supridas suas necessidades mais imediatas, como a criação de creches. Por isso, julgamos ser significativa a pesquisa que ora encerramos. Ela permitiu entender parte do universo contraditório que amalgamou aquele momento e, ao mesmo tempo, abriu horizontes interpretativos de questões, sobretudo, políticas relativas às creches.

Acreditamos que nosso envolvimento direto com uma creche comunitária na infância pôs em xeque uma suposta não neutralidade na lida com as fontes. Embora tenhamos procurado analisá-las com o máximo possível de distanciamento e objetividade, sabemos que isso não se traduz em imparcialidade total; afinal, quando escolhemos determinado assunto para pesquisar, já manifestamos, direta ou indiretamente, interesses e preferências. Todavia, tais sentimentos não nos afastaram do rigor científico das análises; pelo contrário, passou a constituir o ancoradouro do trabalho realizado.

A leitura analítica das fontes em suas dimensões externas identificou indícios de como foi o movimento pró-creches comunitárias em Uberlândia — sobretudo sua face política, social e econômica. A investigação ajudou a elucidar as questões elaboradas nesta pesquisa, a exemplo da concepção de infância e criança que se materializou no contexto educacional uberlandense dos anos de 1980, em particular nas instituições destinadas ao atendimento a crianças desfavorecidas socialmente com idade entre 0 e 6 anos. Podemos afirmar que as práticas do poder público municipal e das comunidades envolvidas na constituição de creches comunitárias revelou uma concepção de infância e criança semelhante àquela descrita no início deste trabalho, qual seja, a infância das classes populares, infância que deveria ser *assistida* por causa da impossibilidade material e física (dada a inserção crescente da mulher no mercado de trabalho) da família de proporcionar cuidados e educação satisfatórios aos seus filhos.

Está claro que esse movimento foi marcado, primordialmente, por interesses político-partidários, sociais e econômicos. Em Uberlândia, as creches comunitárias surgiram de uma necessidade externa às necessidades das crianças, em vez de serem alternativa à mãe que trabalhava fora e cujos ganhos, em razão da realidade econômica e social de então, tornaram-se renda auxiliar — em muitos casos, renda única — no sustento da família. Essa configuração das creches, vistas como *mal necessário*,²³⁶ contribuiu para um atendimento emergencial e precário na maioria delas, assim como suscetível à manipulação política mediante seu financiamento — desigual e insuficiente — e uma orientação deficitária quanto às práticas empreendidas no interior delas.

O incentivo do governo municipal à população carente de espaços de atendimento para seus filhos foi determinante para que ela se lançasse a uma mobilização ampla. Mas a exigência de constituição prévia de creches comunitárias para que, depois, o poder público as auxiliasse materialmente delegou a responsabilidade pela creche à comunidade, cujo trabalho — com pouca ou quase nenhuma ajuda externa — a deixou suscetível à interferência de organismos que se propusessem a auxiliá-la, sobretudo associações representativas. A partir daí, muitas instituições ficaram sujeitas à manipulação, numa relação de dependência não só do poder público municipal, mas também das associações representativas, que culminaria no descrédito dessa proposta política, pois revelou um descontentamento em cadeia, ou seja, de um número significativo de creches, com as associações representativas e destas com o poder público municipal.

Esse cenário sinalizou que, embora a gestão municipal se apoiasse no fazer coletivo e na descentralização das decisões políticas, sua proposta de democracia participativa mostrou fragilidades e não se efetivou no município de Uberlândia no período estudado. Seja graças à conscientização política inconsistente de uma quantidade relevante de sujeitos presentes no poder público, nas associações representativas e nas creches comunitárias ou graças a outros fatores ocorridos na gestão Democracia Participativa, essa fragilidade se traduziu em embates. E cremos que, em muitos casos, tais embates foram fruto da escassez de recursos financeiros e do apoio restrito do poder público, sobretudo às creches comunitárias.

O financiamento insuficiente redundou em atendimento emergencial e precário, registrado nos relatórios produzidos por profissionais da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SMTAS). E estes revelaram pontos de vistas distintos da visão de quem estava inserido no cotidiano das creches comunitárias, em especial a noção de que a prática deficiente e o atendimento precário se vinculavam diretamente às condições sociais de cada bairro e à falta

²³⁶ Cf. VIEIRA, 1986.

de formação de quem lidava com as crianças. Se retomarmos as condições objetivas em que as creches comunitárias foram constituídas, veremos que a prática profissional desses sujeitos — em geral mulheres-mães — tinha como guia sua experiência doméstica, com ênfase na alimentação, guarda e higiene da criança. Era pouco provável que houvesse uma mudança imediata nessa prática profissional (inserção do planejamento ou da prática pedagógica, por exemplo) em prol do desenvolvimento integral da criança só com orientações esporádicas — a maioria feita por psicólogos e assistentes sociais.

Dadas a estruturação do ambiente interno das creches e as condições externas que interferiram em sua configuração, concluímos que, a cada uma dessas comunidades que se mobilizou em prol da constituição de uma creche comunitária, foram atribuídas funções que elas não tinham condições de assumir. Nesse sentido, podemos apontar que, vinculadas à política da então secretaria do Trabalho e Ação Social — que era parte de um projeto político mais amplo, pelo menos em termos de proposta, ou seja, a chamada democracia participativa —, as creches comunitárias se materializaram no bojo de uma política emergencial e assistencialista, embasada no discurso da descentralização e participação da comunidade.

Contudo, podemos afirmar que o período da gestão Democracia Participativa, com seus limites, seus avanços e suas contradições, foi importante. Mediante uma *nova* configuração política na esfera municipal, foram postos em movimento novos elementos na relação social histórica de dominação, resistência e acomodação na cidade de Uberlândia. Singular na história desse município, o período 1983–8 possibilitou a conscientização da população quanto à oferta de serviços sociais/educacionais básicos que a levou a pressionar o poder público a suprir demandas que eram de sua responsabilidade, em especial a oferta de creches aos menores de 6 anos de idade — referendada legalmente só na Constituição Federal de 1988.

Após a promulgação da versão mais recente da Carta Magna, que reconhece o dever do estado e do município quanto a agenciar e promover educação infantil quando houver demanda, e após a proposição da Lei Orgânica do Município, instaurou-se o processo de municipalização das creches. Assim, aos poucos, a luta deixou de vislumbrar a criação para exigir manutenção, ampliação e qualificação do atendimento. A prescrição da creche como direito legal da criança, porém, não erradicou por completo a realidade dos anos de 1980. Muitas creches ainda se constituíram em espaços precários, e a demanda supera a oferta.

Dito isso, mesmo cientes dos limites de nossos objetivos e da relativa subjetividade implícita de quase toda reflexão teórica; mesmo diante da complexidade da realidade do movimento pró-creches comunitárias e da amplitude do tema, quisemos oferecer uma

compreensão mais precisa dos liames desse movimento social, dada sua importância histórica para a constituição da educação infantil no município de Uberlândia.

REFERÊNCIAS

- ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. **História e Perspectiva**, Uberlândia: EDUFU, n. 4, p. 79–102, jan./jun. 1991.
- ALVARENGA, Nízia Maria. **As associações de moradores em Uberlândia**: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ALVARENGA, Nízia Maria. Movimento popular, democracia participativa e poder político. **História e Perspectiva**, Uberlândia: EDUFU, n. 4, p. 103–29, jan./jun. 1991.
- ANDRADE, Edinara T. de. Democracia Participativa no município de Lages – SC e a cultura política da esquerda brasileira nos anos 70. **Katalysis**, p. 74–84, 1996. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/viewpdfinterstitial/5412/4768>>. Acesso em: 30 jul. 2009.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Marcos filosóficos da modernidade em torno da educação da criança: antropologias da infância em disputa? In: CARVALHO, Carlos Henrique de; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; ARAÚJO, José Carlos Souza. (Org.). **A infância na modernidade**: entre a educação e o trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2007, p. 179–207.
- ARCE, Alessandra. **A pedagogia na “era das revoluções”**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas: Autores Associados, 2002.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARROYO, M. G. O significado da infância. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1., 1994. Brasília, 1994.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia** — uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Universidade de Brasília: Linha, 1991.
- BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Avaro Lorencini. São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CAMPOS, Maria Malta. **Escola e participação popular**: a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo. 1982. Tese (Doutorado) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1997.

CAMPOS, Maria M. Malta. Pré-escola: entre a educação e o assistencialismo — 1985. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.) **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 11–19.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto/editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e imprensa**: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães. Uberabinha, MG 1905–1922. Uberlândia: editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

CARVALHO, Carlos Henrique de. **Os submundos das cidades**: as crianças no espaço urbano brasileiro. Campinas, São Paulo: Alínea, 2008.

COMPANHIA DE TELEFONES DO BRASIL CENTRAL/CTBC. **Guia Sei**. Uberlândia: ABC SABE, 1988.

COSTA, Jurandir. F. da. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DANTAS, Sandra Mara. **Uberlândia** — terra fértil para novas sementeiras: a experiência da Democracia Participativa (1983–1988). 1996. Monografia (Graduação em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

DONZELOT, Jaques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 27–33.

DROUET, Ruth Caribe da Rocha. **Fundamentos da educação pré-escolar**. São Paulo: Ática, 1990.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Um pouco de história da nossa escola**. Disponível em: http://www.eseba.ufu.br/a_escola.php?tipo=historia>. Acesso em: 15 jul. 2009

FERRARI, Márcilio Marquesini. **O orçamento participativo como contraponto aos modelos tradicionais de orçamento público**. 2005. Monografia (Graduação em Economia) — Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. **Da centralidade da infância na modernidade e sua escolarização**: a Escola Estadual João Pinheiro — Ituiutaba (MG). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

FILGUEIRAS, Cristina A. C. **Práticas educativas no movimento popular**: as experiências das mulheres do bairro Industrial. 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FONSECA, Nelma Marçal Lacerda. **A história oral no Museu da Escola de Minas Gerais** — relato sobre o caminho percorrido. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.) Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: ed. da Universidade São Francisco, 2000, p. 151–60.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto de Documentação Benedito Silva. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1987, 1422p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Perfil demográfico do estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 1997.

GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil** (1964–1985). São Paulo: Cortez, 2000.

GOHN, Maria da Glória M. **A força da periferia**: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.

GONDRA, J. G. **A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 99–117, jan./jun. 2000.

HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

JESUS, Wilma Ferreira. **Poder público e movimentos sociais: aproximações e distanciamentos**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Uberlândia.

KRAMER, Sônia. O papel social da pré-escola — 1985. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.) **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 20–7.

KRAMER, Sônia; SOUZA, Solange Jobim. **Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo: Loyola, 1991.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 18–23.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cyntia Greive. (Org.) **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. O jardim de infância e a educação de crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos. (Org.) **Educação da infância brasileira: 1875–1983**. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 1–30.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade da história do tempo presente. In: PÔRTO JÚNIOR, Gilson (Org.) **História do tempo presente**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 1–45.

LOPES, Valéria Maria Queiroz Cavalcante. **Caminhos e trilhas: transformações e apropriações da cidade de Uberlândia (1950–1980)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MACHADO, Maria Clara Tomás. **A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada (Uberlândia, 1965–1980)**. 1990. Dissertação (Mestrado em História) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

MACHADO, Maria Clara Tomás. Muito aquém do paraíso: ordem, progresso e disciplina em Uberlândia. **História e Perspectiva**, Uberlândia: EDUFU, n.4, p. 37–77. jan./jun. 1991.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726–1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente: 1964–1980**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 67–70.

MOURA, Gerusa Gonçalves. **Imagens e representações da periferia de Uberlândia [MG]: um estudo de caso do setor oeste**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Dorivaldo Alves do. **História de Uberlândia**. 2. ed. Uberlândia: Grafy. 2000.

OLIVEIRA, Manoel Cipriano de. **O ensino para o exercício da cidadania na Educação Básica brasileira** (1960–2000). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Creches, faz de conta e cia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002, p. 57–8.

PACHECO, Ana Beatriz Mugnatto. **Módulo de educação infantil**: repensando historicamente o atendimento infantil a partir de uma experiência local. Uberlândia (MG) 1991–1997. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30–45, jan./jun. 2009.

PASSETTI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2007, p. 347–75.

PEREIRA, Cires Canísio. **Democracia participativa**: sua lógica, sua prática. Monografia (Graduação em História) — Instituto de História Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 1988.

PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada**. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras: 1991, v. 4.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

REDUCINO, Marileusa de Oliveira. **Uma praça e seu entorno**: plasticidades efêmeras do urbano, Uberlândia — século XX. 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia,

REZENDE, Antônio Paulo; DIDIER Maria Thereza. **Rumos da história**: nossos tempos. O Brasil e o mundo contemporâneo. São Paulo: Atual, 1996, v. 3.

RIZZINI, Irene. Crianças menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino; editora universitária Santa Úrsula; Amais, 1995.

RIZZINI, Irma; VOGEL, Arno. O menor filho do Estado: pontos de partida para uma história da assistência pública à infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Nino; editora universitária Santa Úrsula; Amais, 1995.

RIZZO, Gilda. **Educação pré-escolar**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

RODRIGUES, Marly. **A década de 80**: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Ática, 1992.

ROSEMBERG, Fúlvia; CAMPOS, Maria Malta; PINTO, Regina Pahim. **Creches e pré-escolas**. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche — 1984. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.) **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 90–103.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 141–61.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970–80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALOMÃO, Júlio César. **A infância e a educação infantil nos documentos e legislações nacionais e internacionais**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SANTOS, Carlos Meneses Sousa; CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Democracia participativa em Uberlândia — significados das experiências dos moradores do bairro Nossa Senhora das Graças. **Horizonte científico**, p. 1–30, 2007. Disponível em: <http://www.horizontecientifico.propp.ufu.br>. Acesso em 30 de jul. 2009, p. 3.

SANTOS, M. R. S. dos. **Caminhos municipais da cidadania**: mudança institucional e democratização no Brasil. 1993. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil — 1974–1985**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 245–82, v. 4.

SILVA, Isabel de Oliveira e. **Educação infantil no coração da cidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Polyana Aparecida Roberta da. **Reconstruindo uma experiência em educação infantil**: a história do Jardim de Infância Suzana de Paula Dias (Uberlândia, 1967 a 1972). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia**: da “Cidade Jardim” ao “Portal do Cerrado” — imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. Tese (Doutorado em Geografia) — Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOMARRIBA, Maria das Mercês G. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte: balanço de uma década. **Textos sociologia e antropologia**, n. 43, jun./set. 1993.

VEIGA, Cyntia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VEIGA, Márcia M. **O movimento de luta pró-creches e a política de educação infantil em Belo Horizonte**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. **Creches no Brasil**: de mal necessário a lugar de compensar carências, rumo à construção de um projeto educativo. 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VIEIRA, Livia Maria Fraga, MELO, Regina Lúcia Couto de. A creche comunitária “Casinha da Vovó”. Prática de manutenção/prática de educação — 1985. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Creche**. São Paulo: Cortez, 1989, p. 135–78.

- *Fontes orais — entrevistas*

BONILHA, Nelson Armando de Paula. Uberlândia (MG), 12 de março de 2008. 1 fita cassete (35 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira.

BORGES, Andréa Bonifácio Camilo. Uberlândia (MG), 10 de setembro de 2009. 1 fita cassete (30 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira.

CHAVES, Maria Rosa da Silva. Uberlândia (MG), 17 de setembro de 2009. 1 fita cassete (30 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira.

FERREIRA, Maria Gorete. Uberlândia (MG), 9 ago. 2009. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira.

JESUS, Vera Lúcia de. Uberlândia (MG), 13 de abril de 2009. 1 fita cassete (45 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira.

LUZ, Niza Ribeiro. Uberlândia (MG), 20 mar. 2009. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira.

MORAIS, Antônia Maria. Uberlândia (MG), 18 de julho de 2009. 1 fita cassete (40 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira.

OLIVEIRA, Cleonice Fernandes de. Uberlândia (MG), 17 de setembro de 2009a. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira.

OLIVEIRA, Marileide Camargo de. Uberlândia (MG), 10 de março de 2009b. 1 fita cassete (30 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira.

REIS, Valmira Pereira. Uberlândia (MG), 16 de março de 2009. 1 fita cassete (50 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira.

REZENDE, Zaire. Uberlândia (MG), 25 de fevereiro de 2009. 1 fita cassete (60 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira.

RIZZOTTO, Lutero. Uberlândia (MG), 16 de abril de 2009. 1 fita cassete (45 minutos). Entrevista concedida a Vanessa de Souza Ferreira.

- *Fontes jornalísticas*

32 URNAS confirmam a grande vitória de Zaire Rezende. **Primeira hora**, Uberlândia, 16 nov. 1982.

A LUTA dos prefeitos. **Minas em Revista** — órgão dos municípios mineiros, Belo Horizonte, ano IV, n. 48, dez. 1983.

AÇÃO Social aumenta apoio às creches comunitárias. **Primeira hora**, Uberlândia, 24 out. 1984.

AÇÃO Social promove curso para 48 “tomadeiras”. **Primeira hora**, Uberlândia, 26 out. 1984.

AMBASAM não está satisfeita com a Democracia Participativa. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 20 abr. 1985.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia, 20 set. 1983.

CRECHE é a solução para as mães que trabalham. **Primeira hora**, Uberlândia, 8 maio 1983.

CRECHE pode fechar. Falta dinheiro para manutenção. **Primeira hora**, Uberlândia, 9 nov. 1983.

CRECHES — Mal necessário ou direito da mãe que trabalha? **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 15 jul. 1983.

CRECHES vão ao prefeito pedir mais. **Primeira hora**, Uberlândia, 15 maio 1985.

CRECHES: moradores ficam sem resposta da Câmara. **Primeira hora**, Uberlândia, 5 out. 1983.

INTERIOR: um Brasil longe da crise. **Veja**, São Paulo: Abril, ano 24, 18 nov. 1987.

MAIS de 1000 ouviram Zaire Rezende falar no Bom Jesus. **Primeira hora**, Uberlândia. 27 out. 1982.

MAIS de 30 mil no comício aplaudem Zaire e Tancredo. **Primeira hora**, Uberlândia, 11 nov. 1982.

NA FEIRA, entidades mostram seus trabalhos e angariam recursos. **Primeira hora**, Uberlândia, 8 mar. 1983.

POLÍTICA. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 18 nov. de 1982.

POLÍTICA. **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 20 nov. 1988.

PREFEITO convoca Câmara para apreciar subvenção às creches. **Primeira hora**, Uberlândia, 4 jul. 1984.

PREFEITO tira das gavetas projetos contrários ao nosso desenvolvimento. **O triângulo**, Uberlândia, 14 maio 1986.

PREFEITURA inaugura hoje a creche para o funcionalismo. **Primeira hora**, Uberlândia. 9 maio 1986.

RAMOS, Luiz Carlos. Uberlândia investe e acredita no futuro. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 nov. 1988.

SORTEIOS e artesanatos para arrecadar fundos às creches. **Primeira hora**, Uberlândia, 3 fev. 1984.

ZAIRE faz outro projeto para doar verba às creches. **Primeira hora**, Uberlândia, 12 set. 1983.

ZAIRE pede nova discussão de verba para as creches. **Primeira hora**, Uberlândia, 15 out. 1983.

- *Fontes documentais*

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998, 3v.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. De 1º de Maio de 1943. Lei nº 5.452.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 4024/61. Brasília, 1961.

BRASIL. **Código Penal**. Código de Menores Decreto nº 17. 943-A de 12 de outubro de 1927. São Paulo: Saraiva, 1970.

BRASIL. Lei nº 5.692/71. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1 e 2 graus, e dá outras providências. **Diário oficial** da República Federativa do Brasil. Brasília, 12 de ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 24 maio 2009.

BRASIL. **Código de Menores**. Lei nº 6. 697 de 10 de outubro de 1979. Rio de Janeiro: Saraiva, 1979.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental, Departamento de Política Educacional, Coordenação de Educação Infantil. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998, 3v.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. **Constituição de 1988**. 21ª ed. Brasília: 2003.

BRASIL. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 24 maio 2009.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado**. Belo Horizonte, 1989.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO/PMDB. **Proposta para ação do governo municipal**. Uberlândia, 1982.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Centro de documentação.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Lei nº 3.738** de 1º de dezembro de 1982. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1983. Uberlândia, 1982.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Lei nº 3.988** de 18 de Novembro de 1983. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1984. Uberlândia, 1983a.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Lei nº 3.993** de 13 de Novembro de 1983. Concede subvenções às entidades que especifica. Uberlândia, 1983b.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Lei nº 4.107** de 12 de Dezembro de 1984. Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1985. Uberlândia, 1984a.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Lei nº 4.109** de 12 de Dezembro de 1984. Concede subvenções às entidades que especifica. Uberlândia, 1984b.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Lei nº 4.255** de 29 de Novembro de 1985. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1986. Uberlândia, 1985a.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Lei nº 4.257** de 29 de Novembro de 1985. Concede subvenções às entidades que especifica. Uberlândia, 1985b.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Lei nº 4.440** de 19 de Dezembro de 1986. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1987. Uberlândia, 1986a.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Projeto de lei nº 087/86**. Concede subvenções às entidades que especifica. Uberlândia, 1986b.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal de Saúde: divisão de medidas sanitárias. **Relatório**. Uberlândia, 1986c.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Lagoinha**. Uberlândia, 1986d.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Maravilha**. Uberlândia, 1986e.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Lei nº 4.589** de 1º de dezembro de 1987. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1988. Uberlândia, 1987a.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Lei nº 4.589** de 1º de dezembro de 1987. Concede subvenções às entidades que especifica. Uberlândia, 1987b.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relação das creches comunitárias**. Uberlândia, 1987c.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relato das discussões efetuadas entre a equipe do programa de atendimento à criança de 0 a 6 anos e a assessoria da secretária do Trabalho e Ação Social**. Uberlândia, 1987d.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Estruturação administrativa**. Uberlândia, 1988a.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Regimento interno da creche comunitária do bairro Santa Luzia**. Uberlândia, 1988b.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Dona Zulmira**. Uberlândia, 1988c.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária Jardim Brasília III**. Uberlândia, 1988d.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Lagoinha**. Uberlândia, 1988e.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Maravilha**. Uberlândia, 1988f.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Nossa Senhora das Graças**. Uberlândia, 1988g.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Osvaldo**. Uberlândia, 1988h.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relatório do trabalho desenvolvido pela creche comunitária do bairro Santa Rosa**. Uberlândia, 1988i.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social. **Relação das creches comunitárias**. Uberlândia, 1989.

UBERLÂNDIA. **Lei Orgânica do Município**. Uberlândia, 1990.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. **Diretrizes Curriculares da Educação Infantil**.

Uberlândia, 2003.

UBERLÂNDIA. Prefeitura municipal. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. **Banco de Dados Integrados de Uberlândia**. Uberlândia, 2006, v. 1.

ANEXOS

ANEXO 1 — Pronunciamento do então candidato a prefeito Zaire Rezende em meio a autoridades políticas



FIGURA 9 – Zaire discursa em meios a políticos, dentre os quais Tancredo Neves
Fonte: UBERLÂNDIA, s. d.

Creche pode fechar. Falta dinheiro para manutenção

Esperando uma verba de Cr\$ 448 mil que faz parte das dotações suplementares contidas no projeto de lei 051/83 do Executivo, que auxiliam várias creches devendo ser desarquivado para discussões, a Creche Comunitária do conjunto habitacional Segismundo Pereira, como todas as outras que estão nessa dependência, passa por dificuldades.

Atualmente com 34 crianças de 3 meses a 7 anos de idade, com um custo mensal de Cr\$ 16 mil por cada menina, a situação na creche está ficando crítica, os recursos estão escasseando, falta infra-estrutura e há até perigo dela se fechar, conforme atesta uma das tomadeiras de conta, Eulâmia de Freitas.

Há apenas três meses funcionando diariamente, a creche na verdade, existe desde o ano passado, quando o Lions Club de Uberlândia-Cruzeiro do Sul construiu o barracão. Algum tempo depois, as atividades foram paralisadas, a associação dos moradores do lugar as retomou, e vem com o auxílio da população mantendo-as com muita dificuldade.

As 34 crianças mantidas pela creche são filhas de mães que trabalham fora para contribuir com o sustento da casa. Conforme, dona Eulâmia de Freitas, algumas são filhas de pais desempregados que vivem em situação difícil. «Estas famílias — diz ela — são aqui do conjunto, do conjunto Santa Luzia e até mesmo do alto Santa Mônica». E ainda revela: «Algumas das crianças só se alimentam quando passam o dia inteiro aqui na creche».

Ampliação

Não é só esse problema que a creche do Se-



Hora do lanche na creche: Algumas crianças não comem em casa porque não há comida.

gismundo Pereira vive. Apesar da grande área existente, onde há um parquinho precário, a estrutura física não dá pra comportar doze crianças. O barracão onde elas se hospedam possui três cômodos fora a dependência sanitária, a cozinha é deficitária e o berçário onde dormem os garotos não tem mais do que três metros quadrados.

Dona Eulâmia e as outras duas tomadeiras de conta, Maria Antônia e Nazilda de Freitas, pretendem construir mais cômodos para atender as necessidades. «A área é grande e poderemos aumentar o berçário e a cozinha» calculam elas salientando ainda que o melhor lugar que as crianças estão tendo para se acomodarem é uma área de estar, onde tomam lanche e almoçam.

Enquanto as tomadeiras de creches quebram o galho de um lado, é necessário quebrá-lo de outro usando a imaginação. No local não há mesas suficientes para a criança se alimentar, e as tomadeiras de conta são obrigadas a pedir cadei-

ras emprestadas das mães que colocam seus filhos lá e ainda aproveitam tábuas para «construírem» mesinhas da altura exata dos meninos.

Esforço

Todo o esforço de cada tomadeira de conta é válido, atestam dona Eulâmia e dona Maria Antônia que estavam presentes ontem à tarde na creche. Elas nada ganham para cuidar das crianças. A associação dos moradores, quando o balanço apresenta superávit, a gratificam com Cr\$ 10 mil, mas isso nem sempre acontece.

O trabalho delas se compreende em zelar das 34 crianças, dar-lhes banho, alimentação, ceticismo, e até ensinam os deveres de casa à seis delas que estão estudando. As tomadeiras ainda lamentam não ter mais tempo para a garotada, como por exemplo, brincar com elas, dando-lhes mais carinho desde às 6 da manhã até às 19 horas.

As crianças depois de serem assistidas brincam sozinhas no pequeno

parquinho improvisado ou debaixo de uma área coberta com eternit, sempre com uma das tomadeiras por perto, preocupada com a segurança delas. Conforme dona Eulâmia, «por a creche se situar isolada na rua Zero do conjunto e ladeada por mato, até cobra no quintal da creche já mataram».

Além de pretenderem aumentar as instalações físicas da creche, as tomadeiras de conta ainda apelam a população uma maior ajuda. Mensalmente somente com alimentação, a creche consome mais de 140 quilos de comida, uma vez que a quota de gêneros alimentícios fornecida pela LBA é de apenas 55 quilos por quinzena, o que só dá para alimentar vinte crianças.

Até que o desarquivamento do projeto de lei 051/83 do Executivo seja feito e votado pelos vereadores para socorrer dezenas de creches que passam a mesma situação na do Segismundo Pereira, o jeito é lutar para que elas não fechem, conforme diz dona Eulâmia.

FIGURA 10 — Notícia sobre dificuldades financeiras enfrentadas por creches comunitárias

Fonte: PRIMEIRA HORA, Uberlândia, p. 5, 9 nov. 1983.

ANEXO 3 — Zaire Rezende e sua equipe participando de reuniões nos bairros de Uberlândia



FIGURA 11 – Reunião com os moradores do bairro Aclimação

Fonte: Fonte: UBERLÂNDIA, s. d.



FIGURA 12 – Reunião com os moradores do bairro Tubalina

Fonte: Fonte: UBERLÂNDIA, s. d.

ANEXO 4 — Construção e inauguração da creche do bairro Lagoinha



FIGURA 13 – Notícia sobre construção da creche do bairro Lagoinha
Fonte: PRIMEIRA HORA Uberlândia, p. 5, 23 jun. 1983.



FIGURA 14 – Neuzi Rezende abre oficialmente porta da nova creche do bairro Lagoinha, em 21 de agosto de 1985
Fonte: UBERLÂNDIA, s. d.

ANEXO 5 — Jornal local noticia a construção de seis creches com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES)

Prefeitura recebe verba para construir 6 creches

Seis creches comunitárias de Uberlândia foram contempladas com recursos da ordem de R\$ 6 milhões canalizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) através do Finotec. Contrato sendo assinado na manhã do dia 18 de maio, assinado

na sala do órgão, no Rio da Jacueta, no gabinete do diretor de área do Finotec e Desenvolvimento Agrícola, professor Carlos Lima, com a participação do prefeito Zairo Bezende, e secretária de Ação Social do Município, Niza Ribeiro Luz.

Os recursos destinados pela Finotec não são reembolsáveis e destinam-se à construção do imóvel e aquisição de equipamentos para as creches dos bairros Roosevelt, Maria Helena, Alto Tibery, Maravilha e Tubalina. A escolha destas unidades deu-se através de amplos debates desenvolvidos com todos os coordenadores das unidades com problemas de área social.

Com prazo de umidade a longo prazo, o empreendimento de dotação de espaços físicos a estas seis creches tem a retaguarda da Administração Zairo Bezende além da elaboração dos projetos e articulação junto ao BNDES também na dotação dos terrenos para cada uma das creches, que totalizam um valor de R\$ 3,5 milhões. Também a Prefeitura atende uma a mais-dobra na execução dos projetos arquitetônicos, que serão padronizados para todos os locais.

A secretária Niza Ribeiro Luz afirma que estes recursos adicionais são essenciais para a melhoria decorrente da falta de equipamento e possibilidade dos equipamentos físicos das unidades, contribuindo para o aprimoramento do atendimento psico-pedagógico.

Essas unidades inseridas no rol das 42 creches comunitárias e seis institucionais que atendem atualmente mais de duas mil crianças de zero a seis anos provenientes de famílias de baixa renda.

A Administração Zairo Bezende irá dedicar, conforme previsto no planejamento para este ano, recursos da ordem de R\$ 10 milhões, para o atendimento ao aluno. Esta soma é quase dez vezes superior à quantia dedicada ao setor até 1986.

Convocação a interessados

Os interessados poderão participar do Edital Programa profissional das áreas de Medicina, Odontologia, Bioquímica, Enfermagem e Serviço Social.

PROFISSIONAIS PARA AMAZONAS

A Fundação Rondon, em conjunto com o Conselho do Estado de Amazonas/Secretaria de Saúde, está convocando e selecionando profissionais, que serão contratados pela Secretaria para trabalharem no interior do Amazonas, nas seguintes áreas profissionais: Medicina, Odontologia, Bioquímica, Enfermagem e Serviço Social.

Inscrições e maiores informações na sede da Coordenação de Área de Formação Humana em Uberlândia — Rua Cruzes dos Pacíficos, 490/110 — Edifício Walmag.

FIGURA 15 — Notícia sobre a construção de seis creches com recursos do BNDES
Fonte: O TRIÂNGULO, Uberlândia, p. 5, 10 jun 1987.

ANEXO 6 — Creche do Bairro Tubalina, construída com recursos do BNDES



FIGURA 16 – Creche do bairro Tubalina, entregue à comunidade em outubro de 1987
Fonte: UBERLÂNDIA, s.d.



FIGURA 17 – Inauguração da creche do bairro Tubalina
Fonte: PRIMEIRA HORA, Uberlândia, p. 5, 14 de outubro de 1987.

ANEXO 7 — Creches comunitárias do bairro Presidente Roosevelt



FIGURA 18 – Creche comunitária do bairro Presidente Roosevelt à rua Angelino Pavan 104 — outubro de 1984²³⁷

Fonte acervo particular de Maria Gorete Ferreira



FIGURA 19 – Creche comunitária do bairro Presidente Roosevelt à rua Judith Moreira 76²³⁸

Fonte acervo particular de Maria Gorete Ferreira

²³⁷ No relatório da SMTAS de 1988, consta que ela iniciou seu funcionamento em 1982.

²³⁸ No relatório da SMTAS de 1988, consta que ela começou a funcionar 1983.

ANEXO 8 — Creche do bairro Presidente Roosevelt construída com recursos do BNDES



FIGURA 20 — Creche do bairro Presidente Roosevelt à rua João Justino Fernandes, 319; nesse espaço foram juntadas as duas creches do bairro.

Fonte: PRIMEIRA HORA, Uberlândia, p. 3, 27 de novembro de 1987



FIGURA 21 — Creche do bairro Presidente Roosevelt — meados de 1990

Fonte: acervo particular de Maria Gorete Ferreira.

ANEXO 9 — Creche do Bairro Santa Mônica



FIGURA 22 – Casa alugada para abrigar creche comunitária do Santa Mônica — meados de 1988
Fonte: acervo particular de Lutero Rizzotto.

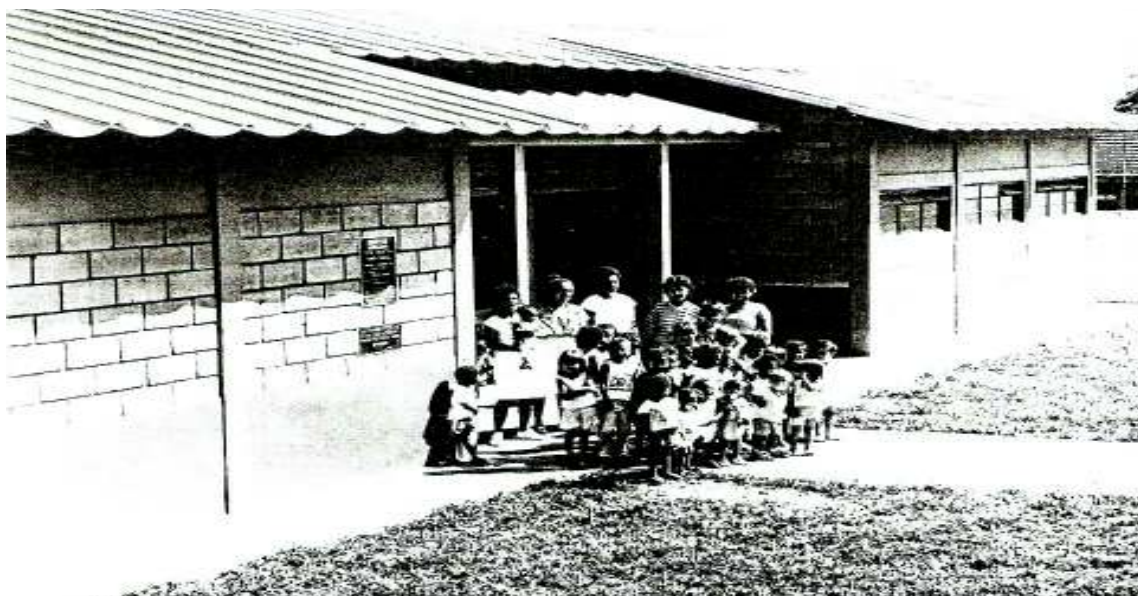


FIGURA 23 – Creche comunitária do Santa Mônica construída mediante convênio com a PMU.
Fonte: acervo particular de Lutero Rizzotto.

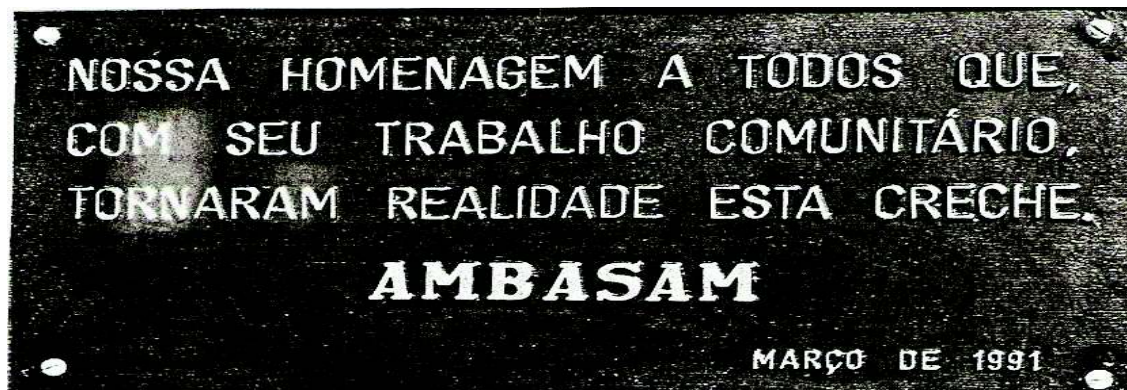


FIGURA 24 – Placa de inauguração da creche comunitária do Santa Mônica
Fonte: acervo particular de Lutero Rizzotto.

APÊNDICES

APÊNDICE A — Roteiro de entrevista com tomadeiras de conta/auxiliares de creche/mães e coordenadora

- 1) Identificação (nome, idade, profissão, escolarização).
- 2) Conte-me quando começou seu envolvimento com a creche comunitária.
- 3) Quais eram as principais dificuldades encontradas no cotidiano da creche?
- 4) Qual faixa etária a creche atendia?
- 5) Quais critérios eram determinantes para se receber a criança na creche?
- 6) Qual a rotina da creche? Havia um planejamento de atividades?
- 7) As crianças eram agrupadas por faixa etária?
- 8) Havia material didático-pedagógico? Quem fornecia?
- 9) E os recursos financeiros para a manutenção da creche? Quais as fontes?
- 10) Quem contratava o profissional que trabalhava na creche? Quais os critérios? Qual a média salarial desse profissional?
- 11) Conte-me, aproximadamente, qual era a quantidade de crianças por profissional na creche.
- 12) Quais os dias e horários de funcionamento da creche?
- 13) Qual o papel da prefeitura municipal de Uberlândia para com a creche?
- 14) E das associações de moradores?
- 15) Qual a sua análise da gestão Democracia Participativa no que se refere às creches comunitárias?

APÊNDICE B — Roteiro de entrevista com presidentes de associações de moradores

- 1) Identificação (nome, idade, profissão, escolarização).
- 2) Trajetória pessoal e política.
- 3) Qual a principal motivação para assumir a presidência de uma associação de moradores?
- 4) Como era o relacionamento da associação com a prefeitura municipal? De quem forma chegavam as reivindicações da comunidade na associação e depois na PMU?
- 5) A comunidade participava das reuniões promovidas pela associação de moradores? Como acontecia essa participação?
- 6) O que motivava a participação da comunidade?
- 7) As reivindicações eram atendidas pela PMU tal qual foram solicitadas?
- 8) A associação recebia uma subvenção da PMU?
- 9) O que a subvenção proveniente da PMU para a associação repassar para a creche comunitária contemplava? A diretoria da associação de moradores repassava o recurso, e o pessoal da creche é quem o gerenciava?
- 10) A subvenção enviada pela PMU às creches comunitárias via associação de moradores era suficiente? Como ocorria a prestação de contas?
- 11) Havia campanhas na comunidade para arrecadar fundos às creches comunitárias?
- 12) A associação de moradores tinha sede própria?
- 13) Como se dava o relacionamento da associação de moradores com a creche comunitária para além do repasse de recursos?
- 14) Houve desgaste na relação entre associação de moradores x PMU durante os anos de 1983 a 1988? E na relação associação de moradores x creche comunitária?
- 15) Qual a sua análise da gestão Democracia Participativa no que se refere às creches comunitárias?

APÊNDICE C — Roteiro de entrevista com o secretário Municipal de Educação e Cultura de Uberlândia (MG), gestão Democracia Participativa — 1983 a 1988

- 1) Identificação (nome, idade, profissão, escolarização).
- 2) Trajetória pessoal e política.
- 3) Como foi a participação do senhor na elaboração do projeto educacional do governo Zaire Rezende?
- 4) O que o motivou a atuar neste governo?
- 5) Qual era o contexto da educação em Uberlândia nos anos de 1970 e 1980?
- 6) Quais os princípios pedagógicos adotados pela Secretaria Municipal de Educação?
- 7) Qual era a metodologia de trabalho nas creches?
- 8) De quais segmentos eram as crianças das “séries iniciais”? Havia separação por segmentos?
- 9) Quais os principais problemas enfrentados para a implantação das creches comunitárias?
- 10) Como era o relacionamento da Secretaria de Educação com as associações de bairro?
- 11) De que maneira ocorria a participação dos pais?
- 12) Como o senhor analisa o período da gestão Democracia Participativa?
- 13) Qual a atuação da Secretaria Municipal de Educação no que diz respeito às creches?

APÊNDICE D — Diretrizes da entrevista realizada com Zaire Rezende, prefeito de Uberlândia (MG) na gestão Democracia Participativa — 1983 a 1988

- 1) Identificação (nome, idade, profissão, escolarização).
- 2) Trajetória pessoal e política.
- 3) Análise da proposta democracia participativa no contexto uberlandense durante a campanha eleitoral de 1982. Principais ações realizadas ao assumir o governo municipal.
- 4) O incentivo às associações de moradores e o papel das mesmas na gestão de 1983 a 1988.
- 5) A composição da Câmara e o apoio desta aos projetos do governo municipal.
- 6) Atendimento à criança desfavorecida no município no início da gestão Democracia Participativa.
- 7) A atuação do governo municipal no tocante às creches comunitárias.
- 8) O papel da comunidade, das associações de moradores e do governo municipal no que se refere à captação e gerência dos recursos destinados às creches comunitárias.
- 9) Formas de condução dos encontros com a comunidade e posicionamento das pessoas.
- 10) Posicionamento referente à consciência da comunidade no que tange ao conceito Democracia Participativa.
- 11) Análise da gestão Democracia Participativa.

APÊNDICE E — Diretrizes da entrevista com Niza Ribeiro Luz, secretária Municipal de Trabalho e Ação Social — gestão 1984 a 1988

- 1) Identificação (nome, idade, profissão, escolarização).
- 2) Trajetória pessoal e política.
- 3) Análise da participação na gestão de 1983 a 1988
- 4) Atendimento à criança desfavorecida no município no período anterior à gestão Democracia Participativa. Análise do contexto em que o poder público passa a apoiar a abertura de creches comunitárias.
- 5) O papel da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social no tocante às creches comunitárias na gestão de 1983 a 1988.
- 6) A gerência dos recursos destinados às creches comunitárias. O papel das associações de moradores.
- 7) O papel da SMTAS no que se refere à orientação e ao planejamento do trabalho no interior das creches comunitárias.
- 8) A questão salarial e o “assumir” questões trabalhistas das profissionais das creches comunitárias.
- 9) A escolaridade exigida das tomadeiras de conta/auxiliares de creche.
- 10) O espaço físico das creches comunitárias no início da implantação delas. E a construção de espaços adequados para algumas creches.
- 11) Posicionamento referente à consciência da comunidade no que tange ao conceito democracia participativa.
- 12) Análise da gestão Democracia Participativa.